

Intervenção Contemporânea em Arquitetura Vernacular O caso da Quinta de Seves

José Maria Amado de Almeida Garrett

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(mestrado integrado)

Orientadora: Prof. Doutora Ana Maria Tavares Ferreira Martins

Março de 2020

Agradecimentos

Agradeço à Universidade da Beira Interior por me orientar e ajudar nesta dissertação, em especial à Professora Ana Maria Tavares, pelo acompanhamento e ajuda na produção desta dissertação. Ao Professor Fernando Diniz pela sua ajuda e pelo seu excelente trabalho ao nível do Projeto da Quinta de Seves, na Cova da Beira.

Por fim, aos meus pais, que me proporcionaram frequentar o curso de arquitetura e me acompanharam em todo o meu processo; à minha Avó e à Minha Tia Isabel Almeida Garrett pela oportunidade de ter realizado intercambio e todo o seu apoio.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo constituir um estudo sobre a arquitetura vernacular ou popular, e a sua intervenção contemporânea, compreendendo a variação de identidades de acordo com a localização geográfica. Foca-se no estudo de caso da Quinta de Seves, situada na Covilhã.

Parte-se de uma análise macro, do conceito de arquitetura vernacular, que emergiu enquanto domínio da Arquitetura e começou a ser estudada na segunda metade do século XX, influenciando vários arquitetos contemporâneos, alguns dos quais desenvolveram estudos e modelos de intervenção no património histórico.

Evidenciam-se as características da arquitetura vernacular, com destaque para o facto de conter nela vários acrescentos construídos em função das necessidades, sendo levada a cabo em função dos materiais e condicionantes de uma região, de cariz sobretudo rural. Desta forma, criam-se uma série de novos elementos, normalmente aproveitando paredes dos edifícios mais antigos. É ainda objetivo demonstrar a sua aplicação histórica, desde o período em que o homem deixa de ser nómada para passar a ser sedentário, fruto da necessidade de construção dos primeiros abrigos contra as intempéries e perigos, a designada cabana primitiva.

Circunscrevendo-se ao contexto nacional analisar-se o movimento da casa portuguesa e a arquitetura popular em Portugal. O objetivo último desta investigação e o seu contributo será obter uma melhor clarividência sobre a recuperação de edifícios populares contemporâneos, de forma a definir-se um modelo de preservação do edifício e da sua história. Para tal, parte-se de um estudo de caso, a análise e proposta desenvolvida para a Quinta de Seves.

A arquitetura vernacular poderá constituir, efetivamente, uma forma de articular as linhas do passado com a modernidade arquitetónica, valorizando os edifícios no quadro regional, com particular destaque para as zonas rurais e quando nos referimos ao património histórico. Constitui um importante incentivo e atrativo para a promoção do turismo nestas regiões que carecem de um maior dinamismo neste setor.

Palavras-chave

Arquitetura vernacular, arquitetura contemporânea, património histórico, Covilhã, Quinta de Seves.

Abstract

This research aims to be a study about vernacular or popular architecture and its contemporary intervention, understanding the different identities according to geographical location. We will focus on the case study of Quinta de Seves, located in Covilhã.

We will start with a macro analysis of vernacular architecture's concept, which emerged as an Architecture domain and started to be studied in the second half of the 20th century. It influenced several contemporary architects. Some of them developed studies and projects to develop interventions on cultural and historical heritage.

It is also our goal to clarify vernacular architecture's characteristics, standing out the fact that it consists on an addition of elements considering the needs, being mainly rural and done with local materials and according to regional characteristics. In this matter, several elements are created, usually taking advantage of pre-existing walls from older buildings. We will show the practical and historical evolution of this domain, from the period when men started to be sedentary and emerges the need to build the first shelters, primitive ones, to be protected against bad weather and dangers.

Looking to the national context we will analyze *casa portuguesa* movement and popular architecture in Portugal in order to clarify the recovery of popular contemporary buildings and to define a model for their preservation, along with the preservation of their history. For this matter we will do a case study, a proposal to be developed in Quinta de Seves.

Vernacular architecture can be a way to match passed lines with modernity, valuing regional buildings, with a particular emphasis on rural areas and when related to cultural and historical heritage. It is a very important incentive and attraction to promote tourism in those regions which need greater dynamism in this sector.

Keywords

Vernacular architecture, contemporary architecture, historical heritage, Covilhã, Quinta de Seves.

ÍNDICE

1. Introdução.....	3
1.1. Objeto de estudo.....	3
1.2. Estado da arte	4
1.3. Estrutura e metodologia	5
1.4. A importância e contributo deste estudo.....	7
PARTE I. ARQUITETURA VERNACULAR OU POPULAR.....	9
1. Arquitetura vernacular ou popular	11
1.1. O conceito: Arquitetura sem arquiteto.....	11
1.2. Exemplos de arquitetura vernacular ou popular aplicada ao longo da História.....	17
2. Casa portuguesa contemporânea	21
3. Arquitetura popular portuguesa e o inquérito de 1961	27
3.1. Arquitetura popular portuguesa: particularismos regionais	31
3.1.1. Minho	34
3.1.3. Beiras.....	37
3.1.5. Alentejo	38
3.1.6. Algarve	39
4. A arquitetura vernacular ou popular na atualidade	41
PARTE II. A QUINTA DE SEVES.....	43
1. A Quinta de Seves.....	45
1.2. Breve história da Quinta de Seves.....	52
PARTE III. PROPOSTA.....	60
1. Proposta	63
1.2. Memória descritiva	64
1.2.1. Proposta para o edifício em frente à casa principal da Quinta de Seves.....	67
1.2.2. Proposta para o edificado fora do pátio beirão.....	68
1.2.3. Características construtivas	70

Conclusão	73
Bibliografia	79
Peças desenhadas	82

Lista de Figuras

Figura 1. Anfiteatro de muyu uray, Peru

Fonte: <https://www.pinterest.co.uk/pin/509399407837029164/> consultada pela última vez em 3/12/2019

Figura 2. Viollet-Le-Duc e o primeiro abrigo

Fonte: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746> consultada pela última vez em 3/12/2019

Figura 3. Maxakali aldeia verde Minas Gerais

Fonte: <http://brasiliaconcreta.com.br/o-que-e-arquitetura-vernacula/> consultada pela última vez em 1/12/2019

Figuras 4. Arquitetura Móvel exposição MOMA

Fonte: https://www.moma.org/documents/moma_catalogue_3459_300062280.pdf consultada pela última vez em 10/11/2019

Figura 5. Casa parede jardim, MOMA

Fonte: <https://www.pinterest.es/pin/299630181459195623/> consultada pela última vez em 1/12/2019

Figura 6. Iglu de gelo Ártico

Fonte: <https://www.periodistadigital.com/ciencia/medio-ambiente/20170625/esquimales-construye-iglu-noticia-689401404711/> consultada pela última vez em 8/12/2019

Figura 7. Casa africana em estrutura de cúpula

Fonte: <https://www.construir.pt/2015/06/04/jon-sojkowski-lanca-base-de-dados-da-arquitetura-vernacular-em-africa/> consultada pela última vez em 12/12/2019

Figura 8. Exemplo arquitetura sem arquiteto, Rudolfsky MOMA

Fonte: https://www.moma.org/documents/moma_catalogue_3459_300062280.pdf consultada pela última vez em 10/11/2019

Figura 9. *Projeto de Casa para os Arredores de Lisboa*, Raul Lino

Fonte: https://aldeia-de-gralhas.typepad.fr/mon_weblog/2015/11/larchitecte-raul-lino-et-sa-casa-portuguesa.html pela última vez em 20/11/2019

Figura 10. *Projeto de Casa para os Arredores de Lisboa*, Raul Lino

Fonte:

https://aldeia-de-gralhas.typepad.fr/mon_weblog/2015/11/larchitecte-raul-lino-et-sa-casa-portuguesa.html pela última vez em 20/11/2019

Figura 11. Edmundo Tavares ilustração da casa madeirense

Fonte:

<http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/243/Call%20for%20papers%20/>
consultada pela última vez em 10/11/2019

Figura 12. Casa Branca Azenha do Mar, Raul Lino

Fonte: <https://www.pinterest.pt/pin/512073420120541021/?lp=true>
consultada pela última vez em 15/11/2019

Figura 13. Sendim. Miranda do Douro. Bragança

Fonte: https://www.duartebelo.com/16-luz_e_sombra/161-paginas/315-sendim.html.

Figura 14. Casa dos Penedos Raul Lino

Fonte: <http://www.diarioimobiliario.pt/Arquitectura/Casa-dos-Penedos-de-Raul-Lino-esta-a-venda-por-10-milhoes-de-euros> consultada pela última vez em 12/11/2019

Figura 15. Monsanto

Fonte: <http://lisbonroots.pt/product/trilobites/> consultada pela última vez em 12/11/2019

Figura 16. Espigueiros de Soajo

Fonte: https://www.cmav.pt/pages/1946?poi_id=649 consultada pela última vez em 20/11/2019

Figura 17. Casa típica minhota, Seixas

Fonte: <https://mapio.net/pic/p-1929555/> consultada pela última vez em 12/12/2019

Figura 18. Casa típica Transmontana

Fonte: <https://forumdacasa.com/discussion/32445/reconstruir-casa-transmontana/>
consultada pela última vez em 14/12/2019

Figura 19. Porta e janela tradicional portuguesa beiram

Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/838584393095458798/> consultada pela última vez em 16/12/2019

Figura 20. Casa típica Ribatejana, Ourém

Fonte: <https://www.ihaco.nl/vakantiehuis-santo-estevao/1LN-/> consultada pela última vez em 17/12/2019

Figura 21. Casa típica Alentejana

Fonte: https://www.pinterest.com/pin/AUeylEoTVOBKEilaQ9o6fwO-Okr4AcvndQ3BMA2gblQHZu_1vEsuHAc/ consultada pela última vez em 16/11/2019

Figura 22. Casa típica Algarvia

Fonte: https://www.wikiwand.com/en/Cacela_Velha consultada pela última vez em 16/12/2019

Figura 23. Localização da Quinta de Seves no concelho da Covilhã

Fonte: Google Earth

Figura 24. Localização da beira Baixa

Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Distrito_de_Castelo_Branco#/media/Ficheiro:LocalDistritoCasteloBranco.svg consultada pela última vez em 19/11/2019

Figura 25. Mapa da Beira Baixa

Fonte: <https://io.wp.com/www.clubevinhosportugueses.pt/wp-content/uploads/2017/04/Mapa-Beira-Baixa.png?ssl=1> consultada pela última vez em 20/11/2019

Figura 26. Mapa da Beira Baixa

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cova_da_Beira#/media/Ficheiro:Mais_um_dia_acaba_na_Cova_da_Beira..._\(5365802632\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cova_da_Beira#/media/Ficheiro:Mais_um_dia_acaba_na_Cova_da_Beira..._(5365802632).jpg) consultada pela última vez em 20/11/2019

Figura 27. Mapa da Beira Baixa

Fonte: <http://mundodeviagens.com/covilha/> consultada pela última vez em 22/11/2019

Figura 28. Ferro localização

Fonte:<http://covilhasubsidiosparasuahistoria.blogspot.com/2018/06/covilha-cartas-regias-relacionadas-com.html> consultada pela última vez em 22/11/2019

Figura 29. Ferro

Fonte:http://www.casaexpress.pt/Moradia-R%C3%BAstica-T4-TRIPLEX-Venda-em-Ferro,Covilh%C3%A3-1668609/scripts/core.htm?p=imoveis&f=imoveis_detalhes&lang=pt&cid=81281050-6A49-43F6-BE80-65C988010956 consultada pela última vez em 12/12/2019

Figura 30. Quinta de Seves

Fonte: Google Earth

Figura 31. Vista aérea

Fonte: Fotografia do Autor

Figura 32. Vista de fora do Pátio (entrada)

Fonte: Fotografia do Autor

Figura 33. Vista da piscina

Fonte: Fotografia do Autor

Figura 34. Vista do pátio

Fonte: Fotografia do Autor

Figura 35. Vista da piscina

Fonte: Fotografia do Autor

Figura 37. Proposta edificado fora do pátio

Figura 36. Proposta Vista do pátio

Figura 37. Proposta edificado fora do pátio

Figura 38. Proposta quarto casa fora do pátio

Figura 39. Proposta sala de estar

Figura 40. Proposta pavilhão multiusos

Figura 41. Proposta sala de estar

Figura 42. Proposta escadas

Figura 43. Proposta cozinha e sala de jantar.

Figura 44. Proposta sala de jantar e cozinha.

Figura 45. Proposta Vista da sala de estar

Lista de Acrónimos

INE	Instituto Nacional de Estatística
MOMA	Museum of Modern Art
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
REN	Reserva ecológica natural
RAN	Reserva ambiental natural
UBI	Universidade da Beira Interior
	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESCO	(Organização das Nações Unidas para a Cultura, a Ciência e a Educação)



Figura 1. Anfiteatro de muyu uray

1. Introdução

“Apesar de todas as adversidades inerentes à arquitetura vernacular, acaba por ser sempre proferida e resgatada como exemplo”¹.

Está cada vez mais na ordem do dia a necessidade de salvaguarda e preservação do património histórico, quer no contexto internacional, quer no panorama nacional. É necessário proteger o passado e, neste caso concreto, os edifícios que são reflexo de modos de habitar, vivências e costumes de outrora, dispersos por várias partes de Portugal continental e insular.

Esta salvaguarda é ainda mais valorizada quando na conexão entre o passado, tendo por base um edifício histórico, e o presente, uma “reinvenção” e “reutilização” dessa mesma construção, são utilizados métodos sustentáveis.

Saliente-se ainda que à preservação do património histórico está, com frequência, subjacente um objetivo turístico, uma importante fonte de riqueza do nosso País e tão relevante não só para o dinamismo da sua economia, como para atribuir uma maior visibilidade quer ao Portugal urbano quer, maioritariamente, ao Portugal rural.

1.1. Objeto de estudo

É perante este enquadramento que se define como objeto de estudo da presente dissertação, para obtenção do grau de mestre, a arquitetura vernacular, também conhecida por arquitetura popular. Este domínio mais amplo, serve de base para o desenvolvimento de um estudo de caso, a Quinta de Seves², atualmente um turismo rural situado na Covilhã, um município criado no século XII, pertencente ao distrito de Castelo Branco, província da Beira Interior. Pretende-se, assim, desenvolver uma proposta onde um espaço centenário se encontra com a contemporaneidade e modernidade.

¹ CASTRO, 2011/2012, p. 57.

² <http://quintadeseves.pt>.

1.2. Estado da arte

O estudo da arquitetura vernacular ou popular foi impulsionado por Bernard Rudofsky que, como veremos na Parte I do presente estudo, comissariou a exposição *Architecture without Architects, A Short Introduction to Non-Pedigree Architecture*, que esteve presente num museu nova-iorquino entre o final de 1964 e o início de 1965. O sucesso desta iniciativa valer-lhe-ia a obtenção de financiamento para desenvolver investigação sobre este que viria a ser consagrado um domínio da Arquitetura. Os resultados alcançados materializaram-se numa obra homónima à exposição, cuja primeira edição foi publicada, também ela, em 1964.

A partir do impulso e mote de Bernard Rudofsky vários foram os estudos desenvolvidos em torno da arquitetura vernacular ou popular, por vezes adotando perspetivas temáticas ou regionais. Referimo-nos, por exemplo, aos estudos e encontros científicos que a aliam ao conceito de sustentabilidade. A título de exemplo, refira-se que a reunião das comunicações feitas no seminário *Contributos da arquitetura vernácula portuguesa para a sustentabilidade do ambiente contruído*, que teve lugar no Porto, em 2015, foram editadas numa obra por Ricardo Mateus, Jorge Fernandes, Luís Bragança, Manuela Almeida, Sandra Silva, Paulo Mendonça e Helena Gervásio. Também Francisca Cunha (2015) dedicou a sua dissertação intitulada *Arquitetura sustentável. Contributos da Arquitetura Vernacular Portuguesa*, para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, ao estudo da arquitetura vernacular portuguesa enquanto estímulo à prática de uma arquitetura sustentável.

Mas a arquitetura vernacular pode também ela ser património arquitetónico e daí decorrer uma intervenção no edificado, por vezes, atribuindo-se ou convertendo-o a uma nova função. Foi neste sentido que a dissertação de mestrado em Arquitetura de Isabel Sousa (2013), *Intervir no património. Reconversão do Hospital do Desterro em unidade hoteleira*, refletiu sobre a transformação do Hospital do Desterro num hotel, passando servindo, assim, objetivos turísticos, à semelhança do que se concretizou na Quinta de Seves, que deixou de ser uma propriedade unicamente de e para usufruto familiar para passar a constituir, igualmente, um turismo rural. No mesmo ciclo de estudos, para obtenção do grau de mestre, Ana Almeida (2012) investigou a intervenção contemporânea em castelos portugueses, partindo dos estudos de caso do Castelo de S. Jorge e do Castelo de Pombal.

No contexto português, o movimento da casa portuguesa e o contributo de Raul Lino neste âmbito foram estudados de forma aprofundada por Rui Jorge Garcia Ramos (2013). Já a arquitetura popular (ibérica) foi analisada na obra coordenada por Paula André e Carlos Sambricio (2016), onde estão reunidos vários artigos que, entre outros

temas, tratam as origens deste domínio, os interiores domésticos em associação à política de nacionalização das classes médias no início do Estado Novo ou as habitações rurais.

O Inquérito de 1961 teve a ele dedicado um projeto financiado designado A “*Arquitectura Popular em Portugal*”. *Uma Leitura Crítica*, que esteve em curso entre 2010 e 2013, contando com investigadores como Pedro Vieira de Almeida (investigador responsável), Alexandra Cardoso, Joana Cunha Leal e Helena Maia. O decorrer deste projeto deu origem não só a encontros científicos, como também a *outputs* escritos (2013), cuja leitura e estudo se revela incontornável para melhor compreender este inquérito. Porém, outros projetos de investigação foram financiados, como referem Salvado, Martins e Nepomuceno (2019), e que servem para apontar a atualidade científica deste tema.

Particularizando o enquadramento beirão, é da maior importância o estudo de João Pinto (2014), que apresenta uma proposta arquitetónica de revitalização do turismo na Beira Interior, emergindo um novo produto turístico de dinamização deste setor no local. Todavia, o trabalho mais relevante neste contexto regional corresponde à tese de doutoramento do arquiteto Fernando Diniz, uma vez que serve de inspiração ao estudo que aqui se apresenta e na qual o mesmo aprofunda o que foi desenvolvido em parte da Quinta de Seves, para reconstrução de algumas das suas casas e reconversão e adaptação desta propriedade para fins turísticos. No fundo, a presente dissertação e o estudo do arquiteto Fernando Diniz são complementares e apresentam uma relação simbiótica.

1.3. Estrutura e metodologia

A investigação apresentada encontra-se dividida em três partes estruturantes e complementares, partindo de uma análise macro, a arquitetura vernacular, para um estudo micro, a Quinta de Seves. Cada uma destas partes apresenta objetivos concretos.

A primeira parte desta investigação é dedicada à arquitetura vernacular no contexto geral e à arquitetura popular no âmbito nacional. Procura-se, assim, definir o conceito de arquitetura vernacular, evidenciando-se a sua emergência enquanto subdisciplina da Arquitetura no século XX e estudando as suas especificidades. De facto, esta tem as suas raízes na altura em que o Homem era nómada, quando começou a construir os primeiros abrigos contra as intempéries e contra os perigos. Estava subjacente a estas edificações não só as necessidades momentâneas, como também as condições das regiões onde se situavam e as matérias-primas disponíveis. Tendo o Homem passado a ser sedentário, sido criadas as cidades e desenvolvendo-se as civilizações, as construções complexificaram-se. Mas a arquitetura vernacular manteve

as mesmas características base ainda que possa haver uma junção de novos elementos a edifícios mais antigos. Desta forma, procura-se resposta para as seguintes questões: que necessidades estiveram subjacentes à criação da arquitetura vernacular? Como é que esta evoluiu ao longo do tempo? De que forma foi compreendida a sua existência enquanto domínio arquitetónico no período contemporâneo?

Porque o nosso estudo de caso é português, destacaremos a casa portuguesa enquanto movimento valorativo do nacional, popular e rural. Circunscreveremos, depois, à arquitetura popular em Portugal, focando o inquérito de 1961 e os seus resultados, e às suas diferentes tipologias de acordo com a região geográfica onde se insere. Como surgiu a casa portuguesa e qual o papel de Raul Lino neste contexto? Falaremos em Portugal de uma arquitetura vernacular ou de uma arquitetura popular? Como se define a arquitetura popular no contexto nacional e qual a importância do inquérito de 1961? Quais as diferentes variações, identidades e características da arquitetura popular em função do espaço geográfico em que se insere?

Esta delimitação regional servirá de mote para a segunda parte do estudo, canalizando para uma geografia em concreto, o concelho da Covilhã, e para um complexo arquitetónico específico, a Quinta de Seves. Neste momento da investigação, desenvolveremos as características geográficas da zona em que se insere e o espaço em si, simultaneamente característico da casa portuguesa contemporânea e da arquitetura popular. Canalizamos, assim, o nosso olhar para a proposta a apresentar. Como fazer o encontro entre a herança patrimonial arquitetónica do passado e um modelo característico da contemporaneidade e embebido em modernidade?

Por fim, na terceira e última parte pretende-se apresentar uma proposta para dois complexos que compõem a propriedade da Quinta de Seves, procurando conciliar a preservação da herança patrimonial portuguesa e, neste caso concreto, da Covilhã, com a contemporaneidade e modernidade arquitetónica, sem prejuízo de perda da sua histórica e traça antiga.

Em termos metodológicos, este trabalho assume-se como uma dissertação teórico-prática repartindo-se por um aprofundamento de cariz teórico, correspondente às partes um e dois, e uma parte de cariz mais prático, desenvolvida no terceiro momento correspondente ao esboço de proposta para a Quinta de Seves.

O enquadramento teórico assentará na análise e problematização crítica de bibliografia e algumas propostas desenvolvidas no âmbito da arquitetura vernacular e da sua articulação com o património arquitetónico. Como referido anteriormente, estes estudos de caso são o ponto de partida para a nossa proposta, procurando-se adaptar a

realidade já estudada e os projetos já concretizados à realidade concreta do nosso objeto último de estudo, a Quinta de Seves.

1.4. A importância e contributo deste estudo

Mas porquê estudar e desenvolver uma proposta para alguns edifícios da Quinta de Seves, um espaço rural, no interior de Portugal? O facto de tal não ter sido concretizado até ao momento, seria uma justificação válida por si só.

Por outro lado, é notório o perigo quotidiano da arquitetura vernacular, num período em que assistimos a um despovoamento e desertificação das zonas interiores do território. Esta tendência, que se vem a acentuar ao longo do tempo, contrasta com uma excessiva urbanização e concentração populacional na região litoral, sobretudo, em torno e nas grandes cidades de Lisboa e do Porto, vincando a macrocefalia nacional.

De facto, as ameaças são sentidas tanto no mundo urbano, onde existe uma excessiva pressão para ser levada a cabo construção, procurando ir ao encontro de necessidades de uma população crescente, como também no mundo rural, onde os espaços de arquitetura vernacular são, muitas vezes, alvo de desuso e abandono, caindo no esquecimento e transformando-se em espaços devolutos e em verdadeiras ruínas.

A Quinta de Seves, tal como já foi referido, constitui agora um turismo rural de cariz familiar. Por este motivo, e pelas relações próximas no seio da referida família, tenho um contato direto, que me permite desenvolver uma notória consciência das alterações necessárias para incrementar o turismo rural. Com maior facilidade identifico problemas quotidianos que, com uma proposta como aquela que se apresenta, poderiam ser resolvidos, ainda que a Quinta de Seves pertença à Reserva Ecológica Natural (REN) e à Reserva Ambiental Natural (RAN), o que constitui um entrave e colocada dificuldades à construção.

Denota-se, desta forma, não só o relevo deste estudo enquanto projeto pessoal e familiar, mas também pela potencialidade de constituir um exemplo de boas práticas (um *benchmarking*) para outros casos semelhantes.

É, portanto, uma mais-valia e um importante contributo um estudo que aprofunde a arquitetura vernacular à luz do contexto do interior português e que, sobretudo, procure salvaguardar e preservar não só os seus edifícios, como também o seu património e história. Cabe desenvolver estudos de caso como este, demonstrando as mais-valias da arquitetura vernacular e do encontro entre o passado e o presente para que, no futuro, se possa construir de forma equilibrada e preservando o património arquitetónico e vernacular.

PARTE I.

ARQUITETURA VERNACULAR OU POPULAR

1. Arquitetura vernacular ou popular

1. 1. O conceito: Arquitetura sem arquiteto

O conceito de vernacular ou popular, remete-nos, de imediato, para algo que é característico de um país, de uma nação, de um espaço. É algo que está associado a práticas e costumes locais, a uma identidade regional.

Portanto, este conceito aplicado à arquitetura, está relacionado com construções ligadas a um determinado espaço ou região, não descurando os seus habitantes e as atividades que praticam, numa lógica de transmissão do conhecimento de geração em geração, de contextos em que são raros os registos escritos. Respeita-se, assim, de forma clara a função da construção, adequando-o sempre à geografia que integra. Mas como e quando surgiu este conceito? Que problematizações levaram à sua emergência e à definição da arquitetura vernacular enquanto domínio de uma disciplina mais ampla, a Arquitetura?



Figura 2. Viollet-Le-Duc e o primeiro abrigo

A 9 de novembro de 1964 foi inaugurada a exposição *Architecture without Architects, A Short Introduction to Non-Pedigree Architecture*, patente no Museum of Modern Art de Nova Iorque (MOMA) até 7 de fevereiro do ano seguinte. Esta marcou o início do estudo dos edifícios vernaculares³.

Architecture without Architects, A Short Introduction to Non-Pedigree Architecture foi comissariada pelo arquiteto, escritor, colecionador, professor, designer e historiador social Bernard Rudofsky (1905-1988), o qual evidenciou algumas lacunas no ensino e na história da arquitetura. De acordo com Rudofsky, no mundo ocidental, só havia interesse pelo estudo de algumas culturas e dos edifícios nobres, ao mesmo tempo que as investigações apenas cobriam uma pequena parte do Mundo, tendo ainda uma abrangência cronológica limitada⁴.

Este que se veio a revelar num verdadeiro movimento opunha-se, assim, à arquitetura considerada “formal”, reflexo de “architects who commemorated power and wealth; an anthology of buildings of, by, and for the privileged (...) with never a word about the houses of lesser people”⁵. Defendia-se, nesta altura, um novo mundo da arquitetura, até então desconhecido, “que não tinha sequer um nome por falta de um rótulo genérico, propondo, conforme o caso, denominações como vernácula, anónima, espontânea, indígena, rural”⁶. A par de uma difícil definição de nomenclatura, demarcava-se a ausência de uma imagem geral desta arquitetura anónima, quando comparada com o conhecimento tido por objetos e técnicas utilizados em períodos ancestrais, uma arquitetura com pedigree.

³ CASTRO, 2011/2012, p. 39.

Foi também em 1964 que a *Carta de Veneza* demonstrou uma preocupação com a arquitetura vernacular, passando a definição de património a incorporar temas relacionados com a ruralidade. CASTRO, 2011/2012, p. 39.

⁴ RUDOFSKY, 1964.

⁵ RUDOFSKY, 1964.

⁶ DINIZ, 2014, p. 37.



Figura 3. Maxakali



Figuras 4. Arquitectura móvel exposição MOMA

Este novo domínio fez demarcar e acentuar a consciência face ao papel do arquiteto. A Arquitectura deixa de ser realizada por eruditos, defendendo-se as suas fundações em conhecimentos empíricos, que passam de geração em geração. O que importa não é a obra individual, mas o “empreendimento comunitário – (...) uma arte comunitária produzida não por alguns intelectuais ou especialistas, mas pela atividade espontânea e contínua de um povo inteiro, depositados numa herança comum e

obedecendo as lições de uma experiência comunal”⁷. Ou seja, o papel do povo enquanto produtor de um edificado de herança cultural sobrepõe-se ao papel do arquiteto.

Paralelamente, ao deixar de ser de cariz individual, a arquitetura e, com ela, as construções, moldam-se ao meio natural em que se inserem, conquistando-o e integrando-o. A natureza passa a ser o material bruto a partir do qual se vai edificar – o Homem analisa e avalia o que a natureza lhe proporciona para, a partir desta, começar a criar um método, mecanismos e engenhos que o ajudem no seu dia a dia, ultrapassando algumas dificuldades. Todavia, este enquadramento evidencia a necessidade de adaptação e resolução dos problemas de uma forma prática. As soluções encontradas devem ser e serão perfeitamente válidas, mas detendo um pendor mais técnico do que artístico. Estas características já haviam demarcado as construções desde há 50 000 anos, como mais à frente evidenciaremos, com o seu início com a construção da cabana primitiva pelo Homem nómada no período pré-histórico.



Figura 5. Casa Nivola parede jardim

No fundo, podemos referir que se desenvolve uma conceção de Arquitetura sem arquiteto, mas que, paralelamente, a natureza em si desempenha o papel deste, pois é em sua função que tudo é executado. Perante o exposto, surge uma nova perspetiva e uma nova visão da Arquitetura, um retomar às origens, à simplicidade, ao puro. Esta “tábua rasa” ficará, com a intervenção do Homem, mais complexa e sofisticada, introduzindo-se novos materiais e novas técnicas, ainda que o contributo humano não consiga superar o que é produzido pela natureza⁸.

⁷ RUDOFISKY, 1964.

⁸ Refira-se que, estas críticas que emergiram na segunda metade do século XX não tinham, contudo, o objetivo de derrubar e destruir o papel basilar que os arquitetos detinham na altura. Tratou-se, antes, de um processo de consciencialização dos mesmos.

Esta exposição e as ideias que defendia ganharam força devido aos reconhecidos, consagrados e influentes arquitetos que a apoiaram entusiasticamente, entre os quais se destacaram Walter Gropius (1883-1969), Pietro Belluschi (1899-1894), Josep Lluís Sert (1902-1983), Richard Neutra (1892-1970), Gio Ponti (1891-1979) e Kenzo Tange (1913-2005). O impacto foi tão significativo, que a John Simon Guggenheim Memorial Foundation e a Ford Foundation ajudaram a financiar a pesquisa de Rundolfsky para estudo da arquitetura informal e não classificada⁹. Provavelmente, este financiamento nunca teria sido atribuído sem o contributo e recomendações dos arquitetos referidos anteriormente, bem da parte do diretor do MOMA, Rene d’Harnoncourt (1901-1968). De facto, todos estes arquitetos tinham em comum o facto de serem provenientes de países com uma grande riqueza no que concerne à arquitetura vernacular, estando particularmente conscientes e alerta para este domínio e suas características.

Mas o que pode ser considerado arquitetura vernacular ou popular? O que podemos incluir nesta definição e quais os seus limites?

Para que um edifício seja considerado arquitetura vernacular tem de ser reconhecido pela Carta de Património Vernacular Edificado, datada de 1999, indo ao encontro das suas condições gerais e, desta forma, cumprindo determinados requisitos e/ou características¹⁰.

Neste sentido, a arquitetura vernacular:

- 1) É uma forma de construir partilhada pela comunidade;
- 2) Deve conter uma característica local ou regional reconhecível, relacionada com o meio ambiente;
- 3) Impõe uma coerência de estilo, forma e aparência, ou devem-se utilizar tipologias construtivas tradicionalmente aceites;
- 4) É o conhecimento ou expertise tradicional relativamente ao projeto e processo de construção, conhecimento esse que deve ser transmitido informalmente;
- 5) Pretende-se que dê uma resposta eficaz a necessidades de cariz funcional, social e ambiental;
- 6) Uma resposta eficaz às necessidades funcionais, sociais e ambientais;
- 7) Deve considerar uma aplicação efetiva de técnicas e sistemas construtivos.

⁹ DINIZ, 2004, p. 37.

¹⁰ *Levantamento arquitectónico para intervenção no património vernacular edificado - Anexo 2- Carta sobre o património vernacular edificado*



Figura 6. Iglu NASA

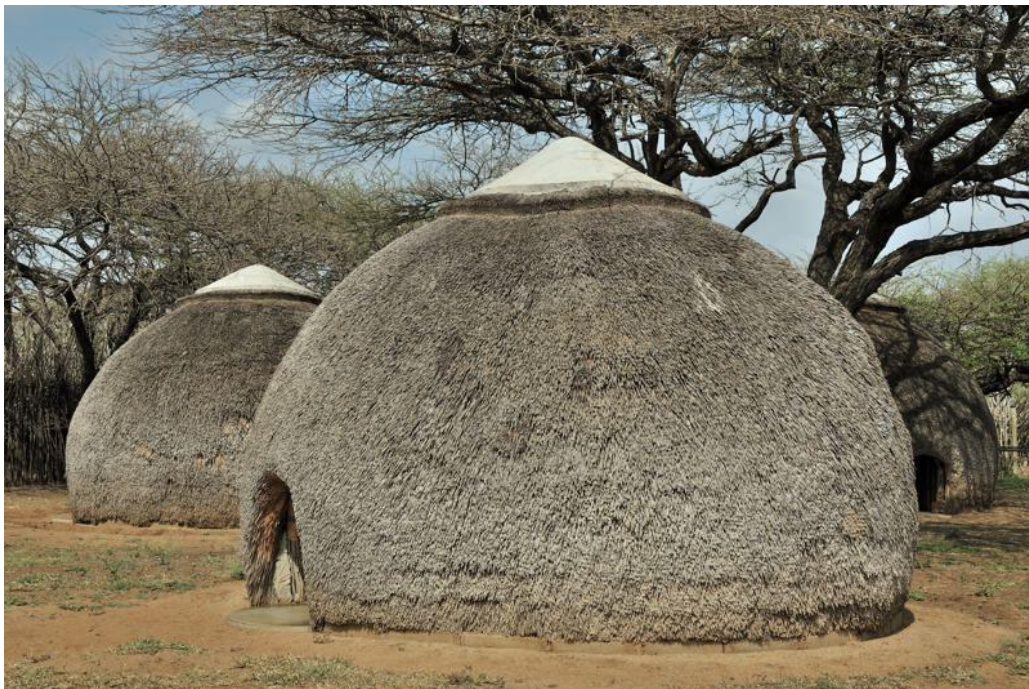


Figura 7. Casa africana em estrutura de cúpula

Assim, podemos concluir que, a arquitetura vernacular é fundada numa “íntima ligação da construção ao meio ambiente, utilizando materiais e técnicas locais, resolvendo com conhecimento adquiridos da cultura local problemas utilitários, técnicos, geográficos, orográficos, sociais e económicos”¹¹.

¹¹ DINIZ, 2004, p. 38.

Mas será a arquitetura vernacular realmente um sinónimo de arquitetura popular? A primeira abordagem a esta problemática surgiu no século XIX, com o início do estudo da arqueologia. O conceito de arquitetura popular surge, neste contexto, com a ideia de cabana primitiva. Não obstante, e conforme retomaremos mais à frente, esta questão não é dotada de uma resposta concreta, sendo ainda hoje considerada inconclusiva.

1.2. Exemplos de arquitetura vernacular ou popular aplicada ao longo da História

Ainda que o conceito de arquitetura vernacular ou popular apenas tenha sido reconhecido e este domínio começado a ser estudado em 1964, quando Bernard Rudofsky comissariou a exposição *Architecture without Architects, A Short Introduction to Non-Perdigreed Architecture*, podemos considerar que aplicação dos métodos e características que a definem se iniciou na Pré-História, a partir do momento em que o Homem sentiu a necessidade de edificar abrigos para se proteger das intempéries, perigos e condições climáticas, bem como como forma primária de habitação. No fundo, era um abrigo feito pelo Homem, para o Homem e à sua escala. Já no século I. C. (80 a.C.-15 a.C.), na sua obra *Tratado de Arquitetura*, Vitruvius viria a considerar a cabana primitiva num modelo habitacional e modo de proteção importante¹².

“É exemplo disso o acampamento temporário de Terra Amata, em França, datado de aproximadamente 400.000 a.C.”¹³. Nesta altura, as cabanas construídas tinham um formato oval, sendo feitas com ramos de árvores que, depois, eram delimitados com pedras¹⁴. Utilizavam-se ainda peles de animais para as cobrir, com o objetivo de proteger dos climas adversos¹⁵. Destacava-se nesta altura, igualmente o Stonehenge, situado no Reino Unido e considerado Património Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (UNESCO). Neste contexto, evidenciam-se as antas, os dolmens e os menires.

Durante o Neolítico o Homem deixa de ser nómada para passar a ser sedentário. Gradualmente, começam-se a desenvolver povoações fixas e, nelas, habitações que podemos designar de casas. Simultaneamente, descobriram-se as potencialidades de utilização de novos materiais e passou-se a saber como utilizá-los. São exemplo a madeira, coberturas vegetais e, *a posteriori*, o barro e o tijolo.

¹² CUNHA, 2015, p. 65.

¹³ CUNHA, 2015, p. 64.

¹⁴ Estas pedras tinham entre 8 a 15 metros de altura e 4 a 6 de largura. CUNHA, 2015, p. 64.

¹⁵ CUNHA, 2015, p. 64.

Assim, estas casas “eram construídas com madeira e barro e os seus telhados inclinados eram cobertos com palha e/ou ervas secas. O aproveitamento de materiais e desperdícios é substancialmente notório neste período”¹⁶, utilizando-se as matérias-primas locais disponíveis em função das necessidades do Homem. Vamos, neste contexto, ao encontro de uma arquitetura vernacular, em que o Homem utiliza o que a natureza lhe tem para oferecer, aproveitando as suas potencialidades. “Deste modo, para Vitruvius, a cabana surge como um dos primeiros grandes feitos da humanidade, logo a seguir à descoberta do fogo e à organização da vida em comunidade”¹⁷.



Figura 8. Exemplo arquitectura móvel

A proliferação de abrigos tornou evidente a necessidade de profissionalização, ou seja, de especialização de pessoas que se dedicavam à construção. Destacaram-se, neste âmbito, as edificações executadas por militares, sobretudo, com fito defensivo, nomeadamente, fortes e muros; as construções de templos com objetivos religiosos; ou de palácios, como forma de habitação, demarcação e reforço do poder político. São igualmente contemporâneas as edificações de pirâmides e de outras construções monumentais, realizadas não só por egípcios, como também por outros povos, nomeadamente, persas, babilónios, entre outros¹⁸.

¹⁶ CUNHA, 2015, p. 65.

¹⁷ ANDRÉ, 2016, p. 21.

¹⁸ CUNHA, 2015, pp. 64-66.

Com as civilizações clássicas, verificamos que a arquitetura grega e romana se concentra não só na devoção religiosa, refletida na construção de templos, como também passa a haver uma maior preocupação com os habitantes e com a “polis”, cidades que se destacam pelos seus espaços amplos dedicados a interesses comuns, desde funções políticas ao comércio, entre outras. Emergem igualmente neste contexto as colunas, de estilo dórico, jónico e coríntio, que pontuam tanto a arquitetura religiosa como a arquitetura civil.

No período medieval, as civilizações ocidentais acentuam o peso da arquitetura religiosa, agora dominada pelas grandes catedrais, que fazem as várias cidades rivalizar entre si em busca da mais monumental e de maiores dimensões (que, em altitude, se aproximasse do céu e, com ele, de Deus). Desenvolvem-se, assim, os estilos românico, gótico e visigótico, havendo ainda, em alguns casos, uma influência bizantina e mourisca.

O fim da Idade Média e a chegada do Renascimento trouxeram consigo a descoberta de novos materiais e novas técnicas de construção, que permitiram que os edifícios se tornassem mais leves e artísticos. Surgem, assim, vários movimentos importantes, tais como o barroco e o neoclássico, nos quais se procura as origens e se reutilizam conceitos e características da Antiguidade Clássica, ainda que utilizando-se novos materiais como o metal e o cimento.

Perante esta evolução e enquadramento, podemos considerar que há Arquitetura e que se reveste, em muitos casos, de características vernaculares! De facto, as construções foram feitas, ao longo da história, com um determinado fim (programa), seguindo as tecnologias e conhecimentos de uma determinada época, num local definido e utilizando os materiais nele existentes. Foram ainda levadas a cabo com uma intenção concreta, nomeadamente, resolver um problema existente, quer fosse para proteção face às intempéries e perigos, quer com objetivos defensivos e/ou políticos, quer até por motivos devocionais.

Com o passar do tempo, vão-se acentuando as exigências de habilidade, analisadas até ao mais ínfimo pormenor, condicionado pelas funções e pelas características regionais daquilo que se constrói e onde se constrói.

Contudo, esta evolução que ainda hoje verificamos, trouxe consequências negativas para o ambiente: “Da utilização de materiais básicos como a madeira, a terra e a pedra, evoluiu-se para soluções construtivas mais complexas que acarretam impactos negativos no meio ambiente, quer devidos à energia que utilizam os edifícios no seu

funcionamento, quer pelos recursos utilizados (energia, água, matérias-primas), como ainda pela produção de resíduos”¹⁹.

Não obstante, nas últimas décadas tem-se trabalhado para maximizar a utilização de fontes de energia renováveis, procurando proteger o ambiente e diminuindo o impacto ambientalmente nocivo do setor construtivo.

¹⁹ FERREIRA, 2015, p, 63.

2. Casa portuguesa contemporânea

Antes de particularizar a arquitetura popular em Portugal, é necessário desenvolver o movimento da casa portuguesa contemporânea, emergente a partir do final do século XIX. Sendo caracteristicamente nacionalista e conservador, surge no contexto da crise identitária de 1890, decorrente do mapa cor-de-rosa e consequente Ultimato britânico²⁰. “A questão da Casa Portuguesa, na passagem para o século XX, é reflexo do debate sobre a identidade política, cultural e artística como manifestações da procura de uma identidade original portuguesa. Com raízes no século XIX (...) esta inquirição cruza-se com o romantismo e o movimento garrettiano, manifestação provocadora que aponta a *nossa terra*, lugar revigorante e fator de autenticidade, como matriz insuperável de portugalidade”²¹.

Neste movimento, olha-se para o território português, dando-se destaque ao povo. Este é perspetivado e considerado como a Nação pelos seus costumes, formas de vida e de habitar, passando a ser estudado e ouvido pelos estudiosos. A cultura popular demarca-se como contendo em si uma herança rica. Procura-se “uma identidade portuguesa em arquitetura, denuncia a arbitrariedade dos estilos e, nomeadamente, dos estrangeirismos por falta de adesão à realidade nacional. (...) Pressupunha-se sempre a defesa de um estilo nacional para edificações *simples e baratas*, que era também, na circunstância do século XX português, uma das respostas possíveis face à crescente exigência económica, construtiva e espacial, prefigurando uma arquitetura pitoresca com telhados e beirais vagamente acentuados, vãos guarnecidos com molduras, portadas e alpendres”²².

Paralelamente, assiste-se a uma primazia do mundo rural, por contraponto ao mundo urbano. O movimento da casa portuguesa contemporânea vai demarcar o campo, perspetivado como uma paisagem de excelência no contexto nacional.

Emerge, igualmente, a necessidade de desenvolvimento de um modelo de habitação, dotado do conforto necessário e alternativo aos arquétipos importados, que ficaria conhecido pela designação genérica de Casa Portuguesa, movimento que ganhou maior fôlego nas décadas de 1900 e 1910, em parte graças ao arquiteto Raul Lino (1879-1974), que teve um papel importante e determinante²³.

Raul Lino teve uma vida pautada pela ocupação de vários cargos, que lhe permitiram acumular experiência. Entre outras funções, integrou o Ministério das Obras

²⁰ RAMOS, 2011, p. 2.

²¹ RAMOS, 2011, p. 1.

²² RAMOS, 2011, p. 3.

²³ Evidenciaram-se ainda outros arquitetos com menos impacto, tais como Henrique das Neves, Rocha Peixoto, Joaquim Vasconcelos, Abel Botelho e João Barreira. Cfr. DINIZ, 2004, p. 41.

Públicas, foi Superintendente dos Palácio Nacionais e fundou a Academia Nacional de Belas Artes.

Enquanto artista e arquiteto, foi uma personalidade de destaque. Promoveu a articulação entre a tradição nacional e novas correntes europeias, em voga no início do século XX, possivelmente decorrente dos estudos que desenvolveu em países como a Inglaterra, Irlanda ou Alemanha durante a fase inicial da sua vida.

Raul Lino foi particularmente influenciado:

- 1) Pela casa sulista portuguesa que, para ele, era a que melhor representava os hábitos dos portugueses, por conter um alpendre, pelo seu jogo de cores que embelezavam a casa e a protegiam do calor e dos insetos, pelos telhados com telha portuguesa e beiral, pela chaminé, pela utilização de azulejo, entre outros motivos. Desenvolveu este gosto nos percursos concretizados em Marrocos e no Alentejo, por onde viajou devido a trabalhos encomendados.
- 2) Pelo inquérito sobre a arquitetura portuguesa de 1961, de seguida analisado. Este documento constitui um complemento à arquitetura portuguesa da época, começando-se a introduzir técnicas construtivas e soluções que surgem empiricamente com um carácter somente prático e nada decorativo ou estético. A combinação entre o movimento da casa portuguesa e o inquérito permitiram uma maior compreensão não só na Arquitetura, mas também noutras áreas disciplinares.

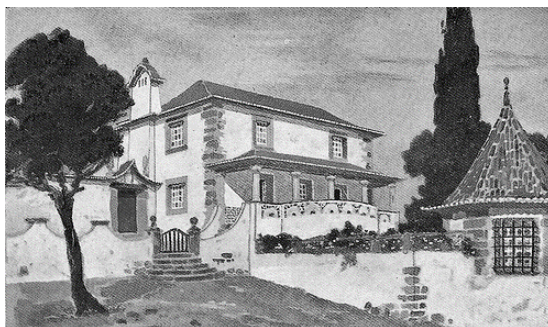


Figura 9. *Projeto de Casa para os Arredores de Lisboa*, Raul Lino

Com base nestas fontes de inspiração, Raul Lino “abordava a questão das características próprias do habitar em Portugal, sugerindo uma inventariação de temas definidores construtivos (Caição, telhados, molduras dos vãos, alpendres, etc) e ambientais (escala, proporção, paisagem) e, decorrendo destes, aventava séries

tipológicas regionalistas, com diferentes modelos de habitações para o Norte, Centro e Sul do país”²⁴.

Para Raul Lino, era o tradicional que melhor revelava a identidade e as características do ser português: “Essas simpáticas casinhas à beira da estrada, ou entre os campos, melhor nos revelam o seu português sentido. Que alegres no seu variado matiz; que acomodadas nas proporções; que graça, que modéstia e contentamento não respiram! Nada têm de forçado ou de menos seguro efeito; tudo parece nascido do próprio lugar com naturalidade. Parece que estas casas eram dotadas de uma espécie de bom-senso que as impedia de tomar atitudes agressivas, na forma ou na cor, que incomodam o viandante, que nenhuma obrigação tem de aturar extravagâncias e imbecilidades”²⁵.

Estas suas ideias e concepções ganharam forma em algumas obras, tais como *A nossa casa: Apontamentos sobre o bom-gosto na construção das casas simples* (1918), *A Casa Portuguesa* (1929) e *Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples* (1933). “As imagens das suas casas regionais serão símbolo do pitoresco nacionalista, de família/propriedade/herança, com crescente presença em todos os setores da sociedade”²⁶.

Raul Lino viria a ser identificado, na época, como o criador do modelo de casa portuguesa, influenciando os arquitetos do seu tempo. A habitação ocupou um lugar primordial nas suas obras, contribuindo não só para a arquitetura nacional, como também para a arquitetura doméstica e para a associação desta à habitação unifamiliar. Raul Lino assentava a sua concepção e modelo habitacional na “importância de pensar, projectar o interior da casa em função das necessidades concretas dos respetivos habitantes, aceitando a inexistência de uma noção de conforto universal, e portanto a importância de equacionar a resposta caso a caso. (...) considera igualmente importante o cuidado com as proporções e a obtenção da *harmonia*, (...) entendida como integração na paisagem”²⁷.

²⁴ In DINIZ, 2014, p. 41.

²⁵ LINO, 1992, p. 73.

²⁶ RAMOS, 2011, p. 5.

²⁷ MAIA, 2011 (a), p. 20.

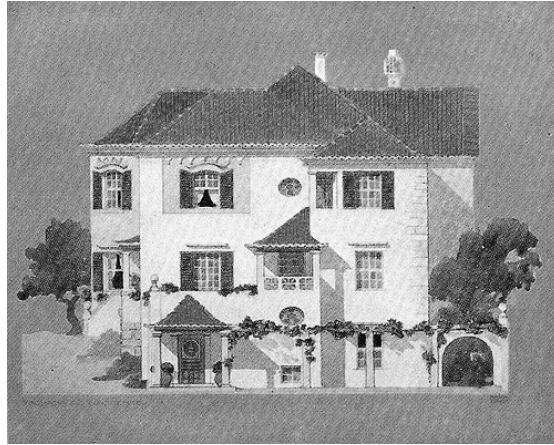


Figura 10. Projeto de Casa para os Arredores de Lisboa, Raul Lino

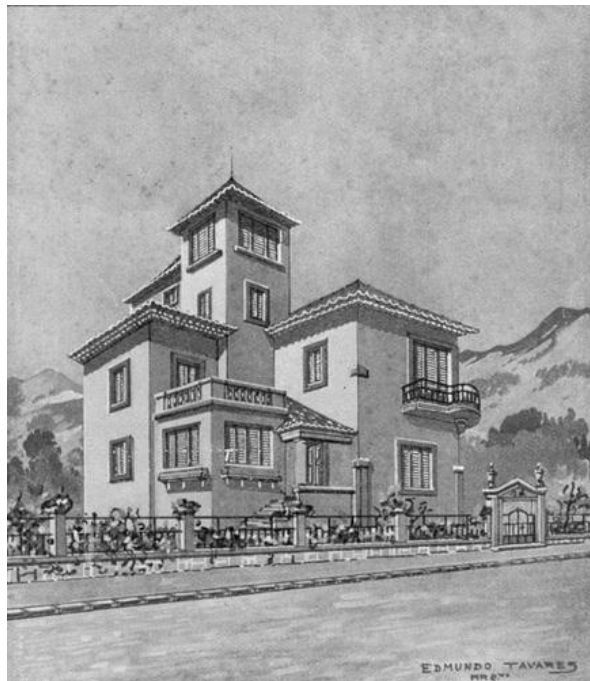


Figura 11. Edmundo Tavares ilustracao da casa madeirense

Refira-se que Raul de Lino vivenciou três regimes políticos – a passagem da Monarquia Constitucional (1820-1910) para a I República e (1910-1926), desta, para o Estado Novo (1933-1974) (não se descurando ainda a ditadura militar vivenciada entre 1926 e 1933).

Como verificámos, a partir do final do século XIX, demarcando-se particularmente com o avançar de Novecentos e tendo o seu expoente máximo no regime ditatorial salazarista, a arquitetura portuguesa adquire um carácter nacionalista,

conservador e anti modernista, de tal forma que algumas obras modernistas eram recusadas. As propostas conservadoras e nacionalistas passam, essas sim, a ser apoiadas pelo Estado português.

Indo ao encontro desta ânsia nacionalista, a arquitetura portuguesa passa a dedicar-se ao estudo das nossas raízes, emergindo a arte popular portuguesa como um domínio alvo de investigação e aprofundamento. Muitas encomendas públicas passam a privilegiar a arquitetura dotada destas características, a qual acaba por ganhar força e apoio.

Raul Lino não fica indiferente ao nacionalismo, conservadorismo e anti modernismo tão em voga. Começa, assim, a desenvolver propostas exaltando a Nação, com reflexos na casa portuguesa contemporânea, no seu desenvolvimento concetual e de propostas arquitetónicas, invocando sempre a portugalidade e o que há “nosso” e apoiando a ideia de que o que é popular deve ser valorizado²⁸.



Figura 12. Casa Branca azenha do mar, Raul Lino

Todavia, Raul Lino encontrou correntes divergentes no que diz respeito à definição de uma habitação modelo. Enquanto este era defensor da identidade cultural nacional enquanto base da construção, por exemplo, Ventura Terra (1866-1919) defendia o modernismo como solução para o problema da habitação. Não obstante esta oposição,

²⁸ Rocha Peixoto, Joaquim Vasconcelos e Abel Botelho não ficaram igualmente indiferentes a estas características no inquérito de 1961.

ambos pensavam sobre a necessidade de dar resposta a uma sociedade que crescia e estava em constante alteração. “A tensão entre uma ação progressista, suportada na crença da ciência e da técnica, como única resposta eficaz face às condições de vida na cidade contemporânea (em Terra), e uma reação à perda da identidade cultural, como defesa da tradição construtiva e da proximidade do homem/natureza (em Lino) é registada nos seus projetos, artigos e entrevistas. Apesar deste confronto, Terra e Lino partilham uma disponibilidade moderna, ou seja a mesma necessidade de refletir sobre o legado da história e sobre os novos modos de fazer arquitetura como resposta a uma sociedade em mudança”²⁹.

Paralelamente, os problemas perante a indiferença face à diversidade regional no movimento da casa portuguesa, levaram ao surgimento de algumas ambiguidades e à necessidade de desenvolvimento de um inquérito sobre a arquitetura nacional. Pretendia-se, como veremos de seguida, aumentar a visibilidade deste movimento com o objetivo de aplicar técnicas e soluções adotadas na arquitetura popular. Tal contrastava com a desconfiança face ao modernismo, perspetivado como uma perda da identidade portuguesa e considerada uma arquitetura extravagante.

Já em meados da década de 1940, personalidades como Fernando Távora viriam a criticar o conceito de casa portuguesa, que a crê ser “uma mentira fácil para os arquitetos e considera que a arquitetura deveria ser pensada como algo que nasce naturalmente”³⁰. Nas suas palavras, “projetar, planejar, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquiteto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem”³¹. Fernando Távora viria a ter uma grande importância no regionalismo português, conciliando a tradição da arquitetura nacional com o movimento moderna.

Ainda assim e não obstante a crítica evocada, investigações recentes revelam que “A Casa Portuguesa representou para a arquitetura doméstica, na primeira metade do século XX, aquilo que o estilo manuelino representou, na segunda metade do século XIX, para a história da arquitetura: a expressão material e edificada de uma identidade nacional”³².

²⁹ RAMOS, 2011, p. 4.

³⁰ DINIZ, 2014, p. 42.

³¹ TÁVORA, 1996, p. 74..

³² ANDRÉ, 2016, p. 32.

3. Arquitetura popular portuguesa e o inquérito de 1961

Mas será que arquitetura vernacular significa realmente o mesmo que arquitetura popular? Estaremos perante uma sinonímia? Será que ambos os conceitos podem ser aplicáveis no contexto português? Existe uma problematização em torno desta questão para a qual, segundo Fernando Diniz, não existe uma resposta conclusiva³³.

A denominação adotada, nomeadamente, arquitetura vernacular ou arquitetura popular, relaciona-se ou está condicionada pelo local e/ou pela época a que nos retratamos. De acordo com Fernando Diniz, se considerarmos como “popular” aquilo que pertence ao povo, a arquitetura vernacular não pode ser considerada como semelhante ou igual. Por outro lado, a arquitetura sofre alterações ao longo do tempo, ao passar de geração em geração. Acumulam-se as mudanças e novas construções, o que dificulta ainda mais a definição.

De uma forma simplista, a arquitetura popular é “uma arquitetura resultante de um saber empírico, ontologicamente vinculado à experiência humana das características ambientais do lugar, predominantemente rural, construída apenas com materiais locais, de autoria anónima, com uma existência de longa duração, se não mesmo atemporal ou supra-histórica”³⁴.

Podemos ainda considerar que não existe uma única arquitetura vernacular e/ou popular, comum a todo o mundo. Sendo um domínio de cariz local ou regional, cada espaço é dotado de características variáveis e utiliza materiais diferentes, ao apropriar-se das matérias-primas pré-existentes. Também as técnicas de construção são diferentes, condicionadas pela funcionalidade daquilo que se produz. De facto, tal como o constatou o geógrafo Orlando Ribeiro (1911-1997), na obra *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*, Portugal é um território dotado de grande diversidade e contrastes. Tal implica uma enorme variedade de estratégias à escala nacional.

Assim, segundo António Jorge Dias, “o popular, além do interesse que tem em si como fenómeno de cultura, pode também, pela tendência conservadora que o caracteriza, dar a chave de muitos recantos obscuros do passado. São inúmeras as sobrevivências de formas culturais velhíssimas que se encontram pelas aldeias dos nossos países. Não apenas dos romanos, mas de muitos outros povos que, em vagas sucessivas, invadiram o território que é hoje a nossa pátria, e de cuja amálgama e fusão resultou o povo, que nós somos”³⁵.

³³ DINIZ, 2014, p. 39.

³⁴ ANDRÉ, 2016, p. 19.

³⁵ DIAS, 1949, p. 10.



Figura 13. 1955 Sendim. Miranda do Douro. Bragança

Mas, se existem dúvidas transversais a vários países onde estes conceitos são ambíguos, o mesmo não acontece em Portugal. Aqui, o tipo de estruturas arquitetónicas identificadas no ponto anterior são caracterizadas como sendo arquitetura popular, e não arquitetura vernacular. Ainda assim, “em Portugal, até ao segundo quartel do século XX, a formulação do conceito não terá uma enunciação fixa”³⁶. Mas como se chegou a este entendimento?

Como verificámos, com a tentativa de identificação de uma arquitetura nacional desde o final do século XIX e durante a primeira metade da centúria seguinte, emerge o gosto pela cultura popular. Este interesse teve repercussões na segunda metade de Novecentos³⁷.

A descoberta e o interesse pelo popular estenderam-se até que, na década de 1940, Francisco Keil do Amaral publicou o artigo “Uma iniciativa necessária” na revista *Arquitectura*, dando conta da necessidade de mobilização dos arquitetos para desenvolver um “estudo criterioso e verdadeiro da arquitetura popular portuguesa” e evidenciando a inexistência de um levantamento e classificação sistemáticos dos elementos da arquitetura nacional nas várias regiões portuguesas. O objetivo era que esta iniciativa fosse publicada em livro³⁸.

Estava lançado o mote para a realização do *Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa*. “Um dos argumentos avançados para o lançamento do Inquérito, terá sido

³⁶ ANDRÉ, 2016, p. 20.

³⁷ MAIA, 2013 (a), p. 11.

³⁸ A procura de conhecimento da raiz popular no âmbito da Arquitetura não foi um movimento exclusivamente português. Sobre este assunto ver DINIZ, 2014, pp. 43-47.

o de provar ao Governo do Estado Novo, a não existência de um modelo de arquitetura que fosse marcadamente português, mas sim a existência de uma diversidade de modelos em situações, que responderiam a específicos condicionamento físicos”³⁹.

Tendo-se realizado a primeira iniciativa para a sua execução em 1949, por impulso do Sindicato Nacional dos Arquitetos, a mesma não obteve qualquer resultado, retomando em 1955, por iniciativa do Sindicato Junto do então Ministério das Obras Públicas, dirigido pelo Engenheiro Eduardo de Arantes e Oliveira⁴⁰.

Os trabalhos de campo desenvolveram-se entre 1955 e 1960, realizados por equipas de arquitetos portugueses. Ao percorrerem o País, estes arquitetos registaram objetivamente todo o tipo de arquitetura popular existente no território nacional, o que viria a ter uma forte influência nos arquitetos da década de 1950.

Os resultados deste inquérito foram, assim, publicados em 1961, em dois volumes, com o título *Arquitectura Popular em Portugal*. Este trabalho viria a ser reeditado algumas vezes encontrando-se nele patente que o inquérito foi realizado perante a urgente “necessidade de levantamento e registo de um património já em degradação e também para fazer face à pretensão do regime que continuava a impor a elaboração de um estilo nacional”⁴¹.

Não só o levantamento feito no âmbito do inquérito, como também as obras que dele decorreram, tiveram “patrocínio oficial”. As provas finais do livro foram apresentadas a António de Oliveira Salazar, o qual demonstrou interesse nos resultados obtidos⁴².

“A arquitetura popular portuguesa é um bom exemplo no que diz respeito à apropriação do lugar, tanto na utilização dos materiais locais, como na adaptação à topografia, e sobretudo como resposta a uma cultura”⁴³. Os elementos estruturantes que se apresentam neste movimento nacionalista e que vão ser os grandes símbolos que marcam a arquitetura popular portuguesa são os alpendres, as chaminés, os telhados com beiral caído e com vãos com pedra à vista. Contudo, uma das conclusões a que se chegou foi que, de acordo com as materialidades locais, a arquitetura também se altera e adapta. Como veremos, “a variação das matérias primas de local para local resulta em linguagens diferentes nas construções. Cada material apresenta a sua forma de ser trabalhada e aplicada; desde o granito da Beira, ao xisto, ou às casas caiadas no Alentejo, a relação da arquitetura com o lugar é muito estreita”⁴⁴.

³⁹ MAIA, 2013, pp. 17-18.

⁴⁰ O Sindicato Nacional dos Arquitetos era presidido, na altura, por Francisco Keil do Amaral.

⁴¹ In DINIZ, 2014, p. 40.

⁴² MAIA, 2013 (a), p. 31.

⁴³ PINTO, 2014, p. 32.

⁴⁴ PINTO, 2014, p. 32.

Paralelamente, a arquitetura popular começa a alterar-se, embora mantendo a sua identidade. Passam-se a utilizar novos materiais e técnicas de construção mais recentes, ainda que algumas soluções fossem inspiradas em elementos arcaicos levados a cabo pelos nossos antepassados⁴⁵. Estas inovações são resultado do desenvolvimento industrial, que permitiu não só o surgimento de novos materiais e técnicas, como também “aproximar das distâncias” pelo progresso e proliferação dos meios de transporte.

Como referido, este inquérito foi elaborado em pleno regime ditatorial do Estado Novo, onde o gosto pelas características rurais, respetiva naturalidade e pureza eram valorizadas. Evidenciava-se, na mesma fonte, a degradação dos edifícios em algumas regiões, decaindo ainda para um pendor nacionalista, patriótico e de salvaguarda da herança histórica quando se refere “é preciso acautelar um património que encerra ainda preciosas lições: povoados e edifícios singelos, coerentes e harmoniosos”. No fundo, a principal finalidade era a proteção do edificado, seguindo-se o mote “contribuir para salvaguardar o que merece ser mantido é, pois, uma das finalidades deste trabalho”⁴⁶.

Surge, assim, a partir da segunda metade do século XX, uma clarificação do conceito de arquitetura popular em Portugal, colmatando as designações genéricas utilizadas até então da habitação como casa rural ou tradicional. *Arquitetura Popular em Portugal* passa a ser um documento muito importante para a compreensão desta mesma arquitetura.

Desta forma, a arquitetura contemporânea quebrou barreiras, emergindo novos conceitos e passando a desempenhar um papel mais inovador a nível social e urbanístico, mas também nos materiais e soluções arquitetónicas adoptadas. Passou a ser valorizado o coletivo em detrimento do individual, mantendo sempre a simbiose com a natureza, comum ao movimento da casa portuguesa.

⁴⁵ PINTO, 2014, p. 32.

⁴⁶ In DINIZ, 2014, p. 40.



Figura 14. Casa dos Penedos Raul Lino

Contudo, findo o regime ditatorial a 25 de abril de 1974, existirá uma resistência às interpretações do inquérito de 1861, emergindo a necessidade de destacar os arquitetos modernos, como forma de estabelecer um contraste e uma dicotomia com o anterior autoritarismo vivido⁴⁷.

3.1. Arquitetura popular portuguesa: particularismos regionais

O inquérito de levantamento do património popular português de 1961 dividiu o País em várias zonas, cada uma com características específicas, concordantes com a região e respetivo clima. Elaborou-se, assim, uma definição de casas tradicionais segundo as zonas delimitadas, considerando as características comuns do espaço que as compunha. Procurava-se, com este caráter tão específico, encontrar soluções para diferentes problemas, indo ao encontro dos particularismos de cada parte do território português⁴⁸.

Desta forma, o País foi fracionado em seis zonas, cujo estudo foi desenvolvido por arquitetos específicos que trabalharam para o seu desenvolvimento em grupo, de acordo com o especificado na tabela 1⁴⁹.

⁴⁷ MAIA, 2013 (a), p. 32.

⁴⁸ AAVV, 1980, pp. X e XXI.

⁴⁹ MAIA, 2013, p. 27.

Tabela 1. Divisões e responsáveis estabelecidos pelo Inquérito⁵⁰

Zona (nº)	Denominação da região	Arquitetos responsáveis
1	Minho, Douro Litoral e Beira Litoral	Fernando Távora, Raul Pimentel, António Menéres
2	Trás-os-Montes e Alto Douro	Octávio Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo, Carlos Carvalho Dias
3	Beiras	Francisco Keil do Amaral, José Huertas Lobo, João José Malato
4	Estremadura, Ribatejo e Beira Litoral	Nuno Teotónio Pereira, António Pinto Freitas, Francisco Silva Dias
5	Alentejo	Frederico George, António Azevedo Gomes, Alfredo da Mata Antunes
6	Algarve, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	Artur Pires Martins, Celestino de Castro, Fernando Ferreira Torres

⁵⁰ MAIA, 2013, p. 27.

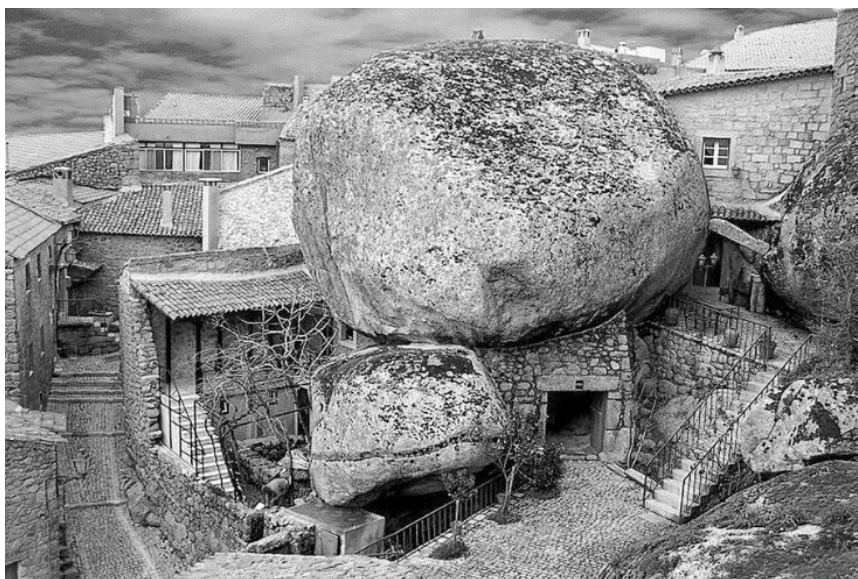


Figura 15. Monsanto



Figura 17. Espigueiros de Soajo

Desta divisão e consequentes trabalhos desenvolvidos, foram evidenciadas as especificidades de cada uma das regiões, que abaixo desenvolvemos.

3.1.1. Minho

A região do Minho situa-se no norte de Portugal. É dotada de relevos montanhosos, que ajudam a regular o clima, o qual se destaca por ser particularmente húmido e chuvoso. Geologicamente abunda o granito com afloramentos de xisto, havendo ainda uma vasta arborização. A precipitação é regular, havendo poucas variações de temperatura ao longo do dia e do ano. No quadro das atividades económicas, predominam as atividades do setor primário, vivendo-se muito da agricultura, da pastorícia e da pecuária.

O Minho é conhecido pelos seus celebres espigueiros, que serviam para guardar a palha e cuja técnica de construção permitia proteger essa mesma palha dos animais, graças à sua implantação ser feita sobre pilotis e por se ter desenvolvido um remate com cornijas e capiteis salientes. Simultaneamente, desenvolvem-se aberturas laterais, criadas de forma vertical, para que seja permitido o arejamento.

No que concerne à casa minhota, esta estava muito associada à prática agrícola. Era, portanto, perspetivada como abrigo, descurando-se para um plano secundário a procura de conforto e/ou luxo. De planta geralmente retangular, as casas típicas tinham paredes em pedra granítica, recorrendo-se ainda ao uso de madeira de carvalho. Os telhados eram construídos em colmo, encontrando-se ainda exemplares mais recentes em que este material é substituído pela telha. Ao longo da fachada da casa podia existir uma escada de pedra. Eram, geralmente, constituídas por dois pisos com pé direito baixo. O piso térreo servia para os cortes de gado, podendo ainda conter lojas. Já o piso superior era destinado à habitação.

A estrutura descrita era ainda, muitas vezes, complementada com uma varanda coberta, dotada de um alpendre e que seria a via a partir da qual se poderia aceder ao sobrado.



Figura 17. Casa típica minhota Seixas

3.1.2. Trás-os-Montes

A região de Trás-os-Montes localiza-se no noroeste de Portugal, sendo constituída por uma geografia de planaltos ondulados, cortados por vales e bacias muito profundas, onde predominam formações de xisto com afloramento de granito. O clima é mais frio nos planaltos e nas bacias, sendo as zonas dos vales mais protegidas e, logo, tendo como característica um clima mais quente. Enquanto o verão é marcado por temperaturas muito altas e clima seco, o inverno é pautado por muito frio, possíveis chuvas abundantes e neve.

Perante as condições climatéricas apresentadas, a casa transmontana era composta por paredes bastante grossas em alvenaria de pedra, pedra esta utilizada em função da disponibilidade local, com destaque para o granito, mas também para o xisto. As fachadas tinham poucas aberturas, recorrendo-se à lareira para aquecimento e para cozinhar.

Esta era composta por um só compartimento, independentemente do número de pessoas que nela habitavam ser elevado ou reduzido. A sua construção era formada por um piso térreo, onde se concentravam os arrumos, alojamento do gado, adegas e lojas. Existia ainda um primeiro andar, ao qual se acedia através de uma escada exterior. A circulação horizontal era igualmente feita através de uma varanda externa.

Recentemente, dividiram-se estas casas em duas tipologias. Por um lado, pode ser uma casa cuja construção foi realizada com a utilização de xisto, detendo um alpendre e uma varanda recolhida, situada a meio da fachada. Por outro lado, destaca-se

igualmente a designada casa serrana, contruída em xisto ou granito, contendo umas escadas salientes e telhados de duas águas.



Figura 18. Casa típica transmontana

Refira-se, no caso da região transfronteiriça entre Bragança e Castela-Leão, o desenvolvimento do projeto BIOURB – Diversidade Construtiva Transfronteiriça, Edificação Bioclimática e sua adaptação à Arquitetura e Urbanismo Moderno. O seu objetivo, entre outros, constituía na identificação e estudo de soluções bioclimáticas da arquitetura vernacular na referida região, visando-se que tal contribui-se para a definição de um modelo de construção bioclimática, ambiental e economicamente sustentável que, simultaneamente, valorizasse a herança cultural e patrimonial⁵¹.

No norte de Portugal, utilizar-se-iam materiais locais, como a madeira e pedra, e soluções construtivas bioclimáticas, fruto da experiência adquirida ao longo de séculos e da adaptação das construções às condições climáticas locais. “Deste modo, a arquitetura vernacular desenvolveu de forma intuitiva, conceitos bioclimáticos que são hoje cientificamente válidos. Dada a escassez de meios, a simplicidade unia-se à racionalidade, resultando na aplicação de técnicas e soluções que, embora rudimentares, maximizavam o aproveitamento dos materiais e de energias disponíveis. A adaptação às condições ambientais locais fez com que os edifícios assumissem uma identidade própria que caracteriza a imagem arquitetónica da região em estudo”⁵².

⁵¹ Sobre este projeto ver FERREIRA, 2015.

⁵² FERREIRA, 2015, p. 64.

3.1.3. Beiras

Embora a região das Beiras, no interior de Portugal continental, seja montanhosa, existem extensas áreas planas. Nesta zona, os invernos são chuvosos e frios, contrastando com verões secos e bastante quentes. Enquanto na Beira Baixa predomina a formação xistosa, na Beira Alta destaca-se o granito.

Nas Beiras, as habitações identificadas eram compostas de pedras roladas, granito, xisto ou barro vermelho, bem como de madeira e telha portuguesa, também designada de “canudo”. Em termos técnicos, utilizava-se pedra rolada nas paredes, colocando-se granito nas esquinas. O objetivo era obter um maior suporte. Já nas janelas era usado xisto, inserindo-se barro vermelho nas juntas para criar isolamento.

No interior das casas beirãs era usada madeira de pinho, por ser mais abundante nesta região, a qual assentava em barrotes de castanho, também ele uma matéria-prima local. Constituídas por dois andares, o piso térreo servia de zona de arrumos, recolha do gado e loja; enquanto o primeiro andar tinha a função de habitação. Os dois andares eram ligados por uma escada de madeira, localizada no interior do edifício devido à possibilidade de mau tempo. Destacava-se ainda uma varanda em madeira no exterior.

Uma vez que nesta tipologia de casas beirãs os fumos saiam diretamente pelo telhado, não havia a necessidade de serem construídas chaminés, mas podia existir uma lareira. A ausência de chaminé permitia que não houvesse perda de calor.



Figura 19. Porta e janela tradicional portuguesa beiram

3.1.4. Estremadura e Ribatejo

A Estremadura e Ribatejo situa-se no centro de Portugal continental, região onde predominam terrenos bastantes argilosos e calcários. Aqui os invernos são moderados e os verões muito quentes, com pouca precipitação interanual.

As casas que encontradas nesta zona tinham, geralmente, as paredes em adobe, rebocadas a cor branca, solução encontrada perante o clima quente. Para um melhor isolamento utilizavam-se materiais como a argila e o calcário. Era ainda colocada uma faixa de cores nos rodapés das fachadas e nas laterais da casa, bem como nas janelas. As cores mais recorrentemente utilizadas eram o azul, o verde e o vermelho.

O telhado das habitações da Estremadura e Ribatejo era de duas águas, sendo composto por telha canudo, verificando-se alguma acentuação a pendente do telhado. As chaminés eram edificadas de forma a constituírem estruturas alongadas e perpendiculares ao cume do telhado. Já o pavimento era de terra batida, com fundações em pedra para evitar a humidade.



Figura 20. casa típica ribatejana ourem

3.1.5. Alentejo

O território alentejano é bastante plano, destacando-se um clima muito seco e quente no verão, estação normalmente prolongada, que no inverno se torna habitualmente frio, com pouca pluviosidade. Destacam-se geologicamente nesta região o granito, o calcário e o xisto.

Indo ao encontro destas características climáticas, as casas alentejanas são caiadas a branco, com uma faixa de cor azul ou amarela em volta das mesmas, à semelhança do que verificámos para a zona da Estremadura e Ribatejo. A utilização destas cores prende-se com a tentativa de proteção contra os insetos. Paralelamente, verifica-se a preferência pela edificação de janelas de pequenas dimensões, de forma a manter a temperatura fresca no interior da habitação.

As paredes das casas alentejanas eram construídas em tijolo de barro amassado e seco ao sol, sendo colocado cal ou argila como forma de revestimento. Já as chaminés eram funcionalmente edificadas com grandes dimensões, sendo igualmente compridas, uma vez que algumas destas casas dispunham de um forno de lenha no seu interior.

Tal como na Estremadura e Ribatejo, o telhado era composto por duas águas, mas desta feita com forro de cana, de forma a obter-se um melhor isolamento. Foram ainda identificados casos em que eram colocadas telhas de vidro para permitir a entrada de luz.



Figura 21. casa típica alentejana

3.1.6. Algarve

O Algarve, região situada no extremo sul de Portugal continental, é fisicamente composto por algumas montanhas, serras e planícies, apresentando um clima mediterrâneo, do qual se evidenciam períodos de calor prolongados e a secura.

As casas algarvias têm uma forte influência árabe, influência esta que constitui um resquício da presença dos mouros, que aí permaneceram durante alguns anos no início do milénio anterior.

As habitações algarvias são constituídas por paredes de barro revestidas a cal, com um telhado de duas águas com platibandas coloridas. Não obstante, o que mais se destaca são as diferentes tipologias de chaminés existentes.



Figura 22. casa típica algarve

4.A arquitetura vernacular ou popular na atualidade

“logo após a publicação do Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal inicia-se uma segunda fase de declínio da arquitetura pela qual tinham trabalhado (...). Declínio esse que se estende aceleradamente a todo o mundo rural. (...) Na verdade, a tardia mas inevitável industrialização da construção seguiu as tendências sociais e demográficas da época e a emigração das populações camponesas para o estrangeiro ou para as cidades médias e grandes deixou um vazio permanente no espaço rural mais afastado dos centros urbanos mais atrativos”⁵³.

Desta forma, os materiais e técnicas são “transpostos” por esses mesmos emigrantes aquando do seu regresso ao local de nascimento, perdendo-se a identidade popular e característica de cada região. “A construção industrial substitui por completo a construção vernacular”⁵⁴.

Mas casos existem também, mais recentes, marcados pelo renascimento da utilização de técnicas ancestrais, utilizadas em trabalhos de alterações, reabilitações e restauro. “Grande parte deles são promovidos por entidades privadas com o auxílio de fundos comunitários para diversificação da oferta turística e novas atividades económicas”⁵⁵.

De facto, há casos bem-sucedidos de reutilização, reabilitação e restauro de edifícios de tipologia vernacular, quer no espaço rural quer urbano, quer no contexto português quer internacional. Alguns projetos desenvolvidos utilizam igualmente as características da arquitetura vernacular como inspiração. Como refere Fernando Diniz, “mas em nome da autenticidade, e com significativa lógica, quase sempre os elementos utilizados ou acrescentados são de fabrico industrial ou semi-industrial”, perdendo-se o pendor de utilização de matérias-primas regionais⁵⁶.

Não se pode, contudo, negligenciar a tradição popular de construção e o aproveitamento histórico do património no âmbito deste domínio, sobretudo, tendo em consideração o peso atual de uma construção virada para o ambiente e sustentada. Deve-

⁵³ DINIZ, 2014, p. 47.

⁵⁴ DINIZ, 2014, p. 48.

⁵⁵ DINIZ, 2014, p. 48.

⁵⁶ DINIZ, 2014, p. 48.

se instigar aquilo que os autores da obra *Limits to Growth* definem como uma nova revolução, com as suas fundações assentes na sustentabilidade, conceito que “tem vindo a assumir cada vez maior relevância no debate da Arquitetura”⁵⁷.

“Para alcançar os objetivos supracitados é premente encontrar novas formas de construir, sendo pertinente pensar o futuro da construção assente na reflexão sobre o que foi o seu passado, segundo alguns autores, mais sustentável. Nesse sentido, a arquitetura vernácula é um tipo de construção que importa analisar”⁵⁸. Mas de que forma pode a arquitetura vernacular contribuir para a sustentabilidade? Antigamente, os edifícios populares usavam, sobretudo, materiais naturais, provenientes do espaço onde se inseriam. Utilizavam-se ainda fontes de energia primárias para produzir e alterar os materiais quando necessário.

Paralelamente, num mundo globalizado, a arquitetura vernacular é cada vez mais determinante para reanimar questões relacionadas com a identidade, algo que está novamente em voga. A arquitetura vernacular pode, assim, contribuir para utilização de estratégias de redução do desperdício, enquanto se valorizam as matérias-primas e produtos locais. “No futuro dever-se-á procurar integrar a tradição com a modernidade, o que Abalos definiu como um sistema híbrido, num cruzamento que funda materiais inteligentes com materiais tradicionais e permita explorar novos conceitos estéticos e funcionais. Ignorar todo o conhecimento e potencial tecnológico existente hoje seria um erro quando se visa atingir edifícios de elevado desempenho”⁵⁹.

No fundo, esta conceção híbrida já tem vindo a ser desenvolvida em algumas propostas, projetos e intervenções recentes. Refiram-se, a título de exemplo, os estudos de Isabel Cristina Figueira de Sousa para reconversão do Hospital do Desterro numa unidade hoteleira⁶⁰; ou a intervenção contemporânea nos castelos de São Jorge e de Pombal, investigados por Ana Sofia Fernandes de Almeida⁶¹.

⁵⁷ In FERNANDES, data, p. 773.

⁵⁸ FERNANDES, 2016, p. 773.

⁵⁹ FERNANDES, 2016, p. 775. Sobre os princípios de sustentabilidade ver FERNANDES, 2016.

⁶⁰ SOUSA, 2013.

⁶¹ ALMEIDA, 2012.

PARTE II.

A QUINTA DE SEVES

1. A Quinta de Seves

1.1. Caracterização física, histórica e demográfica da região



Figura 23. Localização da Quinta de Seves no concelho da Covilhã

A Quinta de Seves localiza-se na Estrada do Monte Serrano Nº 13, freguesia de Ferro do concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco, província da Beira Interior, integrando a região Centro de Portugal Continental. Esta zona, quando analisada à luz da divisão das NUT III, adquire a denominação de Cova da Beira.



Figura 24. Localização da beira Baixa

A província da Beira Interior, integra aquilo que anteriormente se designava de Beira Baixa, onde se situava o concelho de Coimbra, bem como a Beira Transmontana.



Figura 25. Mapa da Beira Baixa

A antiga província da Beira Baixa foi criada, à semelhança das restantes dez, em 1832, decorrente da subdivisão da região da Beira, já em vigor desde o período medieval. Três anos mais tarde, quando aquando da reforma administrativa o País foi dividido em distritos, a Beira Baixa perdeu o cariz administrativo, mantendo-se esta denominação unicamente para fins estatísticos e de referência regional. A mesma só viria novamente a constituir uma unidade administrativa durante o Estado Novo, em 1936, ainda que nunca tenha tido uma utilização prática.

Atualmente, a Beira Baixa é uma denominação apenas de cariz histórico ou natural, que integra a província da Beira Interior. Não obstante esta divisão e/ou inclusão, a região natural da Beira Baixa é caracterizada por um relevo acidentado e montanhoso, do qual se destacam as serras da Estrela, da Gardunha, de Alvelos e da Malcata. Existem igualmente zonas planas, como são exemplo a Idanha e a Cova da Beira, sendo que nesta última encontramos altitudes entre as cotas 400 e 490⁶².

⁶² Sendo um sub-região integrada na NUT III, a Cova da Beira abrange os concelhos da Covilhã, Fundão e Belmonte. É composta por 159 hectares e o seu nome deriva do facto de estar inserida em terras planas e de meia altitude, rodeada por montanhas.



Figura 26. Mapa da Beira Baixa

O clima da Beira Baixa é contrastante. Se o Inverno é chuvoso e frio, com quedas de neve frequentes na Serra da Estrela, o verão destaca-se por ser seco e bastante quente. Nesta região emergem ainda abundantes recursos hídricos, “desde linhas de água intermitentes e perenes, nascentes e represas e o curso do rio Zêzere”⁶³. Estes têm sido aproveitados em prol da atividade agrícola, desenvolvendo-se empreendimentos hidroagrícolas e fazendo com que sejam significativas as culturas de regadio, sobretudo, a fruticultura.

Relativamente à estrutura geológica predominam os solos calcários. Destaca-se igualmente a utilização das alvenarias de pedra, granito ou xisto como base para construções populares, conjugado ainda com a utilização de madeira de carvalho, castanho ou pinho.

⁶³ DINIZ, 2004, p. 117.

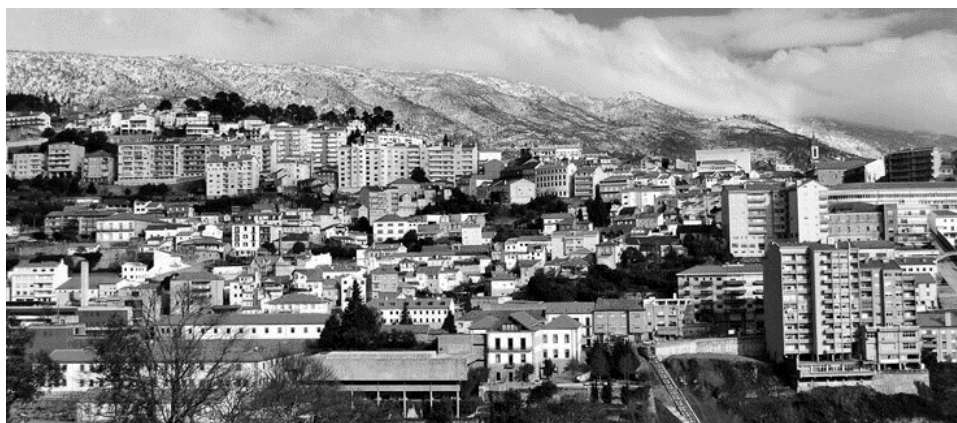


Figura 27. Mapa da Beira Baixa

A Covilhã, concelho onde se situa o nosso objeto de estudo e, como referimos, pertencente ao distrito de Castelo Branco, tem a categoria administrativa de cidade, sendo sede de município. Este é um dos centros urbanos mais importantes da região, remontando ao período do Império Romano, altura em que a Península Ibérica foi ocupada por este povo.

Já durante o período medieval, as regiões interiores e mais próximas da fronteira viriam a ter uma importância histórica de destaque, quer no âmbito da Reconquista Cristã, quer nas lutas contra os vizinhos reinos que compunham a atual Espanha. Estes espaços eram particularmente importantes para defesa do território natural, sobretudo, da zona fronteiriça. “De facto a Beira, segundo MATTOSO (1993, pp 80 e 81), foi alvo de uma ação repovoadora que utilizava a organização concelhia como principal instrumento e que estava subordinada, até ao fim do século XII, às necessidades militares principalmente e numa fase inicial, de defesa de Coimbra, então morada de D. Afonso Henriques. Numa segunda fase visa o fortalecimento das comunidades existentes na Beira e posteriormente o reforço dessas comunidades contra os assaltos almóadas que a partir de Badajoz atingiam toda a beira interior até Lamego, e os ataques leoneses”⁶⁴.

Perante o enquadramento histórico apresentado, a partir de 1157 foram concedidos vários forais, com o objetivo de criar municípios autónomos com privilégios. Formava-se, assim, uma estrutura defensiva, com uma paisagem povoada por castelos e povoações amuralhadas. Assim se justifica que, em 1186, D. Sancho I (reinado 1185-1211) tenha concedido à Covilhã um foral, mandando construir as muralhas do seu castelo para, mais tarde, D. Sebastião (reinado 1557-1578) lhe conceder o título de “notável” por ser uma

⁶⁴ DINIZ, 2004, p. 78.

das principais vilas do reino. A Covilhã viria a ser elevada ao título de cidade em 1870, por mando do rei D. Luís I (reinado 1861-1889).

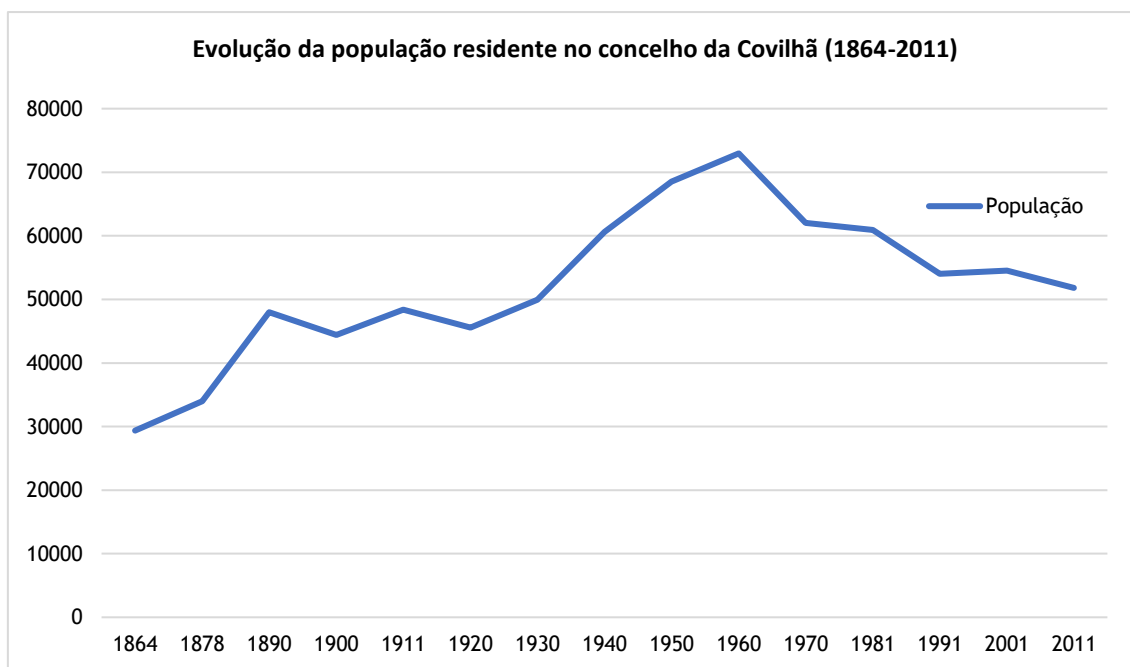


Gráfico 1. Evolução da população residente no concelho da Covilhã entre o censo da população portuguesa de 1864 e o censo da população portuguesa de 2011.

Fonte: Censos portugueses de 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011, disponíveis no site do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A população residente que habita o concelho Covilhã cresceu ao longo do tempo, desde a segunda metade do século XIX, data do primeiro recenseamento geral da população, até à década em que nos encontramos. Em 1864, contabilizavam-se 29 368 habitantes, valor que aumentou até aos 51 797 em 2011. Hoje em dia, a população do concelho da Covilhã situa-se, predominantemente, entre os 25 e os 64 anos, ou seja, na faixa etária adulta.

Não obstante o peso da indústria da lã nesta região, que poderia atrair população de concelhos vizinhos, o crescimento demográfico verificado não foi progressivo. Em parte, tal está relacionado com os movimentos migratórios. Refira-se que, por exemplo, que a Covilhã foi fortemente afetada pela emigração em massa que ocorreu no contexto nacional a partir da década de 1960, emigração essa que se fazia não só no sentido dos grandes centros urbanos portugueses de Lisboa e do Porto, mas também para o estrangeiro. “As camadas mais pobres da população procuram, com todo o direito, uma

vida melhor e alcançar condições de conforto que não conheciam na sua vida”⁶⁵. Esta era uma população que viveria, sobretudo, da agricultura de subsistência, completando o rendimento obtido nesta função laboral com o trabalho para outros agricultores e proprietários de terras mais abastados. A mecanização dos campos acabou por se revelar concorrencial para esta mão-de-obra. O espaço rural perdeu, assim, a sua população, “primeiro os casais e as bouças, depois as pequenas aldeias e finalmente as vilas e cidades”⁶⁶.



Figura 28. Ferro localização



Figura 29. Ferro

⁶⁵ DINIZ 2004, p. 88.

⁶⁶ DINIZ 2004, p. 88.

Por sua vez, a freguesia de Ferro, encontra-se a cerca de 11 quilómetros da Covilhã, perto da margem esquerda do rio Zêzere, tendo sido elevada à categoria de vila em 1995. É composta pelos lugares de Freixo, Lameiras, Madeira, Monte Serrano (onde se situa o nosso objeto de estudo), Penedia, Rasas, Ribeiro do Moinho, Sesmarias, Sítio do Marujo, Sítio da Póvoa, Sítio do Ribeiro de Linhares e, por fim, pelo Souto Alto.

À semelhança da Covilhã, o povoamento de Ferro remonta ao período romano, civilização que lhe terá dado o nome – *ferrum* (palavra latina) – devido à abundância do material. Efetivamente, os romanos aproveitavam os recursos do subsolo dos espaços conquistados que passavam a integrar o seu império, tendo explorado o ferro existente nesta região. A atestá-lo estão vários vestígios arqueológicos encontrados, nomeadamente, moedas, pedaços de peças de cerâmica, tijolos, mós manuais e pedras esculpidas. Do período de ocupação romana existem igualmente vestígios de sepulturas⁶⁷.

A freguesia de Ferro possui elementos da herança cultural e patrimonial de relevo. Refira-se a capela do Espírito Santo, datada do século XVI e que pertenceu à Ordem de Santiago; ou a Igreja Matriz, típica da arquitetura barroca, edificada no século XVIII e na qual se evidencia a utilização de talha dourada nos altares e o retábulo do Sacrário⁶⁸.

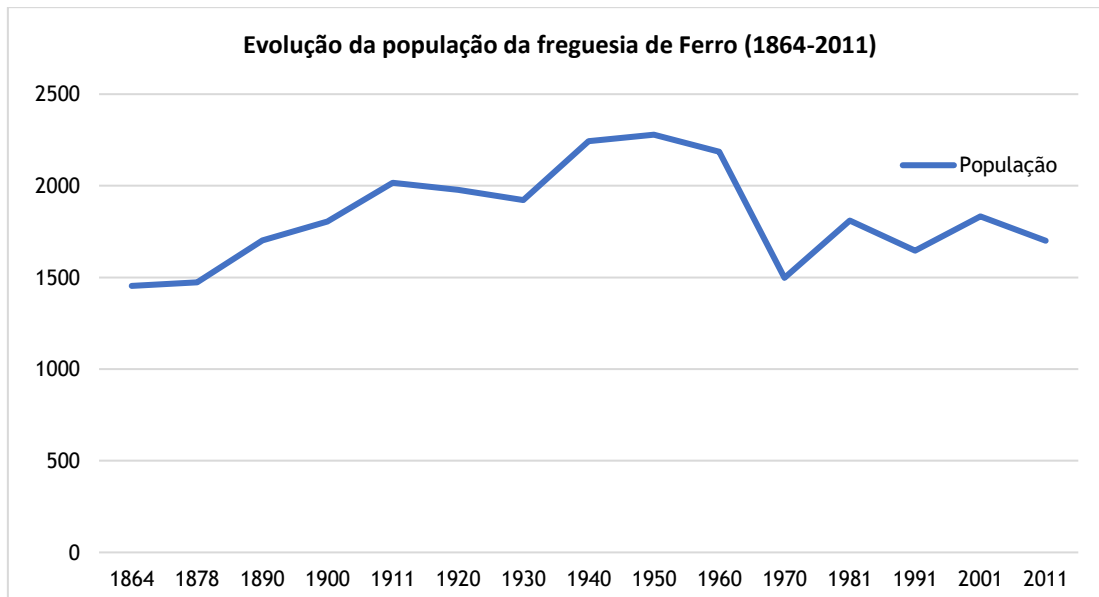


Gráfico 2. Evolução da população da freguesia de Ferro entre o recenseamento geral da população portuguesa de 1864 e o recenseamento geral da população portuguesa de 2011.

Fonte: Censos portugueses entre 1864 e 2011.

⁶⁷ <http://freguesiadoferro.pt/freguesia/historia/>

⁶⁸ <http://freguesiadoferro.pt/freguesia/historia/>

Ferro tem características profundamente rurais, dedicando-se a sua população, essencialmente, à agricultura. A produção de cereja é particularmente importante para a economia local, vivendo um considerável número de pessoas desta atividade. Em 2011 esta freguesia contava com 1 700 habitantes, população esta que tem vindo a decrescer. Se em 1864 se contabilizavam 1 454 habitantes, o seu valor ascendeu até 1860, contando com 2 186 pessoas. A partir de então a sua população começou a diminuir até alcançar os valores identificados no último censo (2011).

1.2. Breve história da Quinta de Seves

A Quinta de Seves que, como referimos, se localiza na freguesia de Ferro, concelho de Covilhã, tem cerca de 30 hectares, dimensão considerável quando se estima uma média de 10 hectares por exploração agrícola na Cova da Beira⁶⁹. É composta por uma mata de pinheiros, bem como por uma zona baixa, onde passa um ribeiro. Destacam-se ainda postes de alta tensão que atravessam esta propriedade.



Figura 30. Quinta de Seves

Datam deste século XVIII dois documentos que dão conta da existência da Quinta de Seves. Esta era uma zona agrícola e pecuária, pertencente a membros do clero, classe

⁶⁹ DINIZ, 2014, p. 117.

social que se dedicava a funções religiosas, mas que, paralelamente, era detentora de uma significativa herança patrimonial.

De facto, esses dois documentos foram redigidos por autores diferentes, mas que tinham em comum o facto de serem padres. Um deles destinar-se-ia ao *Dicionário Geográfico de Portugal*, publicado em dois volumes, entre 1747 e 1751 e da autoria do Padre Luís Cardozo. Já o segundo documento, datado de 1758, terá sido decorrente de um inquérito ordenado por Sebastião de José Carvalho e Melo, mais conhecido por Marquês de Pombal (1699-1782) e secretário de estado do monarca D. José I (reinado 1750-1777), elaborado na sequência do terramoto de 1755. Este último acontecimento terá afetado consideravelmente o concelho da Covilhã e, com ele, a Quinta de Seves, o que implicou a sua posterior reconstrução. Para a recuperação da zona da Covilhã, Marquês de Pombal autorizou que os habitantes deste concelho utilizassem pedras do castelo para reconstruírem as suas casas que haviam sido destruídas pelo terramoto. Todavia, não se conhece com clareza o que se passou com a propriedade da Quinta de Seves após o terramoto de 1755⁷⁰.

Na centúria seguinte, ou seja, no século XIX, a Quinta de Seves fazia parte do património da casa agrícola Almeida Garrett, o qual foi aumentado graças à fortuna de um comerciante albacastrense, após este ter casado a sua filha com Francisco Tavares Proença (1853-1932), um importante proprietário e político do século XIX, que chegou a ser governador civil do distrito de Castelo Branco. A filha deste casal, Maria Rosália, casar-se-ia com Alexandre de Almeida Garrett, sobrinho do escritor e político⁷¹.

Tendo esta propriedade sido colocada à venda em asta pública, foi adquirida pela minha família, nomeadamente, pela minha bisavó, passando assim para o domínio privado. Acabou por ser arrendada até meados de 1970 e, quando o arrendatário saiu, a Quinta de Seves ficou abandonada durante cerca de 20 anos, altura em que transitou para a posse do meu pai, o qual decidiu reconstruí-la com o objetivo de a tornar num turismo rural.

⁷⁰ DINIZ, 2004, p. 122.

⁷¹ DINIZ, 2004, p. 124.

1.3. Características da Quinta de Seves

A Quinta de Seves é hoje característica daquilo que identificámos como sendo uma casa portuguesa, com uma fusão de arquitetura vernacular. Todavia, esta propriedade sofreu algumas alterações de áreas, o que faz com que não tenha hoje a sua traça original.

O que chegou até à atualidade são alguns edifícios nobres, com pedra de alguma dimensão e com paredes bastante espessas. Surgem igualmente edifícios mais tardios, nos quais a pedra se destaca por ser menos nobre ou pela utilização de taipa com reboco. Evidencia-se que, ao longo dos tempos e de acordo com a necessidade, se iam construindo outros elementos, com as suas fundações nas paredes pré-existentes às quais se faziam acrescentos. Refira-se, por exemplo, as zonas em que as portas e as janelas foram tapadas devido à criação de um novo volume colado nessas mesmas paredes.



Figura 31. Vista aérea

Esta propriedade é, assim, composta, na sua totalidade por um pátio beirão, onde se encontra tanto a casa principal como aquela que denominamos por casa do lado⁷². No lado oposto à primeira situam-se dois volumes de habitações.

⁷² Sobre a importância dos pátios nos complexos agrícolas ver ARAÚJO, s.d.



Figura 32.Vista de fora do Pátio (entrada)

Fora deste pátio, existem ainda outras casas e um moinho perto do ribeiro. A Quinta de Seves é ainda dotada de uma piscina, com um pequeno anexo em frente, o qual serve de apoio à mesma.



Figura 33.Vista da piscina

Crê-se que o edifício mais antigo seja aquele que se situa a sul: “não sendo fácil apurar as datas de construção das diferentes partes do conjunto cremos, em parte por testemunhos da tradição oral de familiares de moradores e vizinhos, e por outro lado pela localização relativamente à fonte de abastecimento de água que o edifício mais antigo é o que se situa a sul embora se possam detetar algumas fases de ampliação diferentes,

algumas contemporâneas dos restantes. Os outros edifícios, pela sua dimensão, diferentes qualidades construtivas, normalmente relacionadas com o tipo de uso, e pela racionalidade geométrica do conjunto sugerem uma data de construção próxima da chamada “revolução agrícola portuguesa”, cerca de 1820, e corresponde a um tipo de assentamento agrícola de novo tipo ligado ao latifúndio”⁷³.

Em 2012, no âmbito da transformação e adaptação da Quinta de Seves a uma nova função idealizada e projetada pelo meu pai, o turismo rural, foi apresentado um projeto ao estímulo financeiro de verbas do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), um enquadramento para aplicação da política comunitária de coesão económica e social que teve vigente entre 2007 e 2013. “Por esta altura, dos edifícios restavam apenas as paredes exteriores tendo desabado ou sido removidas todas as estruturas de madeira, cerâmica e gesso que incluíam paredes divisórias, pavimentos e cobertura”⁷⁴.

O projeto de reconstrução desenvolvido para a Quinta de Seves foi realizado pelo arquiteto Fernando Diniz, sobre o qual este viria a desenvolver a sua tese de doutoramento. Visava-se a reconstrução de dois edifícios, nomeadamente, duas casas, a casa principal e a casa do lado, cujas divisões e respetiva quantidade se evidenciam nas tabelas 2 e 3, abaixo apresentadas.

Tabela 2. Composição da casa principal da Quinta de Seves

Casa principal	
Divisão	Nº de divisões
Quarto	4
Salas de estar	2
Sala de jantar	1
Casa de banho	5
Cozinha	1
Lavandaria	1
Zona técnica	2

⁷³ DINIZ, 2004, p. 123.

⁷⁴ DINIZ, 2004, p. 120.

Tabela 3. Composição da casa do lado da Quinta de Seves

Casa do lado	
Divisão	Nº de divisões
Quarto	4
Salas de estar e jantar	1
Kitchenette	1
Casa de banho	5
Zona técnica	2

O mote deste projeto residia na manutenção da originalidade e da portugalidade da propriedade. Tal seria conseguido, em parte, ao reconhecer-se a importância do saber empírico. Pelas palavras do arquiteto Fernando Diniz: “A degradação física do local era evidente e a possibilidade de se proceder a um levantamento adequado comportava riscos elevados, mas ainda assim foi possível realizar a cobertura fotográfica de alguns espaços interiores do rés-do-chão do edifício residencial principal e, conjugando-o com testemunhos orais dos proprietários e antigos moradores, reformular a estrutura de usos do espaço interno, fundamental para a compreensão do sítio e do conjunto”⁷⁵.



Figura 34. Vista do pátio

A reconstrução das habitações da Quinta de Seves foi concretizada por empresas portuguesas que, por sua vez, para a execução deste trabalho utilizaram materiais também eles nacionais. Não obstante a utilização de novas técnicas, permanece a combinação e mistura entre o novo e o antigo, encontrando-se a harmonia.

Concluído o projeto desenvolvido pelo arquiteto Fernando Diniz, o restante espaço não se manteve intocado. As zonas exteriores foram reconstruídas pouco a pouco, visando-se criar uma harmonia entre o envolvente e os edifícios. Efetivamente, quando

⁷⁵ DINIZ, 2004, p. 119.

o terreno passou para a posse do meu pai, já tinha silvas até ao telhado, predominando igualmente o mato. Todos os espaços estavam destruídos e degradados. Os únicos elementos que permaneceram foram os pinheiros e as oliveiras. Todas as restantes plantações foram criadas com base num conhecimento empírico, transmitido pelo meu avô ao meu pai, dando-lhe a conhecer quais as melhores espécies que se adaptavam ao clima e tipo de solo da região.



Figura 35. Vista da piscina

Já se encontra igualmente reconstruída a casa da piscina e, no futuro, prevê-se recuperar o conjunto de casas que se situam no pátio em frente à casa principal, bem como aquelas que estão fora desta zona e o moinho. Trata-se de espaços que, atualmente, se encontram abandonados e que, perante o seu potencial, equaciona-se e pretende-se dar-lhes uma nova utilidade proximamente.

Contudo, refira-se que o espaço geográfico que integra a Quinta de Seves está atualmente inserido em duas delimitações de gestão territorial de âmbito nacional, que fazem com que se imponham algumas condicionantes à construção. Referimo-nos à Reserva Agrícola Nacional (RAN) e à Reserva Ecológica Nacional (REN):

- a) Reserva Agrícola Nacional (RAN): define o conjunto de terras que devido às suas características agroclimáticas, geomorfológicas e pedológicas têm mais aptidão para a prática agrícola. Tal implica a imposição de constrangimentos à utilização não agrícola do solo ocupado pela Quinta de Seves.

Se, por um lado, o Estado procura por esta via preservar os recursos do solo e a sua apetência para o desenvolvimento da agricultura, por outro, condiciona-se a transformação deste mesmo solo e a possibilidade de construção e de um desenvolvimento mais amplo do turismo rural nesta quinta familiar.

Existem exceções que devem ser consideradas e aprovadas superiormente, mas que devem, todavia, manter e considerar a preservação da atividade agrícola.

- b) Reserva Ecológica Nacional (REN): estrutura biofísica que integra regiões com valor e sensibilidade ecológica ou que possam estar suscetíveis à ocorrência de riscos naturais. Neste caso concreto é condicionada a ocupação, o uso e transformação do solo, colocando-se, mais uma vez, uma barreira à possibilidade de construção ou desenvolvimento da estrutura existente no turismo rural da Quinta de Seves atual.

PARTE III.

PROPOSTA

1. Proposta

Com esta proposta pretende-se dar continuidade ao trabalho de reconstrução de parte dos complexos da Quinta de Seves levado a cabo tanto pelo arquiteto Fernando Diniz, como em iniciativas posteriores.

Desta forma, aquilo que se propõe é apresentar uma proposta de reconstrução de dois outros conjuntos de edifícios, um localizado em frente à casa principal e, outro, uma habitação situada fora do pátio beirão. Ambas as casas se encontram em estado devoluto.

1.1. Programa

Propõe-se que o edifício em frente à casa principal e o edificado fora do pátio beirão contenham as divisões e respetivo número presentes nas tabelas 4 e 5, que abaixo apresentamos.

Tabela 4. Composição do edifício em frente à casa principal da Quinta de Seves

Edifício em frente à casa principal	
Divisão	Nº de divisões
Sala multiusos	1
Cozinha industrial	1
Casa de banho	2
Casa de banho de mobilidade reduzida	1



Figura 36. Proposta Vista do pátio

Tabela 5. Composição do edificado fora do pátio beirão da Quinta de Seves

Edificado fora do pátio beirão	
Divisão	Nº de divisões
Sala de estar	1
Quarto	5
Casa de banho	6
Cozinha	1



Figura 37. Proposta edificado fora do pátio

1.2. Memória descritiva

Tal como mencionado na parte anterior desta dissertação e retomado na presente Parte III, o projeto desenvolvido e apresentado a financiamento do QREN previa a reconstrução da denominada casa principal e da casa do lado da Quinta de Seves. Efetivamente, tal foi o que foi realizado no âmbito deste apoio, a pedido do meu pai e mediante o projeto do arquiteto Fernando Diniz, tendo como objetivo primário e central o desenvolvimento de um turismo rural. Posteriormente, tivemos a oportunidade de reconstruir a casa da piscina, a qual já se encontra igualmente concluída.

Desta forma, o que se propõe é uma proposta de reconstrução de dois outros conjuntos de edifícios, um localizado em frente à casa principal e, outro, uma habitação situada fora do pátio beirão. Ambas as casas se encontram em estado devoluto, sendo que a segunda corresponde, na realidade, a três ruínas. Visa-se, assim, colmatar esta questão perante a potencialidade de utilização de construções típicas de arquitetura vernacular e com características de uma casa portuguesa para fins turísticos.

Estes dois complexos poderão ser uma mais-valia no contexto do turismo rural de cariz familiar, aproveitando-se espaços que, neste momento, não possuem qualquer utilidade. O crescimento no setor do turismo em Portugal e, com ele, do turismo rural, foi igualmente sentido no negócio da Quinta de Seves, verificando-se um incremento do mesmo ao longo dos últimos anos. A ocupação turística desta propriedade familiar tem vivido um incremento na sua ocupação, surgindo a ideia de aproveitamento dos espaços pré-existentes e que, até ao momento, se encontravam devolutos.

A sua reconstrução poderá viabilizar uma maior rentabilidade da Quinta de Seves. Constituirá um importante contributo para um acréscimo da sua capacidade e para uma diversificação dos serviços que este turismo rural pode prestar, quer no que concerne ao alojamento, quer a atividades físicas e/ou lúdicas, ou até permitindo a utilização do espaço para a organização de eventos privados ou públicos.

Paralelamente, caso o negócio do turismo rural da Quinta de Seves se revele pouco lucrativo, a propriedade poderá passar a ser destinada a habitação secundária da família. Considerando o agregado familiar composto por pais e três filhos, os três irmãos poderiam ficar cada um com uma casa independente, o que seria proporcionado pela reconstrução de um dos edifícios.

Tendo estes objetivos em mente, sobretudo a possibilidade de um maior desenvolvimento do turismo rural da Quinta de Seves, o qual se tem para já revelado um êxito, pensou-se aproveitar a estrutura existente, reconstruindo-a de forma a ter um maior número de quartos e, logo, uma maior capacidade. Tal permitira duas opções: ou fechar a casa principal mantendo o mesmo número de quartos disponíveis para serem ocupados ou, por outro lado, manter esta última aberta, incrementando o volume de negócio e aumentando a ocupação viável.

Conforme já tivemos oportunidade de referir, a Quinta de Seves está inserida na RAN, que tem usufruto do regadio público, o que impede a construção nestes terrenos. Integra igualmente um espaço inserido na REN, nomeadamente, aquele que se situa junto à ribeira que atravessa o meio da propriedade.

Estes enquadramentos da RAN e da REN colocam entraves a uma possível construção nos terrenos da propriedade da Quinta de Seves, ficando-se confinado às estruturas existentes e à possibilidade de as reconstruir, conciliando-as com todo o espaço envolvente.

Por este motivo, a proposta que agora se apresenta passa por uma reconstrução das casas devolutas procurando-se, como já foi referido, aumentar o número de quartos e diversificar os serviços. Esta foi, efetivamente, uma necessidade observada e sentida pelo autor ao trabalhar diretamente na Quinta de Seves. Tomou-se consciência e compreendeu-se em que aspetos esta propriedade familiar pode melhorar, permitindo-

Ihe ter um melhor desempenho ao nível não só de uma perspetiva de negócio, como também num conciliar entre as estruturas construídas e a zona envolvente, sobretudo, aquela que se encontra em ruína.

Desta forma, identificaram-se como necessidades primárias:

- 1) Colocação de um jardim ou fonte no centro do pátio, pois no verão as temperaturas sentidas são muito elevadas. Visto que o pátio é ladeado de pedra o ambiente no seu centro acaba por se tornar seco, provocando a sensação de estarmos num deserto. A inserção de uma fonte de água neste espaço permitia amenizar a temperatura.
- 2) Criação de um maior número de quartos. Nos períodos de época alta, nomeadamente, nos meses de Inverno e Verão, a Quinta de Seves encontra-se habitualmente lotada. Ao dispor-se de um maior número de quartos nesta altura do ano, poderia compensar-se a época baixa, entre os meses de Março, Maio, Outubro e Novembro, em que a procura é inferior.



Figura 38. Proposta quarto casa fora do pátio



Figura 39. Proposta sala de estar

~ outras já existentes e procurando ir igualmente ao encontro dos serviços mínimos de uma casa. Efetivamente, o este turismo rural pode funcionar em duas modalidades. Por um lado, o visitante visita pode reservar uma casa inteira, ficando com um espaço independente. Por outro, existe ainda a alternativa de reserva apenas de um ou mais quartos, com direito a pequeno-almoço. Estas duas tipologias de reserva exigem a adaptação do espaço, passando a Quinta de Seves mediante a proposta apresentada a dispor não só de uma sala maior para estas refeições, como também de uma cozinha industrial para as fazer, quer no que diz respeito aos pequenos-almoços, quer alargando o âmbito da restauração a jantares para os nossos clientes.

Existe igualmente necessidade de construir e estabelecer uma sala multiusos, o que permitirá a existência de um espaço dedicado ao lazer interior, onde se podem desenvolver várias atividades, de acordo com os interesses dos hóspedes, como por exemplo, jogos, ouvir música, ver filmes ou simplesmente conversar.



Figura 40. Proposta pavilhão multiusos

1.2.1. Proposta para o edifício em frente à casa principal da Quinta de Seves

Este espaço multiusos situar-se-á no edifício localizado no pátio, em frente à casa principal. A estrutura atualmente existente destaca-se por todas as suas paredes exteriores estarem em bom estado de conservação, embora seja necessário edificar um telhado de duas águas com uma ligeira curvatura para acompanhar o “L” em que o edifício surge.

Sugere-se que este complexo habitacional de apenas um piso seja dotado de um grande *open space*, com uma lareira de frente para a porta principal e com uma zona de

sala de estar. Do lado direito, emerge um espaço destinado a refeições, nomeadamente, pequenos-almoços ou jantares, estando-lhe anexa na cozinha, na zona adjacente em forma de “L” anteriormente referida.

Já no lado oposto do *open space*, via-se colocar duas mesas destinadas a jogos, nomeadamente, uma de *snooker* e uma outra de *ping pong*. Conforme enunciado este espaço pode ainda ser utilizado para o desenvolvimento de outras atividades lúdicas de acordo com os interesses dos hóspedes que frequentam e ocupam a Quinta de Seves.

No fundo deste edifício existirão três casas de banho – uma para senhoras, outra para homens e, por fim, a última, adaptada a pessoas mobilidade reduzida. De facto, a Quinta de Seves já dispõe de um quarto preparado para o mesmo efeito sendo, neste sentido, esta propriedade considerada inclusiva.

1.2.2. Proposta para o edificado fora do pátio beirão

No que diz respeito à proposta para reconstrução e desenvolvimento do edifício situado fora do pátio beirão, verificamos que neste caso concreto nos deparamos com alguns problemas.

Este tem sido um complexo que tem sido ampliado a longo dos tempos. As suas paredes exteriores foram utilizadas de forma a transformarem-se em paredes interiores, permitindo e favorecendo o crescimento do edificado. Passaram, desta forma, a existir várias cotas entre estes espaços, emergindo a necessidade de regularização de todo o edifício, definindo-o e tornando-o homogéneo como um todo.

De acordo com a adaptação desta construção e conseqüente ampliação da mesma, encontramos materiais variados, nomeadamente, taipa e tijolo, utilizados no seu exterior. Estes não estão presentes nos restantes edifícios que compõem a propriedade da Quinta de Seves, sendo o presente a que nos referimos dotado, portanto, de características consideradas menos nobres.

Por este motivo, propõe-se uma solução semelhante à apresentada pelo arquiteto Fernando Diniz no que diz respeito à casa do lado. Neste sentido, serão refeitas as paredes de pedra, de forma a que este edifício mantenha a sua identidade histórica e arquitetónica, logo, a sua memória. A modernidade será introduzida quer através dos materiais utilizados para reconstrução do interior, quer pelas novas dimensões que cada uma das partes desta habitação terá, dotando-as de um cariz mais prático e habitável.



Figura 41. Proposta sala de estar



Figura 42. Proposta escadas

O edificado fora do pátio beirão que se propõe corresponde, assim, a três antigas ruínas, as quais serão unidas constituindo uma única habitação que se prevê que tenha três pisos. Este tem a particularidade de ter um afloramento de uma enorme pedra granítica, a qual pretendo valorizar e inserir na casa, conforme descreverei no parágrafo abaixo.

No piso de baixo, existe uma parede que separa dois espaços e que pretendo destruir, criando assim um enorme *open space*, ao fundo do qual existirá uma casa de banho. É neste piso que se localiza o referido afloramento de pedra, que vai ser aproveitado como uma memória, a preservação de um elemento pré-existente. Assim, prevê-se a edificação de umas escadas metálicas, que sobem um metro de altura, as quais serão construídas em torno desta pedra, de forma a que a mesma fique sempre visível e abrindo-se uma claraboia no topo, como se fosse um vão iluminado. Tal terá uma dimensão significativa, permitindo a entrada de luz e evidenciando a presença do afloramento de pedra.

O piso intermédio tem a característica de ser térreo de um lado da propriedade e de corresponder a um primeiro piso numa outra fachada, devido à diferença de altura do terreno. Aqui pretende-se dividir o espaço de forma a integrar uma cozinha (sendo que

este espaço já era antigamente utilizado para esta função), uma sala de estar (a localizar-se no meio do edifício) e um quarto com casa de banho.

Por fim, no terceiro e último piso serão construídos mais dois quartos. Existirá ainda um terraço comum a todos os quartos. De facto, uma particularidade desta proposta para o edifício fora do pátio beirão reside no facto de só um dos quartos não ter acesso exterior, sendo que todos os outros podem funcionar como quartos independentes. Tal revela ser da máxima utilidade pois, como já tivemos a oportunidade de referir, o nosso turismo rural da Quinta de Seves tem duas vertentes de ocupação, dando-nos esta proposta a liberdade de optar por alugar a casa toda, uma vez que, paralelamente aos quartos, é dotada de uma cozinha e de uma sala de jantar, compondo uma habitação independente. Simultaneamente, também podemos reservar apenas os quartos de forma individual.



Figura 43. Proposta cozinha e sala de jantar.

1.2.3. Características construtivas

Os materiais escolhidos para execução da proposta que se apresenta a ser desenvolvida na Quinta de Seves são variados.

No que diz respeito ao exterior de todos os complexos, pretende-se utilizar pedra granítica.

Por sua vez, no que concerne ao interior, o pavimento será executado em madeira de pinho de origem nacional, havendo uma continuidade e homogeneidade com a matéria-prima já utilizada para este efeito nos outros edifícios e, desta forma, havendo uma linguagem comum.

A estrutura do pavimento será concretizada em aço, devido à sua capacidade em vencer maiores vãos e à sua espessura. Uma vez que a propostas apresentada almeja a

reconstrução de casas antigas e, normalmente, tendo pés direitos baixos, pela utilização de novos materiais, como é o caso do aço, consegue-se ultrapassar a barreira da instabilidade e obtém-se uma construção mais sólida.

Relativamente às paredes interiores, visa-se manter a utilização de pedra, aliando-se esta matéria-prima à utilização de *pladur* aquando da construção de novas paredes. O isolamento será concretizado em lã de rocha e caixa de ar.

Por último, o telhado será edificado em beirado duplo, com telha canudo, mais uma vez mantendo-se a traça original e antiga da habitação. Neste caso o isolamento terá um *roofmate* de 10 centímetros, com forro de madeira e onduline na cobertura para, *a posteriori*, ser forrado a telha.

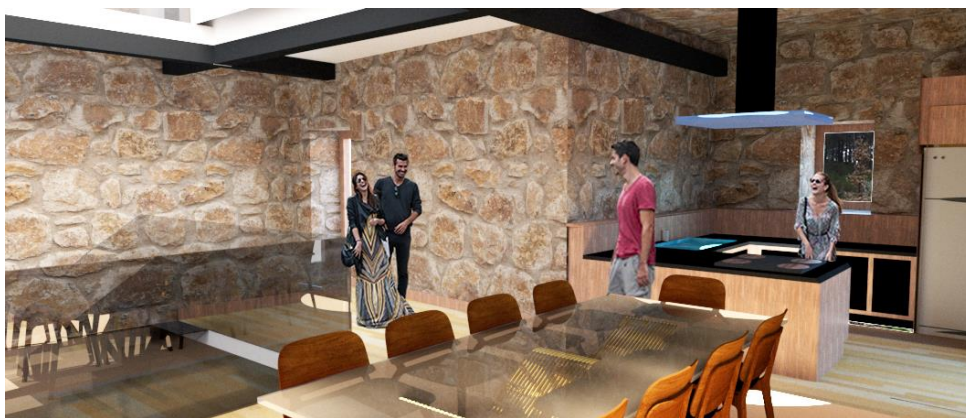


Figura 44. Proposta sala de jantar e cozinha.

Conclusão

Com este trabalho procurámos explorar e aprofundar a arquitetura vernacular ou popular, sendo esta última denominação aquela que melhor se aplica ao contexto português. Este foi o ponto de partida e elemento contextualizador para o desenvolvimento de um estudo de caso concreto e apresentação de uma proposta, nomeadamente, a reconstrução de algumas casas que compõem a Quinta de Seves, propriedade de cariz familiar e atualmente um turismo rural, situada no concelho da Covilhã, freguesia de Ferro. O objetivo último foi estabelecer, para estas habitações características de arquitetura popular e, que simultaneamente, podem ser contextualizadas no movimento casa portuguesa agora com cariz contemporâneo, um encontro entre o antigo e a contemporaneidade (aliás, à semelhança do que já havia sido concretizado na reconstrução de outros complexos desta mesma propriedade).

A relevância do presente estudo reside na importância atual em salvaguardar e preservar o património histórico e arquitectónico, contexto em que inserimos a Quinta de Seves, uma quinta que remonta ao século XVIII e que, numa perspetiva histórica, teve um relevo notório e inquestionável.

Por outro lado, e dado que vivenciamos uma era de sustentabilidade, devemos remeter para a importância da arquitetura vernacular ou popular na óptica de uma reinvenção e reutilização de estruturas pré-existentes, fundindo-se as pré-existências com materiais e elementos contemporâneos.

Hoje em dia assistimos, igualmente, a um crescendo da importância do turismo como motor económico em diversos países, entre os quais se inclui Portugal. Portanto, demonstra ser relevante o desenvolvimento de estudos como aquele que resultou da presente investigação, ainda que circunscrito a um pequeno setor turístico, o turismo rural.

O aumento da capacidade e potencialidade da Quinta de Seves, modelo que pode ser replicado para outras propriedades, poderá não só constituir uma fonte de negócio e riqueza para os proprietários, como também para a região em que se insere. A possibilidade de um maior desenvolvimento desta propriedade atrairá mais pessoas para a região, não só dotando-a de uma maior visibilidade, como também permitindo um maior desenvolvimento económico da mesma, quer de outras estruturas associadas ao sector turístico, quer no que concerne à restauração ou, até, ao comércio local. Existirá, neste contexto, uma lógica de economia circular e um aumento do rendimento da região da Beira Interior e, particularmente, do concelho da Covilhã e da freguesia de Ferro.

Ultrapassa-se, assim, neste exemplo de património histórico e arquitectónico que é a Quinta de Seves o perigo sentido por este tipo de edifícios de arquitetura vernacular,

nomeadamente, o seu abandono e destruição. Preserva-se, desta forma, o passado, dando-lhe uma nova utilidade, nomeadamente, turística, e combatendo-se, desta forma, um despovoamento e desertificação do interior pelo incentivo do desenvolvimento de setores económicos associados ao turismo rural da região.

Como referimos, optámos por dividir o nosso estudo em três partes lógicas e estruturantes, partindo de uma visão macro da arquitetura vernacular ou popular (Parte I), para focarmos a região da Beira Interior, concelho da Covilhã e freguesia de Ferro (Parte II), canalizando progressivamente o nosso olhar para a Quinta de Seves (Parte II) e apresentando uma proposta de reconstrução de parte da propriedade (Parte III).

Assim, na Parte I, procurou-se evidenciar os motivos subjacentes à emergência da arquitetura vernacular e a sua evolução ao longo do tempo, fundada na ideia de Vitruvius em que a natureza é a base e inspiração da arquitetura passando, até ser compreendida enquanto domínio arquitetónico no período contemporâneo, uma arquitetura sem a “mão” do arquiteto. “A necessidade faz o engenho” e, portanto, foi na Pré-História que surgiram as cabanas primitivas, construídas pelo Homem para se proteger das intempéries, perigos e condições climáticas adversas. Mas, progressivamente, as construções tornaram-se cada vez mais complexas, exigindo profissionalização e tendo motivações diversas, desde razões defensivas, religiosas a políticas, entre outras. Acompanharam, igualmente, a complexificação dos materiais desenvolvidos, agora aplicados à arquitetura.

Assim, como verificámos, a existência da arquitetura vernacular ou popular é contemporânea à existência do Homem. Todavia, o conceito só se generalizou com a exposição de 1964 comissariada por Bernard Rudofsky, altura em que emergiu o gosto e uma maior atenção perante este domínio arquitetónico. Não de descure, contudo, a importância do apoio de muitos arquitetos de renome contemporâneos, que ajudaram a consagrar este conceito e que foram determinantes na obtenção de financiamento para estudo da arquitetura vernacular ou popular. Aprenderam-se vários mecanismos arcaicos que originaram soluções mais elaboradas aplicadas hoje em dia, mas tendo por base os mesmo princípios.

A arquitetura vernacular é, efetivamente, fundada em construções de um espaço ou região, executadas por um povo ou comunidade com base num conhecimento empírico que passa de geração em geração (e não necessariamente por eruditos). Foi o que aconteceu na Quinta de Seves quando mencionámos a passagem de informação e das melhores práticas locais de geração para geração. De facto, o mote era a “necessidade” e, portanto, as construções de arquitetura vernacular ou popular são caracteristicamente funcionais e integradas no espaço ou natureza em que se inserem, utilizando técnicas e materiais locais. Adaptam-se, assim, de forma prática, mas ainda

assim válida, sem grande conotação artística. Estas suas características só viriam a ser evidenciadas de uma forma normativa pela Carta de Património Vernacular Edificado de 1999.

Verificámos, também, que no contexto português não podemos falar de uma arquitetura vernacular, aplicando-se melhor o conceito de popular. Neste sentido, estudámos dois elementos estruturantes, definidores daquilo em que consiste a arquitetura popular em Portugal e em que se insere a Quinta de Seves – o movimento da casa portuguesa contemporânea e o inquérito de 1961.

O movimento da casa portuguesa contemporânea emergiu num momento de profundo nacionalismo e patriotismo, decorrente do mapa-cor-de-rosa e do ultimato britânico que marcaram os acontecimentos da História de Portugal no final de Oitocentos. Surge como uma crítica ao modernismo e uma procura pelo nacionalismo português. Passou-se a olhar para o que era nacional e tradicional, focando-se no povo e seus costumes e, sobretudo, com uma primazia do mundo rural. Este direcionar do olhar foi igualmente sentido no domínio da Arquitetura, emergindo a necessidade de desenvolver um modelo habitacional português, contexto em que se destacou Raul Lino, cujos projetos foram influenciados pela casa sulista, aquela que para ele melhor plasmava o ideal da casa portuguesa, criada em função das necessidades daqueles que as habitavam e integrada na paisagem.

Em meados do século XX, destacou-se igualmente a necessidade de estudar as diferenças regionais das casas portuguesas e da arquitetura popular nacional, contexto em que foi esboçada a ideia de desenvolvimento de um inquérito, o qual se viria a realizar, mediante patrocínio estatal, tendo os seus resultados tornando-se públicos em 1961. Verificou-se, de facto, existir uma Arquitetura no contexto nacional que se adapta à região e clima em que se insere, classificando arquitetonicamente cada uma destas geografias e respetiva arquitetura popular. Desta forma, os particularismos regionais foram ao encontro da divisão Minho, Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura e Ribatejo, Alentejo e Algarve. A Quinta de Seves insere-se, neste contexto, nas características identificadas para as Beiras.

Na Parte II do presente estudo, procurámos analisar os particularismos geográficos, históricos e demográficos do espaço em que se insere a Quinta de Seves para, *a posteriori*, a particularizarmos e apresentarmos a composição e características da propriedade.

A ocupação histórica desta região remonta ao período romano, povo que, aliás, daria o nome à freguesia de Ferro. Mas a importância deste local não se desvaneceu nessa altura, tendo sido transposta para a Época Medieval, marcada pela Reconquista Cristã e pela definição de fronteiras. O relevo da Covilhã neste contexto foi demarcado com a

concessão do foral no século XII, não mais se esmorecendo e tendo sido elevada a cidade já em Oitocentos (por sua vez, Ferro viria a ser elevada a vila já recentemente, em 1995).

A propriedade da Quinta de Seves, hoje um turismo rural, conta com cerca de 30 hectares, dimensão considerada significativa no contexto da região em que se insere. A sua existência remonta, pelo menos, ao século XVIII, altura em que dois documentos a referem. Teve ainda alguns proprietários, passando do domínio eclesiástico para ser a casa agrícola Almeida Garrett, tendo depois sido adquirida pela minha bisavó e passando, *a posteriori*, para o meu pai, o qual tomou a iniciativa de lhe dar um novo objetivo e função, tornando-a num turismo rural.

Verificámos ainda que a Quinta de Seves é caracteristicamente uma fusão entre o modelo de casa portuguesa contemporânea e arquitetura popular. Esta propriedade é composta por edifícios de construção mais nobre e outros menos nobres, tendo sido feitas construções ou acrescentos ao longo do tempo em função das necessidades. Assim, atualmente, a Quinta de Seves é composta por um pátio beirão, onde se situam a casa principal e a casa do lado. Estas foram reconstruídas a partir do projeto apresentado em 2012, no âmbito da candidatura ao QREN. Este foi projetado e executado pelo arquiteto Fernando Diniz, procurando-se ir ao encontro do desenvolvimento da quinta enquanto turismo rural e, simultaneamente, visando-se um encontro entre a herança patrimonial arquitetónica do passado e um modelo característico da contemporaneidade e embebido em modernidade.

A estas duas casas soma-se, no lado oposto do pátio beirão, duas habitações e, fora deste, outras casas, um moinho junto ao ribeiro e uma piscina com um pequeno anexo. Esta última também foi alvo de uma posterior reconstrução e melhoria.

Foi considerando a reconstrução de outras partes da propriedade que ainda não tinham sido alvo de intervenção que desenvolvemos a proposta apresentada na Parte III do estudo, referente à reconstrução da habitação em frente à casa principal, situada no pátio beirão, e de outras três a transformar em apenas uma fora deste pátio. Efetivamente, estas casas encontravam-se em estado devoluto, em plena ruína, o que contrastava com a sua potencialidade, sobretudo, tendo em consideração a utilidade turística do espaço.

Assim, reconstrução das referidas habitações permite incrementar o potencial da Quinta de Seves enquanto turismo rural, aumentando sua capacidade de ocupação pela criação quer de uma habitação independente que pode ser reservada no seu todo, quer de quartos individuais. Permitirá igualmente diversificar a oferta de refeições, alargando-a aos jantares pela criação de uma cozinha industrial. Paralelamente, esta propriedade será dotada de mais salas comuns e de lazer, crescendo o número de

espaços dedicados a momentos recreativos e, com eles, favorecendo a diversificação dos serviços prestados.

Num domínio mais amplo, desenvolve-se o turismo rural aqui praticado, incrementando a capacidade de negócio, tornando-o mais rentável e sendo mais concorrencial quando comparado a outros que possam existir na mesma região.

O epicentro deste projeto residiu na ideia igualmente seguida pelo arquiteto Fernando Diniz aquando das reconstruções anteriores - manter a originalidade e portugalidade da Quinta de Seves, objetivo absolutamente indissociável do saber empírico que, como já tivemos oportunidade de recordar, nos é passado de geração em geração. Visava-se criar uma harmonia entre a natureza envolvente e as várias casas, pelo que se recorreu a conhecimentos empíricos.

Nestas reconstruções previu-se ainda prevista a utilização de materiais locais, com destaque para a pedra de granito e madeira de pinho, recorrendo-se ainda à telha de canudo, de forma a manter uma traça tradicional e comum a todos os edifícios. Aliar-se a contemporaneidade ao tradicional e local ao utilizar-se aço, para a estrutura de pavimento, e ao recorrer-se ao *pladur* no interior dos edifícios para construir novas paredes.

Não podemos descurar, todavia, que a inserção da Quinta de Seves na RAN e na REN nos coloca alguns entraves. Não é colocada a possibilidade de construção, o que limita o nosso projeto. Este tem, como tal, de ser fundado na reconstrução e utilização de elementos existentes, uma alternativa mais válida, viável e sustentável perante este enquadramento.

Esta investigação e respetiva proposta poderão ser um contributo e inspiração para outros casos semelhantes em que se perspetiva como uma mais-valia inquestionável o encontro entre as estruturas, vivências, conhecimentos e técnicas do passado com o que o presente e, até, o futuro têm para oferecer. Pretende-se conseguir, assim, uma perceção e compreensão na lógica e sabedoria que ia passando de geração em geração. Compreendendo esse modo de viver observamos várias formas de recuperação de edifícios com valor histórico e percebendo as diferentes maneiras de evocar a memória através da arquitetura contemporânea. Tal permite-nos alcançar melhores aptidões para intervir em arquitectura vernacular.



Figura 45. Proposta Vista da sala de estar

Bibliografia

Monografias

AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980.

ALMEIDA, Ana Sofia Fernandes de Almeida, *Intervenção contemporânea nos castelos em Portugal. Dois casos de Estudo, S. Jorge e Pombal*, Dissertação de mestrado integrado em Arquitetura. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2012.

ANDRÉ, Paula, SAMBRICIO, Carlos, *Arquitectura popular. Tradição e Vanguarda*. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, 2016.

ANDRÉ, Paula, "Surveys, Travels and Disclosure of vernacular Architecture in the Portuguese and European Context" in *Surveys on vernacular architecture. Their significance in the 20th Century Architectural culture*. Conference proceedings. Porto: ESAP, maio 2012, pp. 111-123.

ARAÚJO, Martinho Coelho Tenreiro, *Pátio como unidade do complexo agrícola. Reconversão de usos de um património rural*, Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, s.d.

CASTRO, Carolina Filipe, *Chile: da Arquitectura Vernacular ao projeto de intervenção. A Estação de González Bastías*, Dissertação de mestrado integrado. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2011/2012.

CUNHA, Francisca Carolina Rodrigues Trigo Vale da, *Arquitetura sustentável. Contributos da Arquitectura Vernacular Portuguesa*, Dissertação de mestrado em Arquitetura, Viseu: Universidade Católica Portuguesa, 2015.

DINIZ, Fernando Manuel Leitão, Levantamento Arquitetónico para intervenção no património vernacular edificado: casos do interior beirão, Tese para a obtenção do grau de doutor em Arquitetura. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2014.

Levantamento arquitectónico para intervenção no património vernacular edificado - Anexo 2- Carta sobre o património vernacular edificado.

FERNANDES, Jorge, MATEUS, Ricardo, BRAGANÇA, Luís, “Arquitetura vernácula portuguesa: lições de sustentabilidade para a arquitetura contemporânea” in Actas do Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2016, pp. 773-789.

FERREIRA, Débora Macanjo, FERNANDES, Sílvia, LUSO, Eduardo, VAZ, Jorge, “Soluções Bioclimáticas da Arquitetura Vernacular na Região Transfronteiriça entre Bragança e Castela-Leão” in Seminário Contributos da arquitetura vernácula portuguesa para a sustentabilidade do ambiente construído. Livro de Atas do Seminário reVer. Porto: Universidade do Minho, 2015, pp. 63-72.

FERREIRA, Hugo Luís Rodrigues Morais Gomes, Construção tradicional em Trás-os-Montes. Caracterização construtiva, análise de anomalias e propostas de intervenção, Relatório final da dissertação para obtenção do grau de mestre em Engenharia da Construção. Bragança: Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança, 2017.

GIACOMINI, Fernanda Corrêa, PÓVOAS, Rui Humberto Costa de Fernandes, “Os edifícios antigos de arquitetura corrente em centros históricos no contexto do património cultural: especificidades e condicionantes para projetos de intervenção arquitetónica” in Pós, vol. 18, nº 29, junho 2011, pp. 174-195.

LINO, Raul, Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933.

MAIA, Maria Helena, CARDOSO, Alexandra, LEAL, Joana Cunha, Dois parâmetros de arquitetura postos em surdina. Leitura crítica do Inquérito à arquitetura regional”, cadernos 3 e 4. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo da Escola Superior Artística do Porto, 2013.

PINTO, JOÃO MIGUEL MELÃO, Afirmção e revitalização do turismo na Beira Interior. Uma proposta de arquitetura, Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2014.

RAMOS, Rui Jorge Garcia, “Casa Portuguesa” in Dicionário de História da I República e do Republicanismo, vol. I. Lisboa: Assembleia da República, 2013.

RUDOLFSKY, Bernard, Architecture without architects: a short Introduction to non-pedigreed architecture. Garden city, New York: Doubleday & Company INC, 1964.

SALVADO, João Pedro Ferreira, MARTINS, Ana Maria Tavares, NEPOMUCENO, Miguel Costa Santos, “From Popular to Contemporary: a Review on Portuguese Vernacular Architecture” in Proceedings of REHAB 2019 - 4th International Conference on Preservation, Maintenance and Rehabilitation of Historical Buildings and Structures. Guimarães: Green Lines Institute, Julho 2019, pp. 389-397.

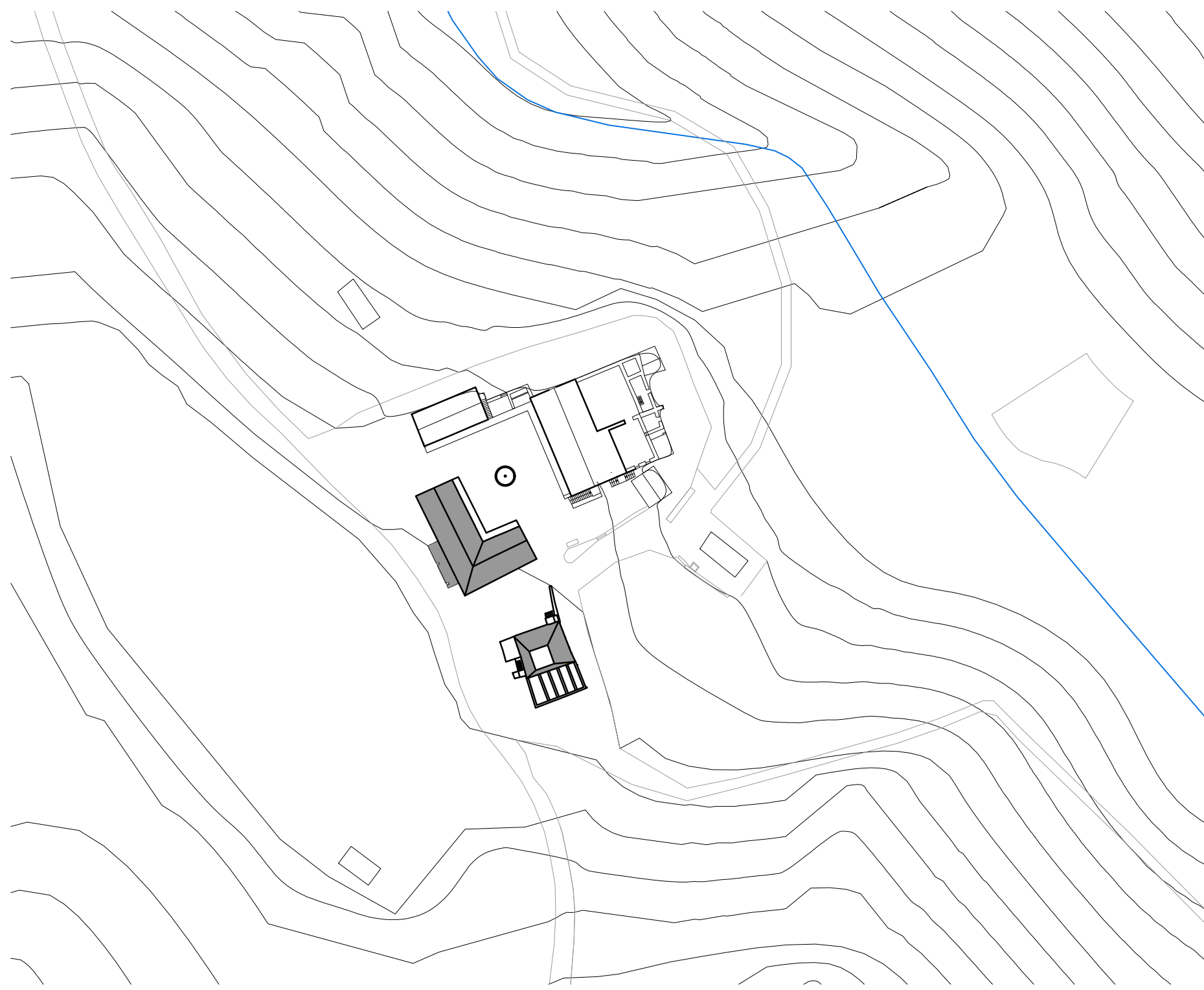
SILVA, Tiago Emanuel Castela da, “Intervenções “cirúrgicas”” in património Arquitectónico, Dissertação para obtenção do grau de mestre em Arquitetura, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2017.

SOUSA, Isabel Cristina Figueira de, Intervir no Património. Reconversão do Hospital do Desterro em unidade hoteleira, Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2013.

Websites

<http://freguesiadoferro.pt/freguesia/historia/>

<http://quintadeseves.pt>



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local **Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha**

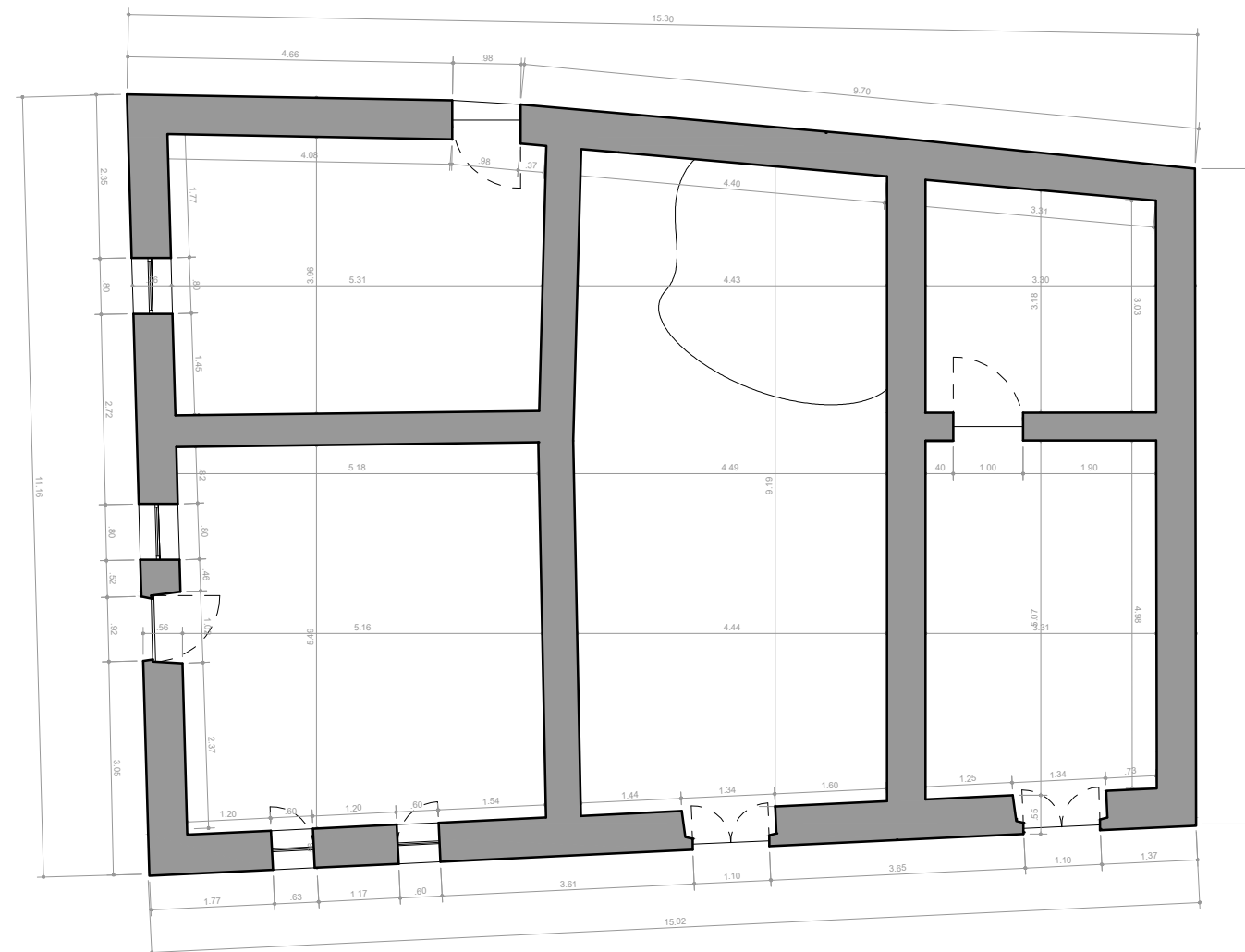
Data: Março 2020

Desenho **Implantação** Folha **00**

Escala 1/1000

Orientador: **Ana Maria Tavares Martins**

Autor **Jose Maria Amado de Almeida Garrett**



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

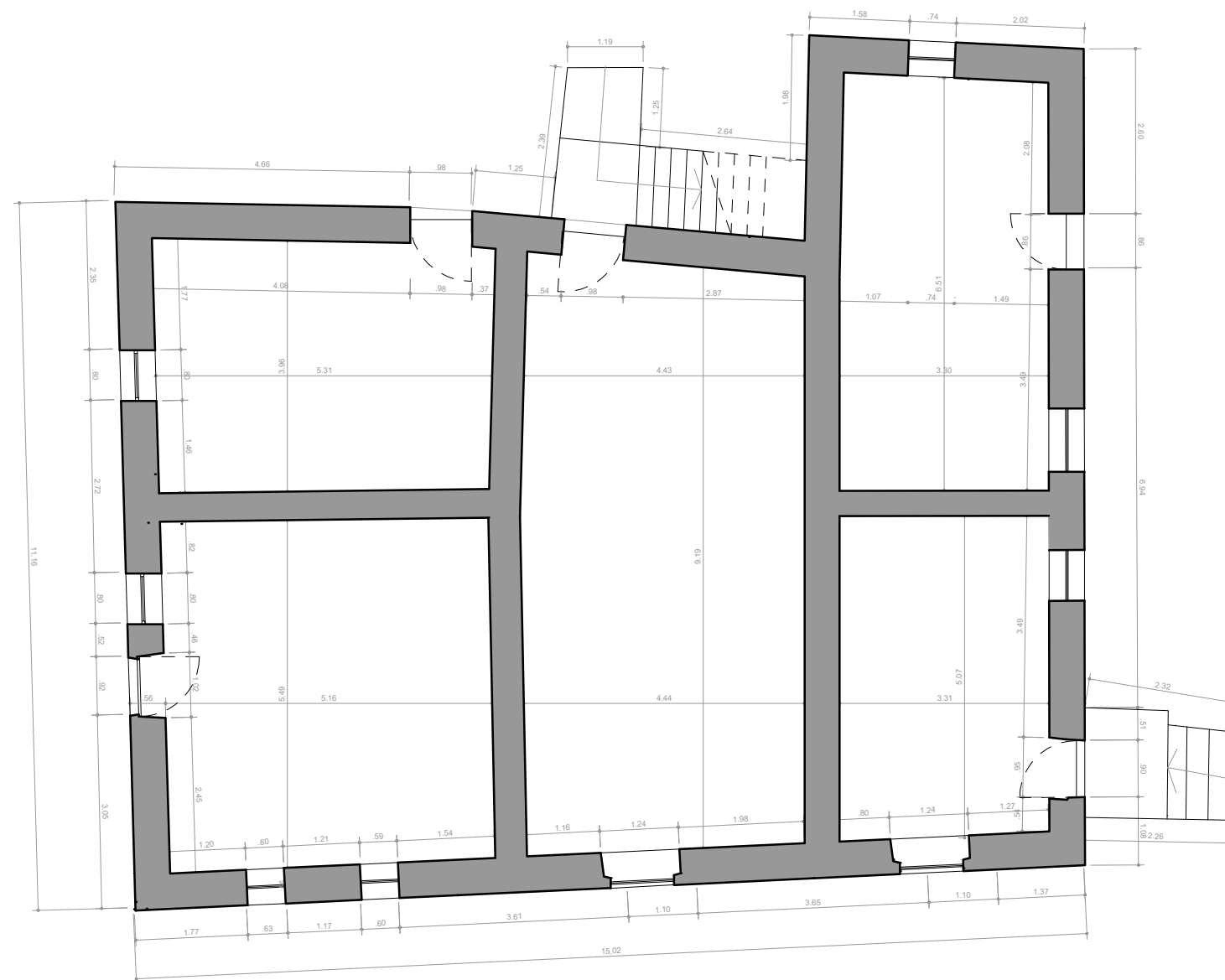
Desenho **Existente ed 1**
Planta piso terreo

Folha **01**

Escala 1/100

Orientador: **Ana Maria Tavares Martins**

Autor **Jose Maria Amado de Almeida Garrett**



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

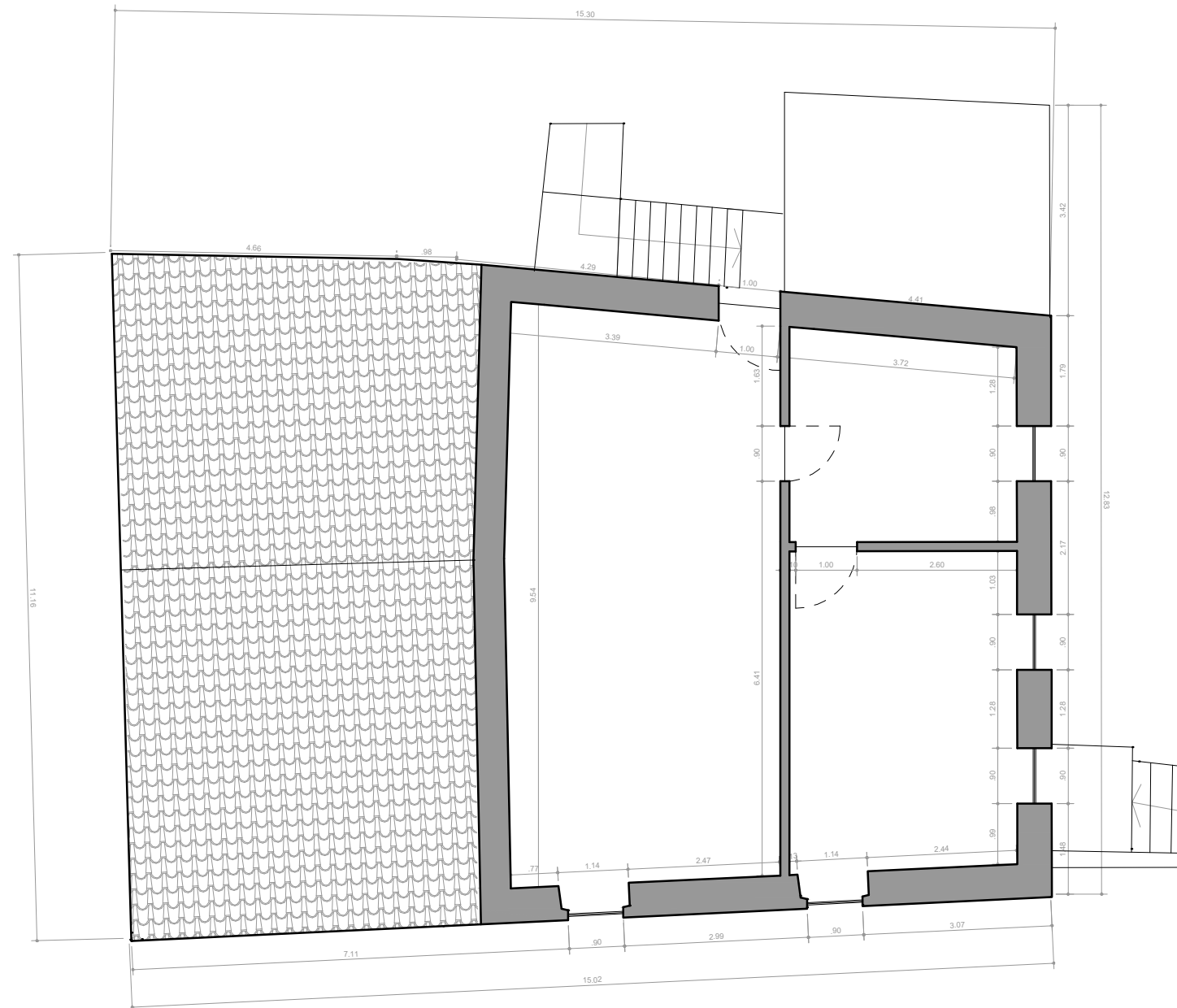
Desenho Existente ed 1
Planta 1 piso

Folha **02**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

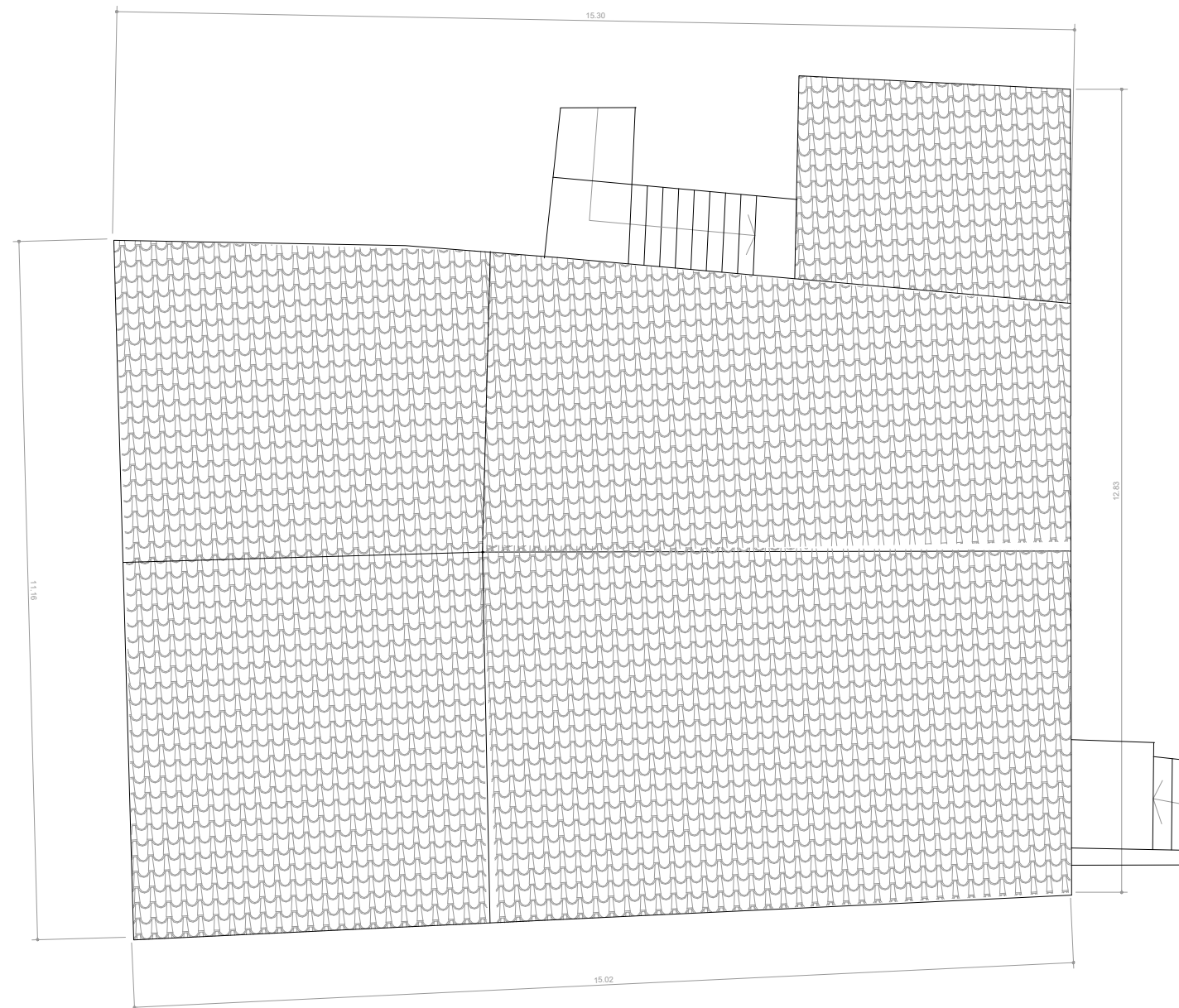
Desenho Existente ed 1
Planta 2 piso

Folha **03**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

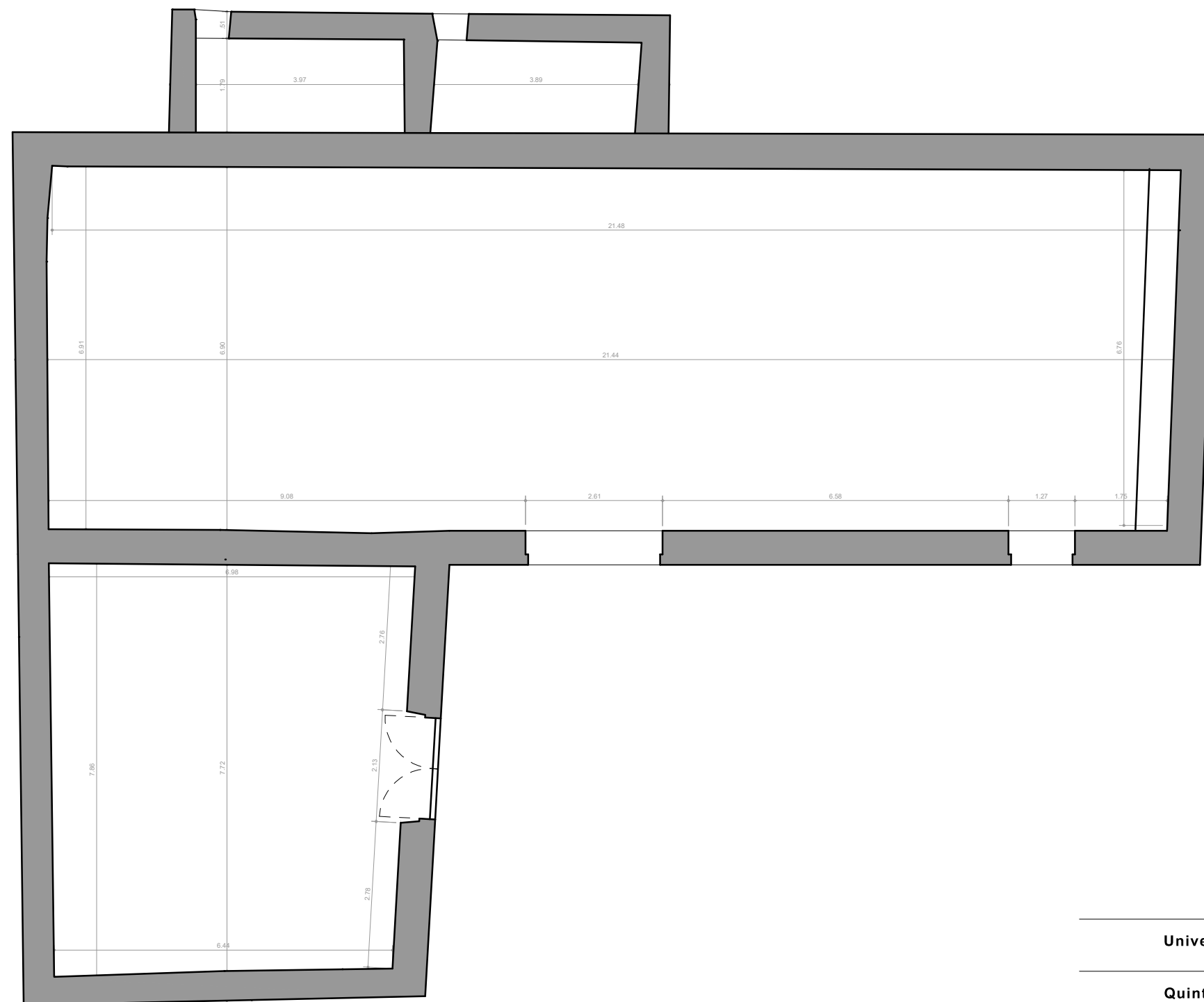
Desenho Existente ed 1
Cobertura

Folha **04**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

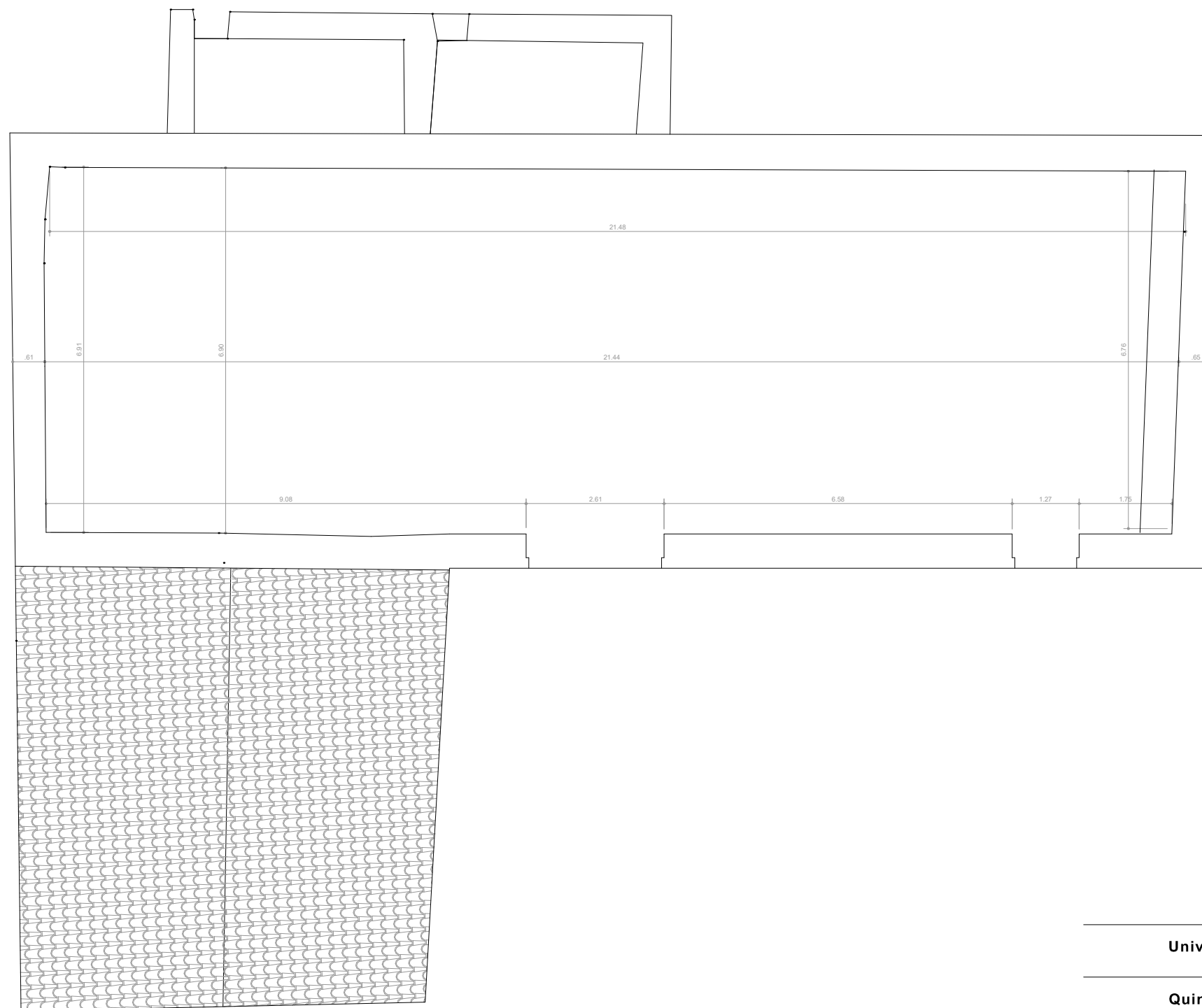
Desenho Existente ed 2
Planta terreo

Folha **05**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

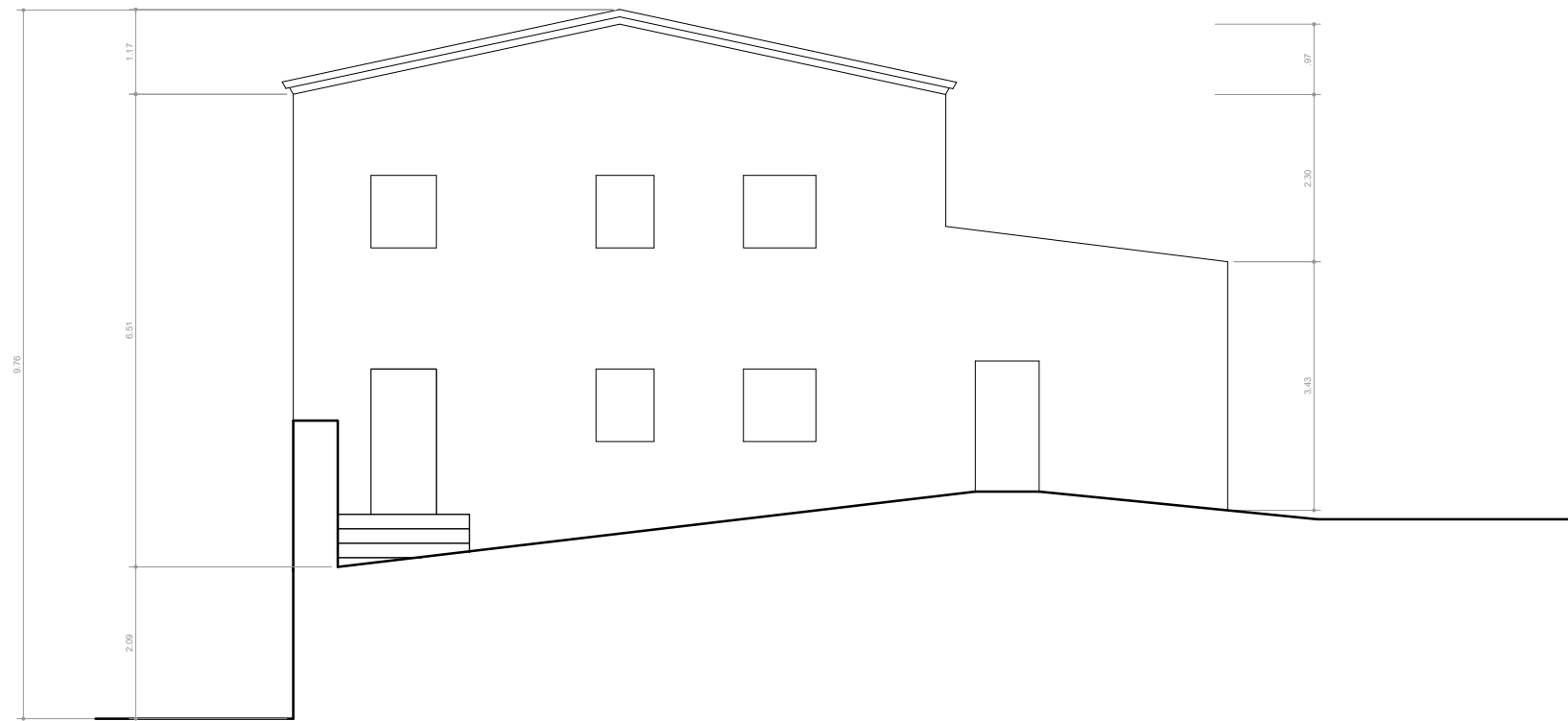
Desenho Existente ed 2
Cobertura

Folha **06**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

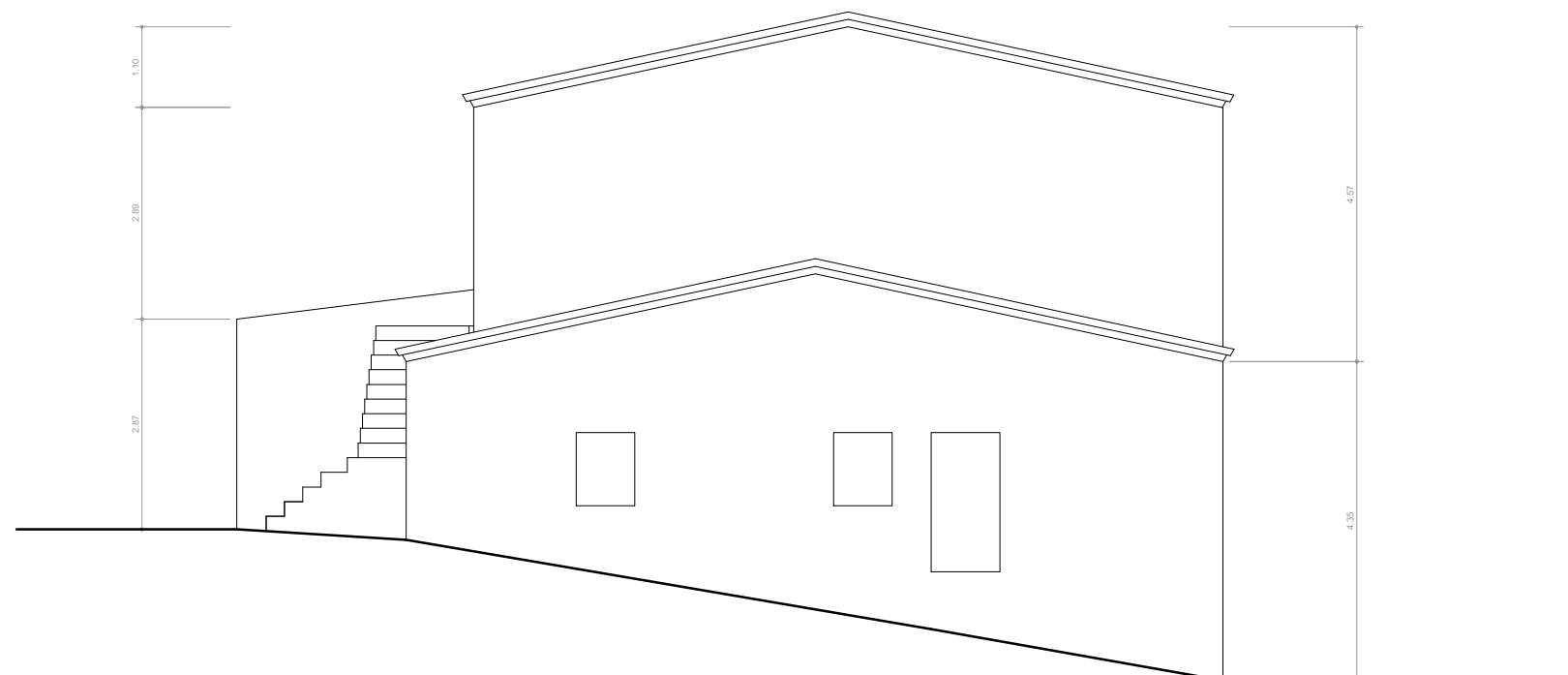
Desenho Existente ed 1
Alçado nascente

Folha **07**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

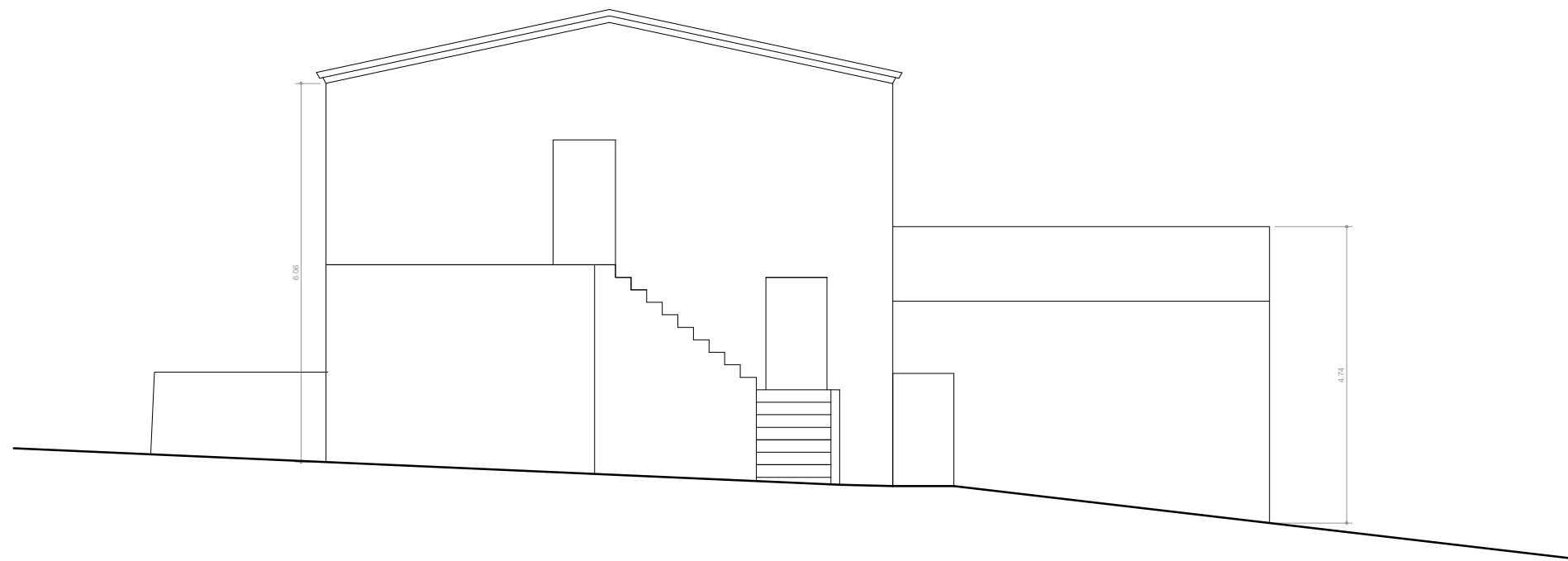
Desenho Existente ed 1
Alçado poente

Folha **08**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

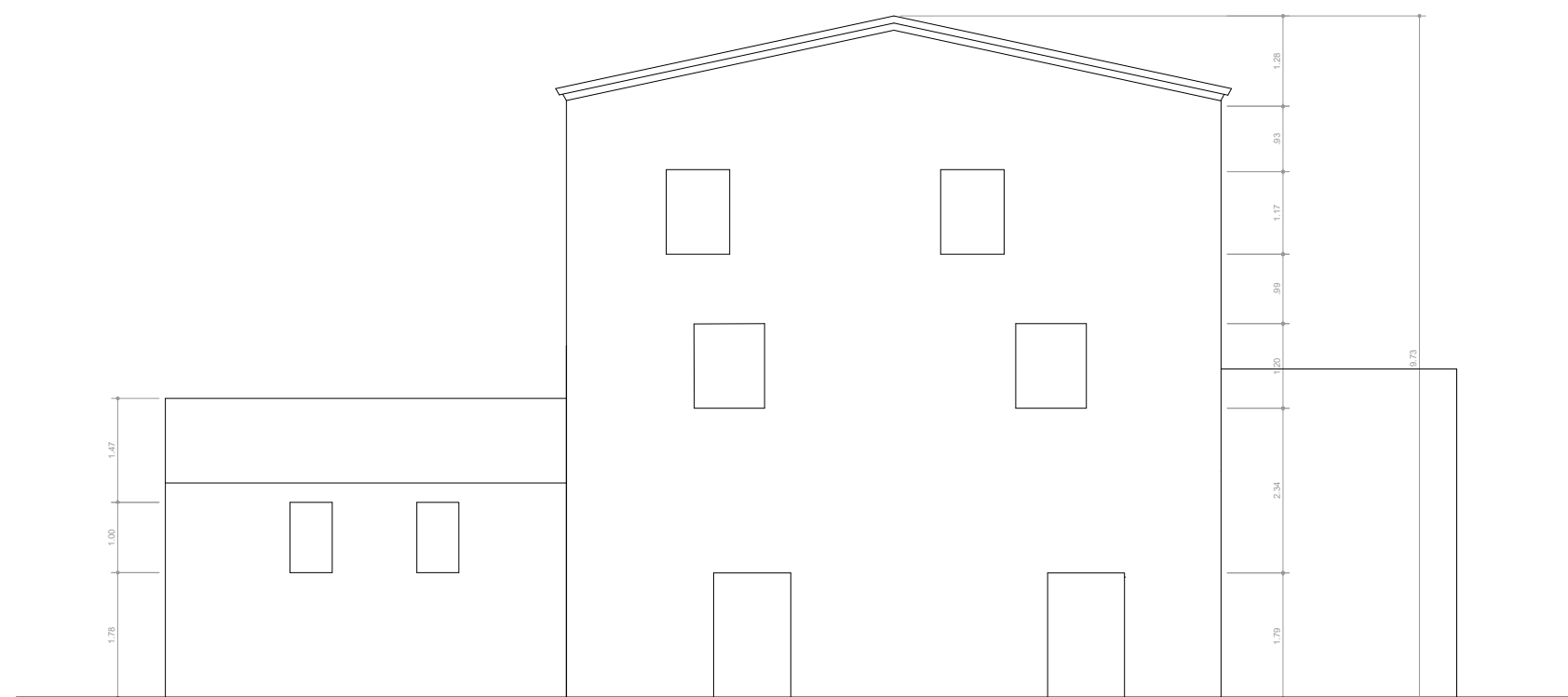
Desenho Existente ed 1
Alçado norte

Folha **09**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

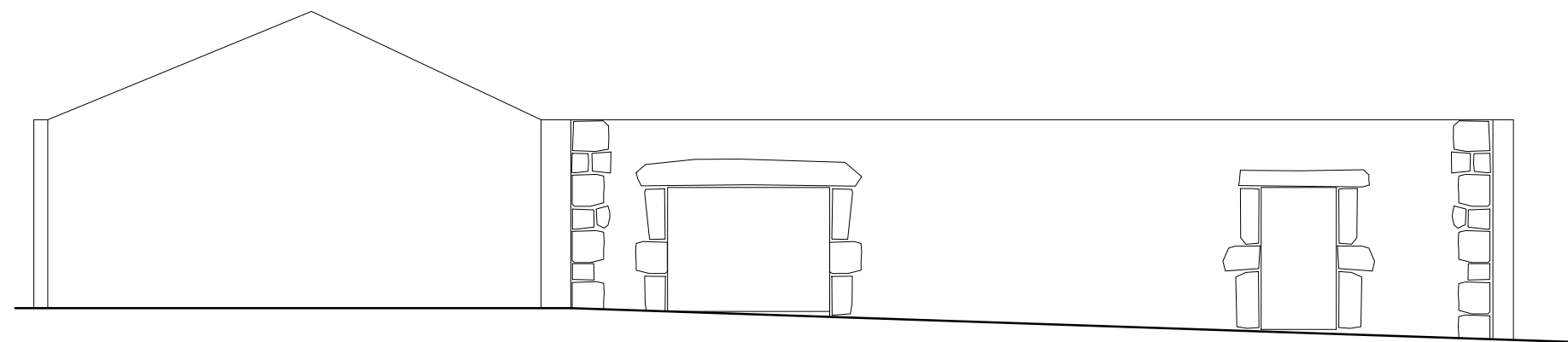
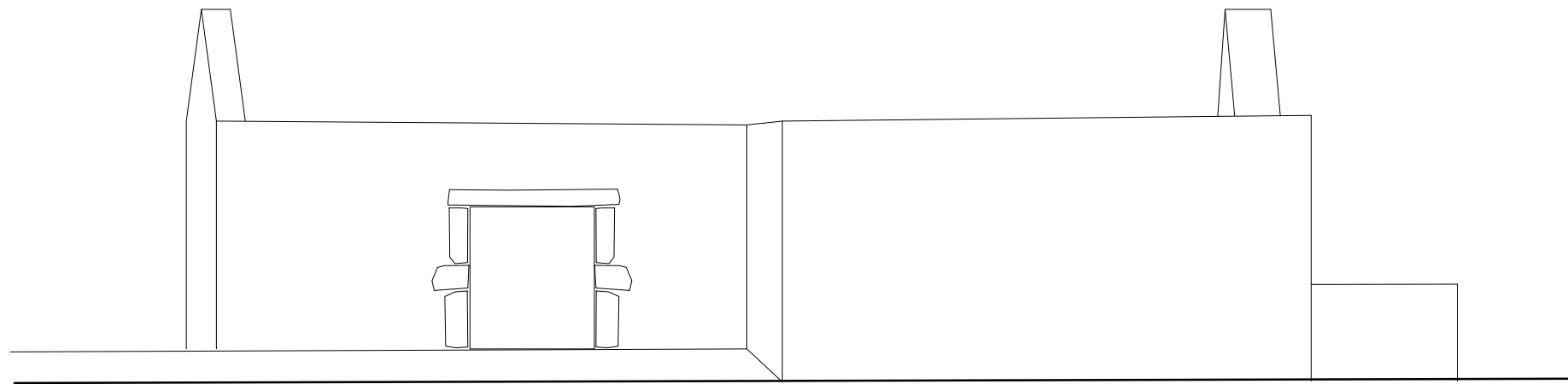
Desenho Existente ed 1
Alçado sul

Folha **10**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

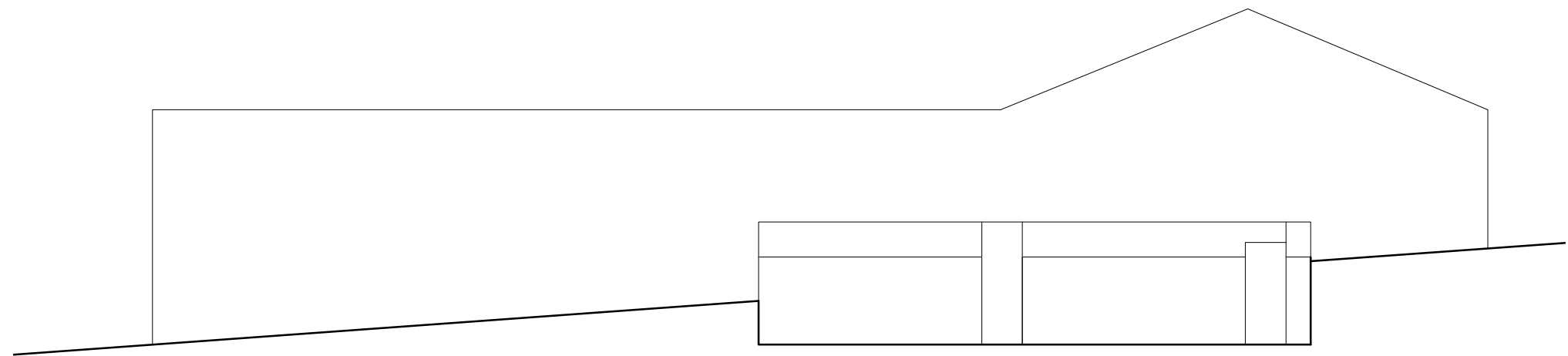
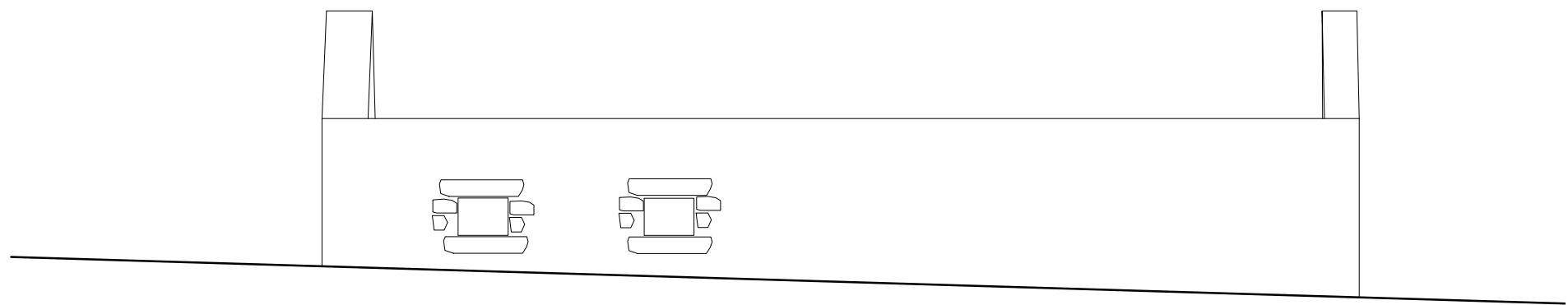
Desenho **Existente ed 2**
Alcado sul
Alcado nascente

Folha **11**

Escala 1/100

Orientador: **Ana Maria Tavares Martins**

Autor **Jose Maria Amado de Almeida Garrett**



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local **Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha**

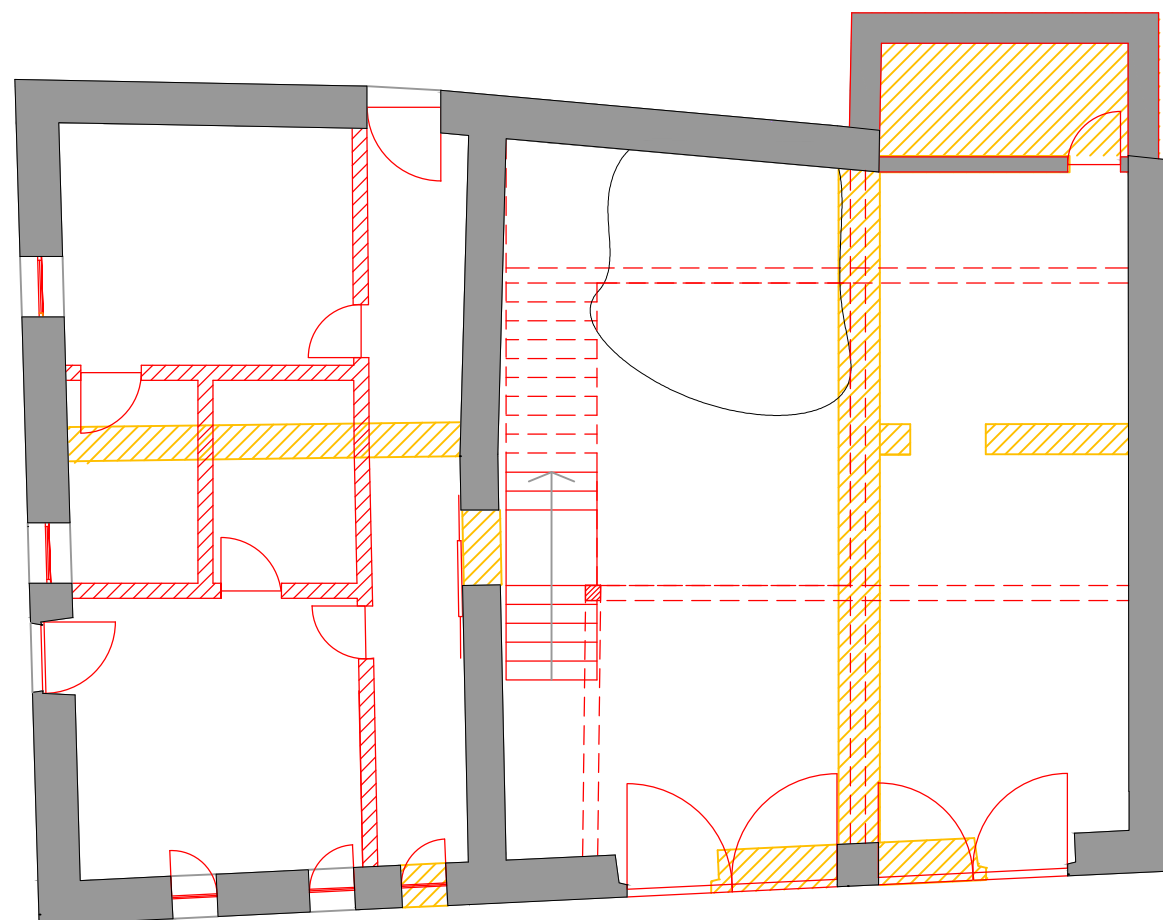
Data: Março 2020

Desenho **Existente ed 2** Folha **12**
Alcado norte
Alcado poente

Escala 1/100

Orientador: **Ana Maria Tavares Martins**

Autor **Jose Maria Amado de Almeida Garrett**



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

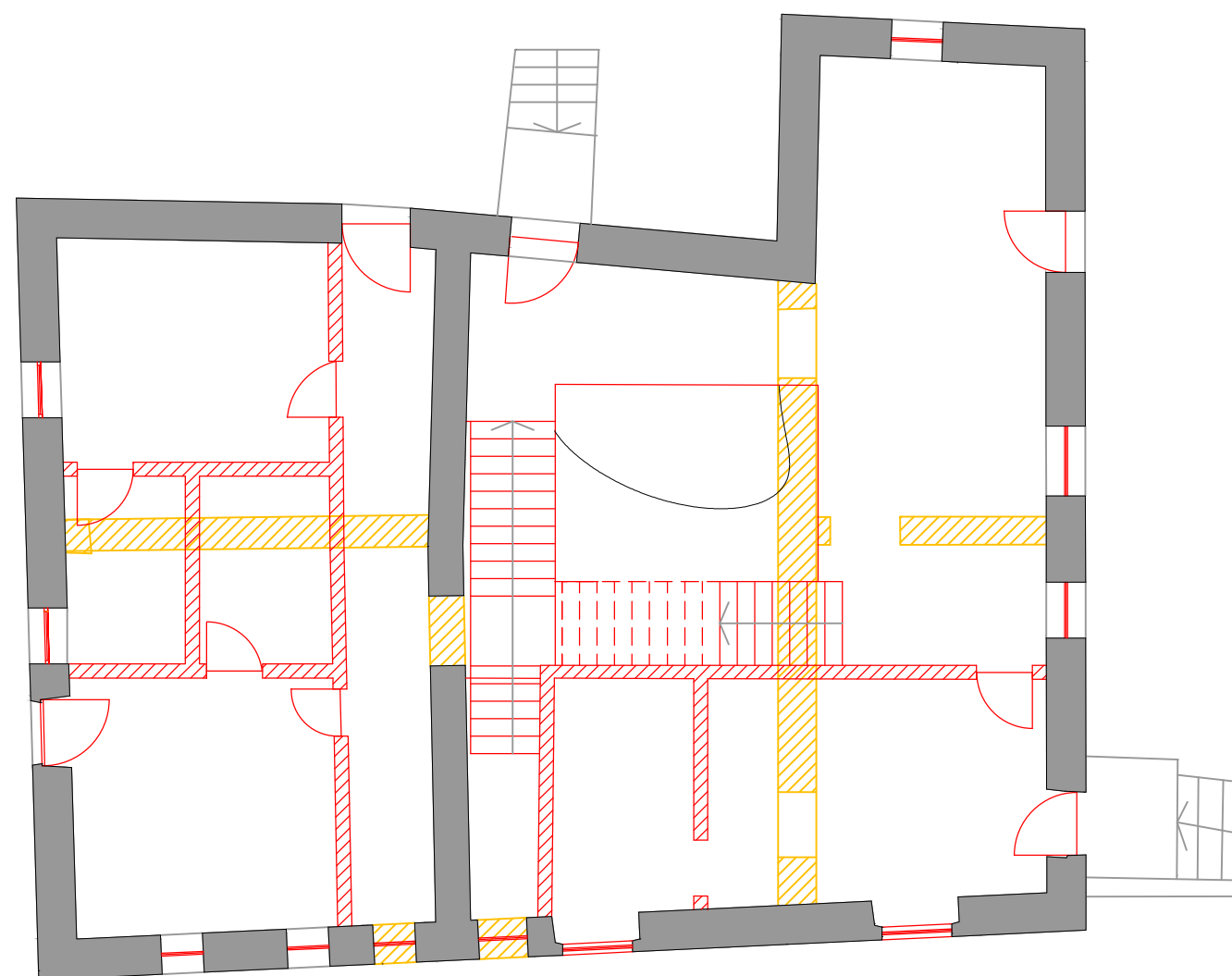
Desenho Amarelos e encarnados ed 1 Folha
Planta piso terreo

13

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

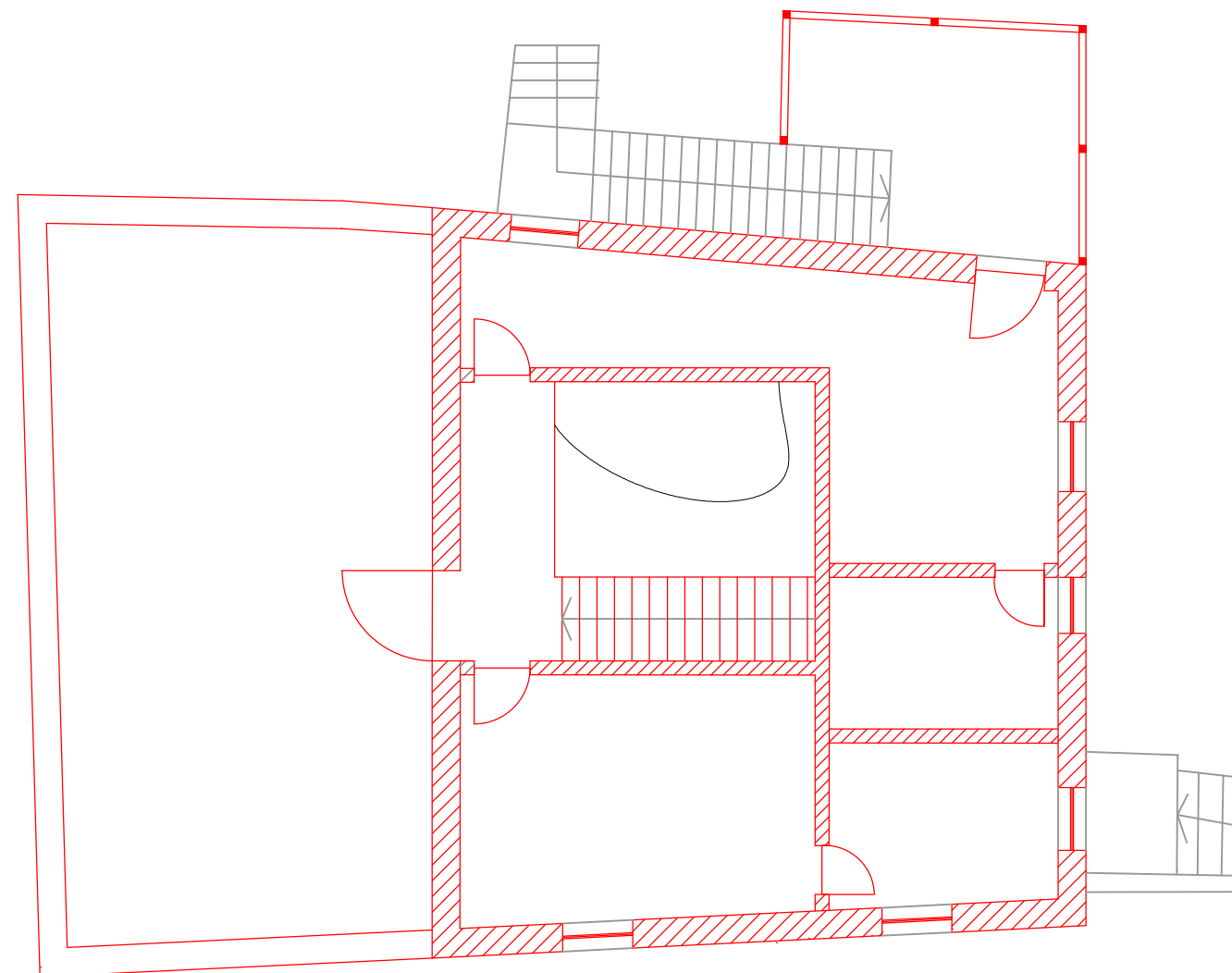
Desenho Amarelos e encarnados ed 1 Folha
Planta 1 piso

14

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

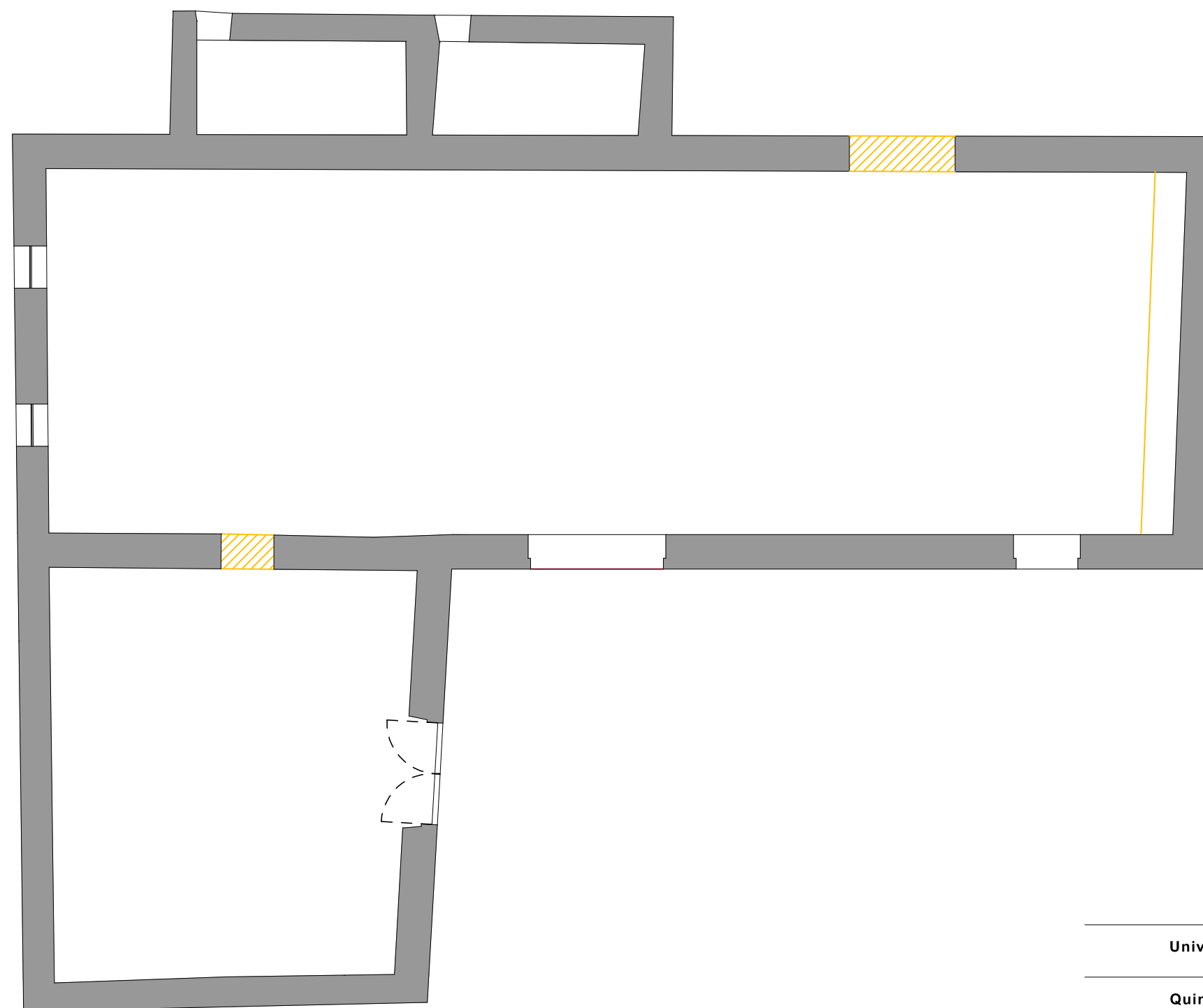
Desenho Amarelos e encarnados ed 1 Folha
Planta 2 piso

15

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

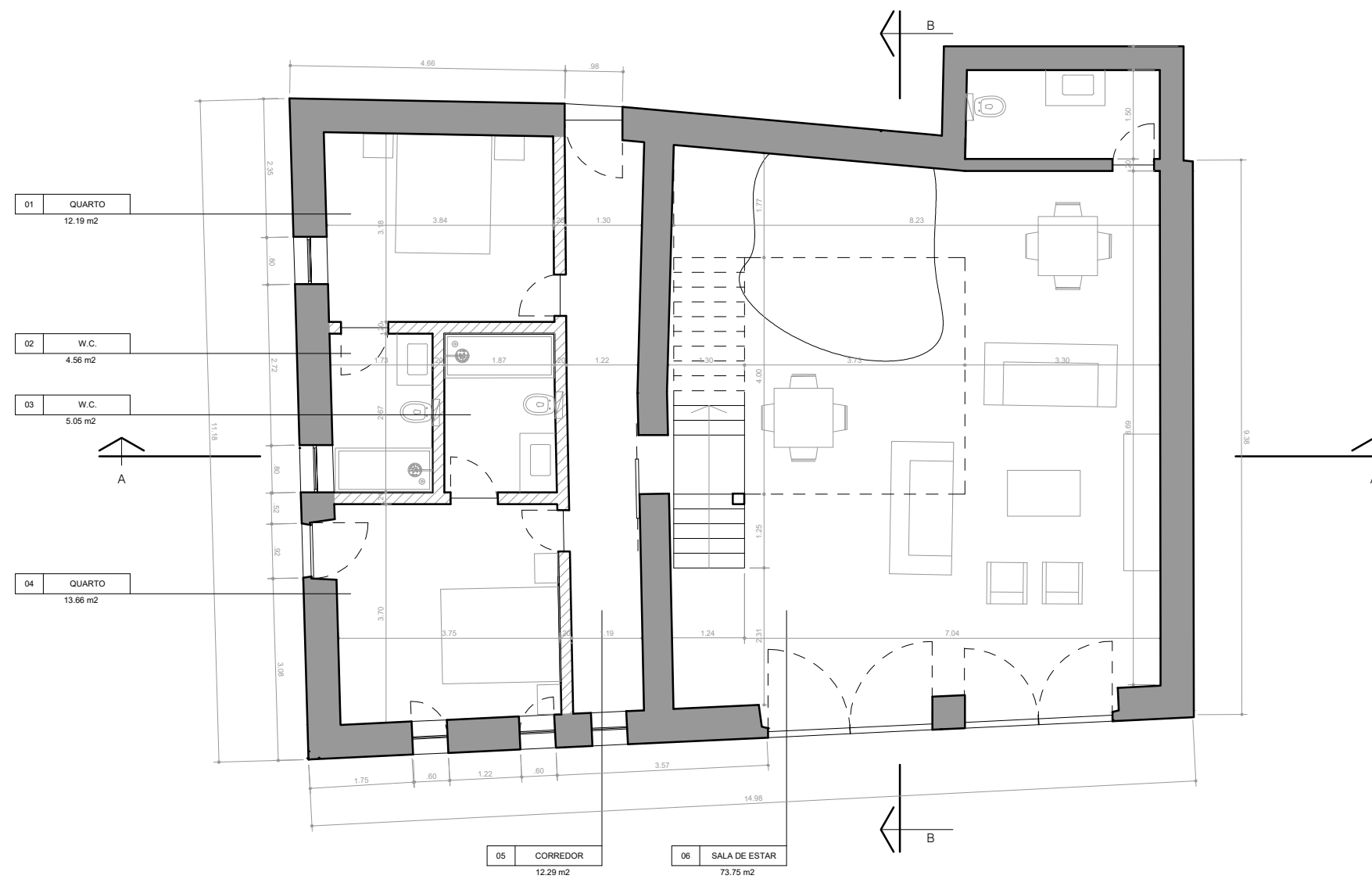
Desenho Amarelos e encarnados ed 2 Folha
Planta piso terreo

16

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

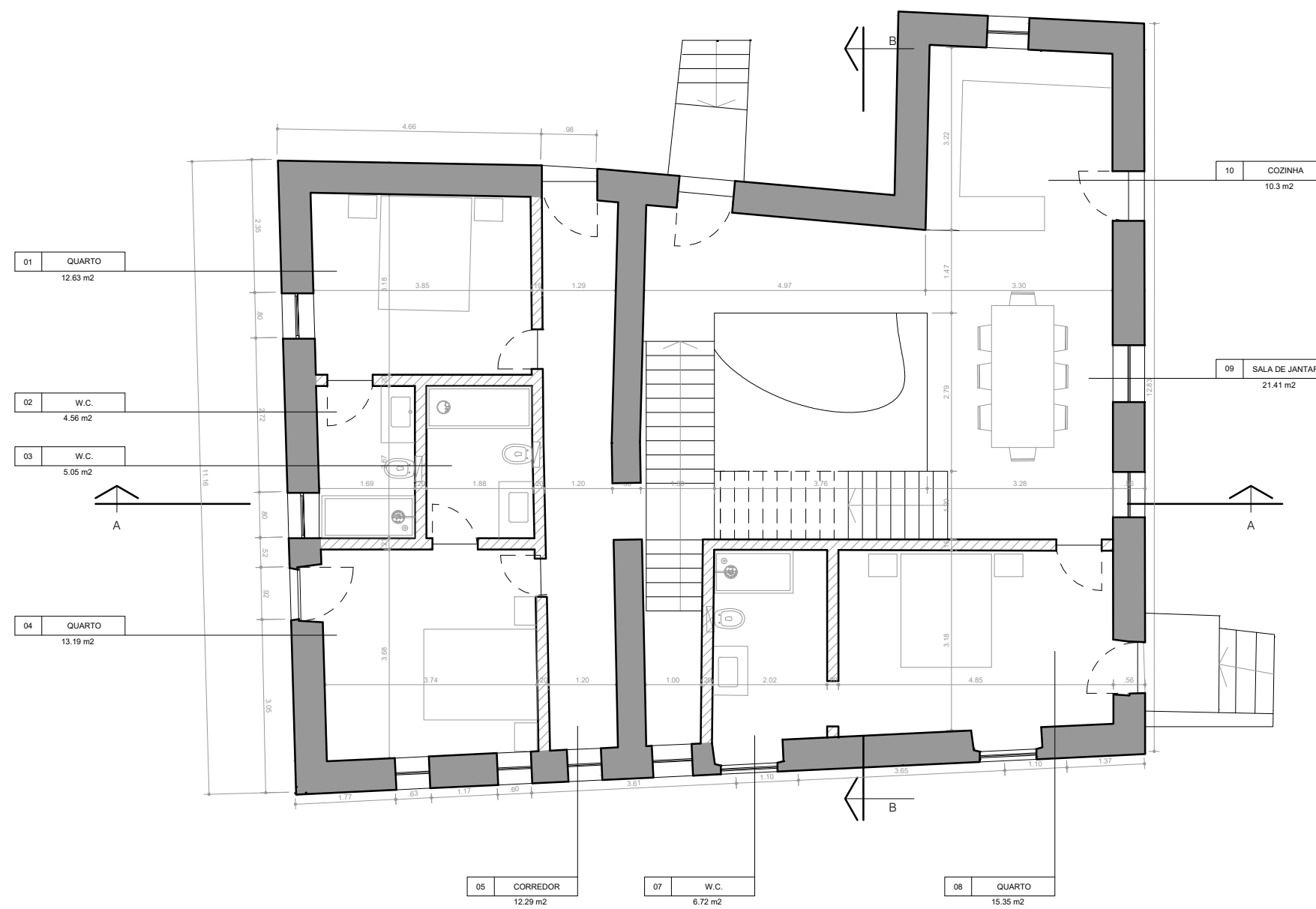
Desenho Proposta ed 1
Planta piso terreo

Folha **17**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

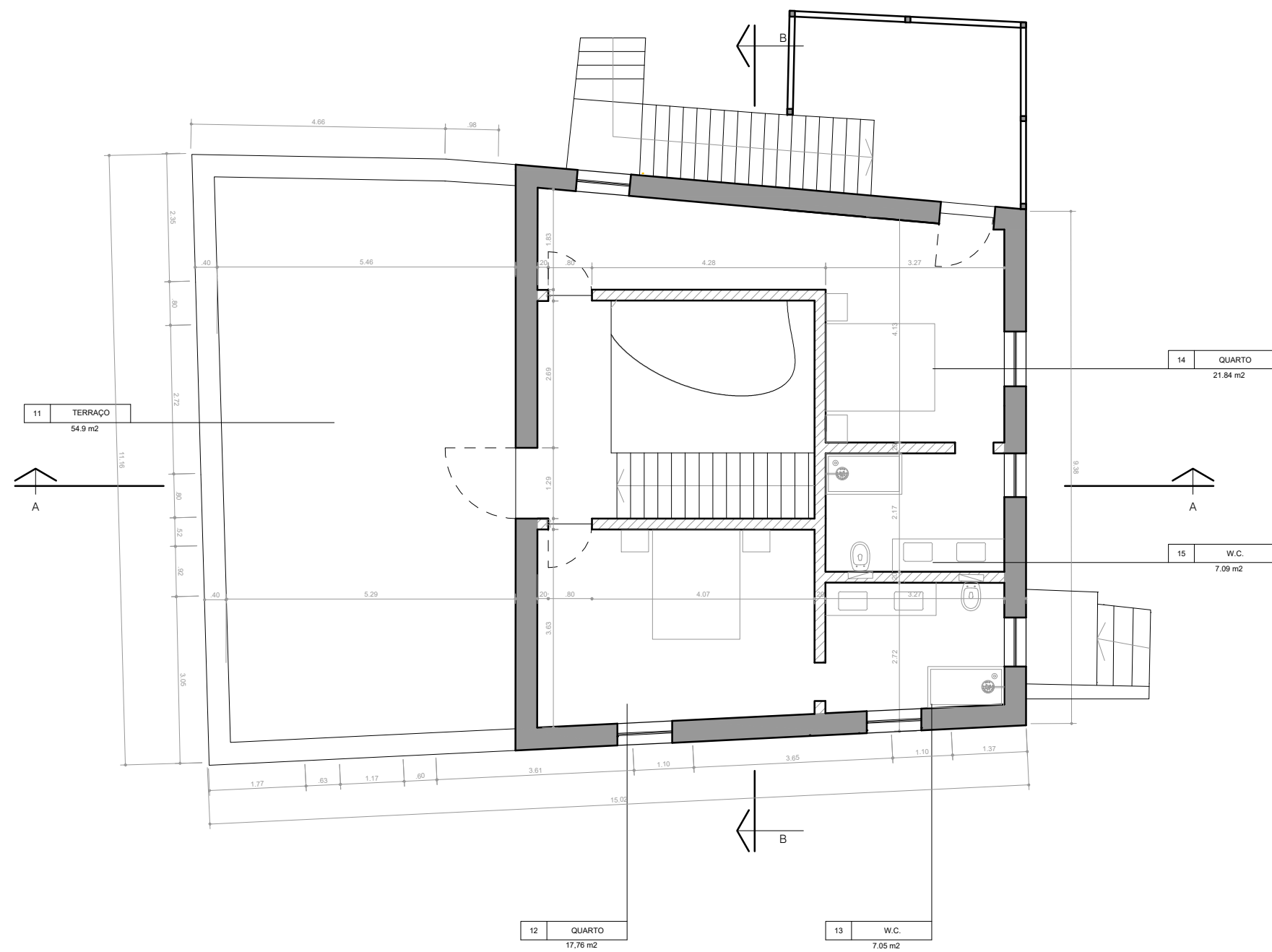
Desenho Proposta ed 1
Planta 1 piso

Folha **18**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

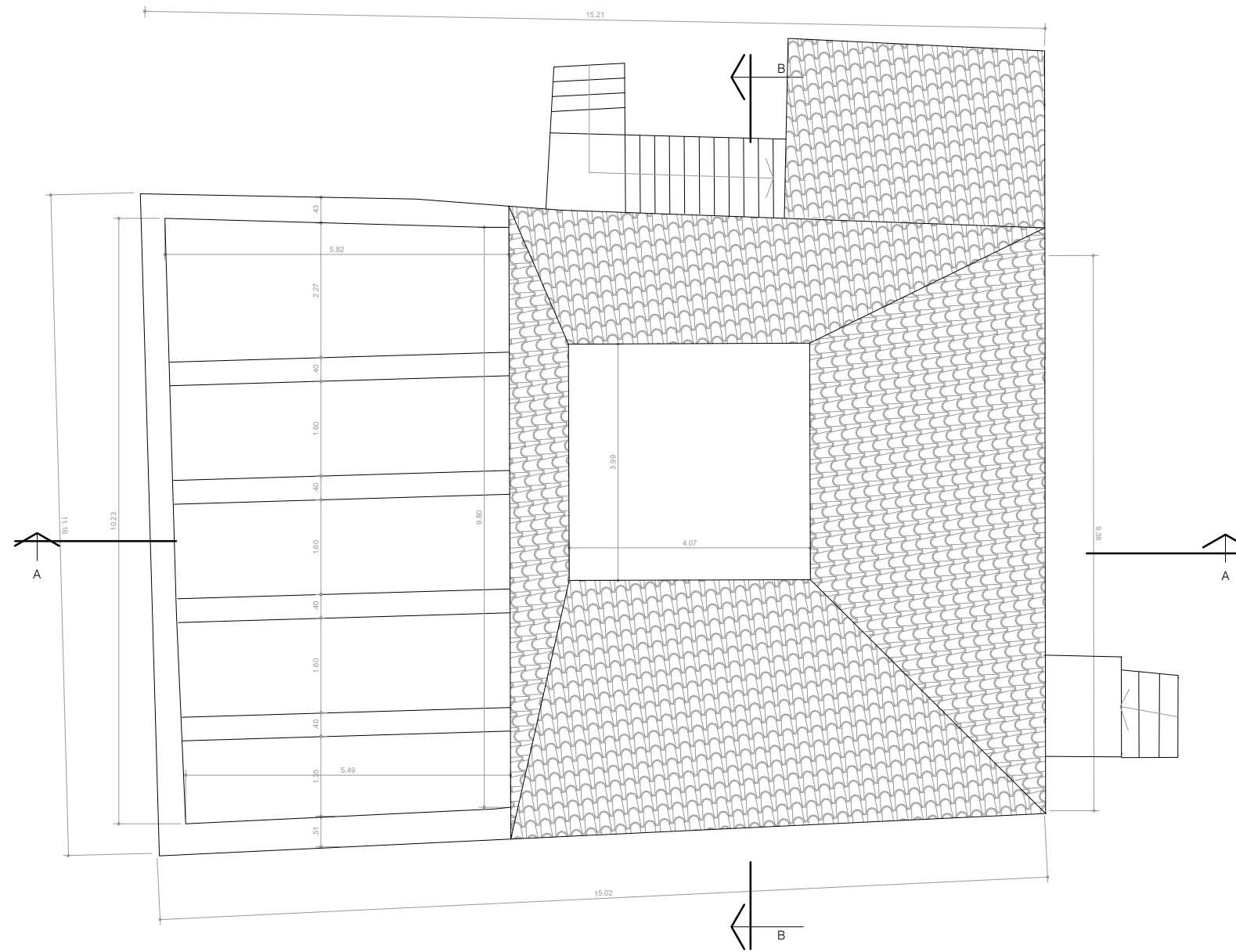
Desenho Proposta ed 1
Planta 2 piso

Folha **19**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

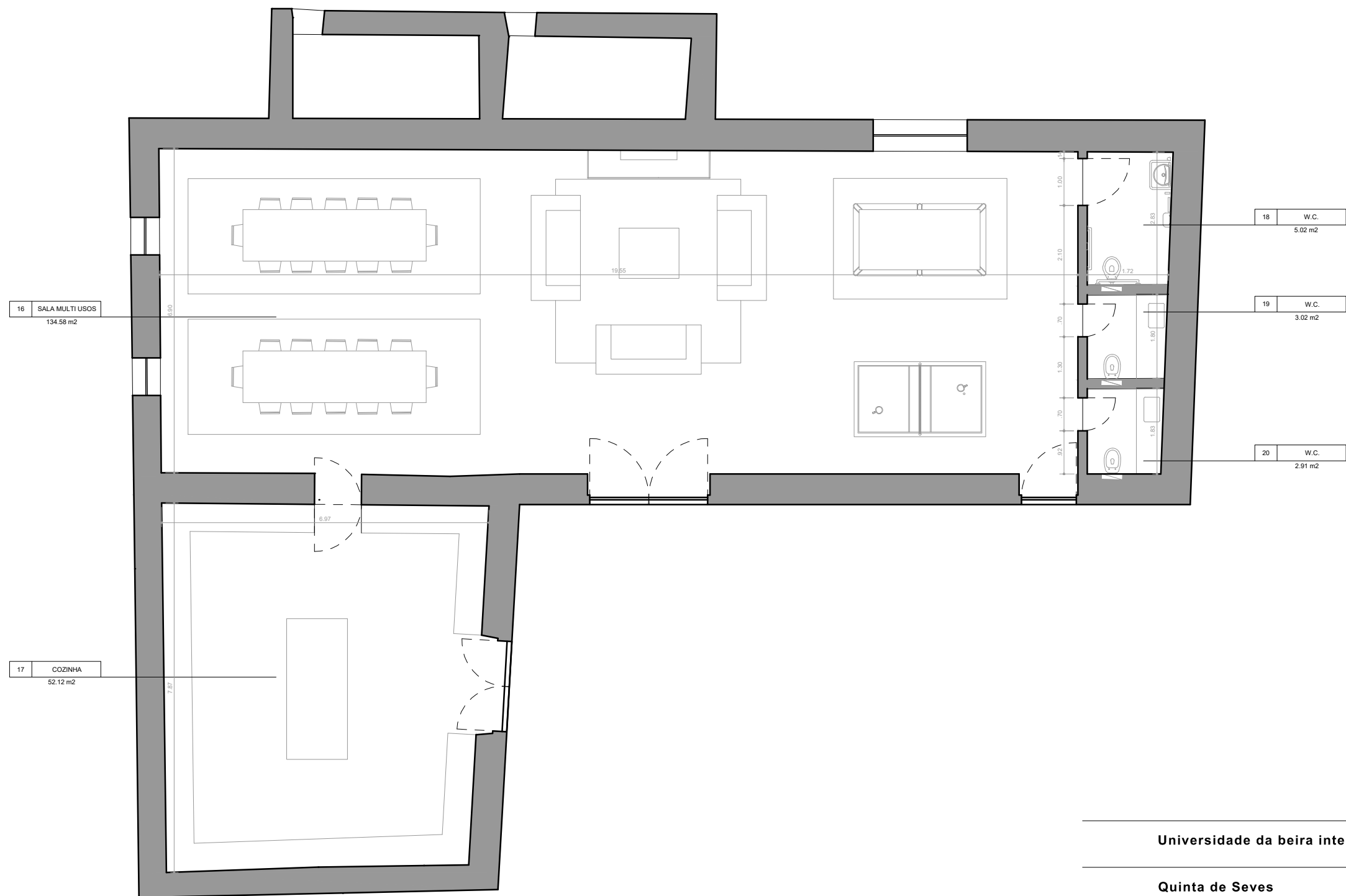
Desenho Proposta ed 1
Planta cobertura

Folha **20**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

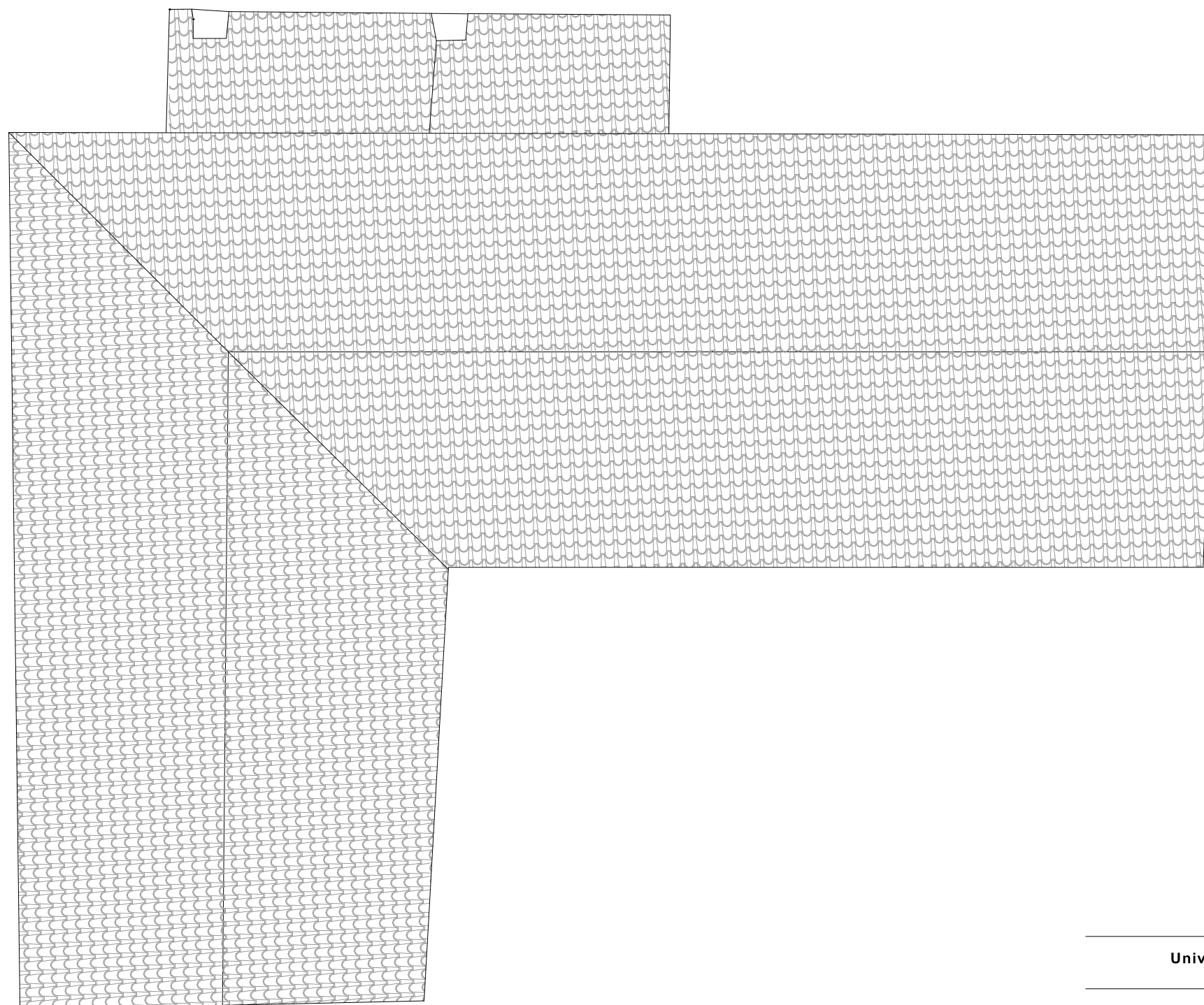
Desenho Proposta ed 2
Planta piso terreo

Folha **21**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local **Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha**

Data: Março 2020

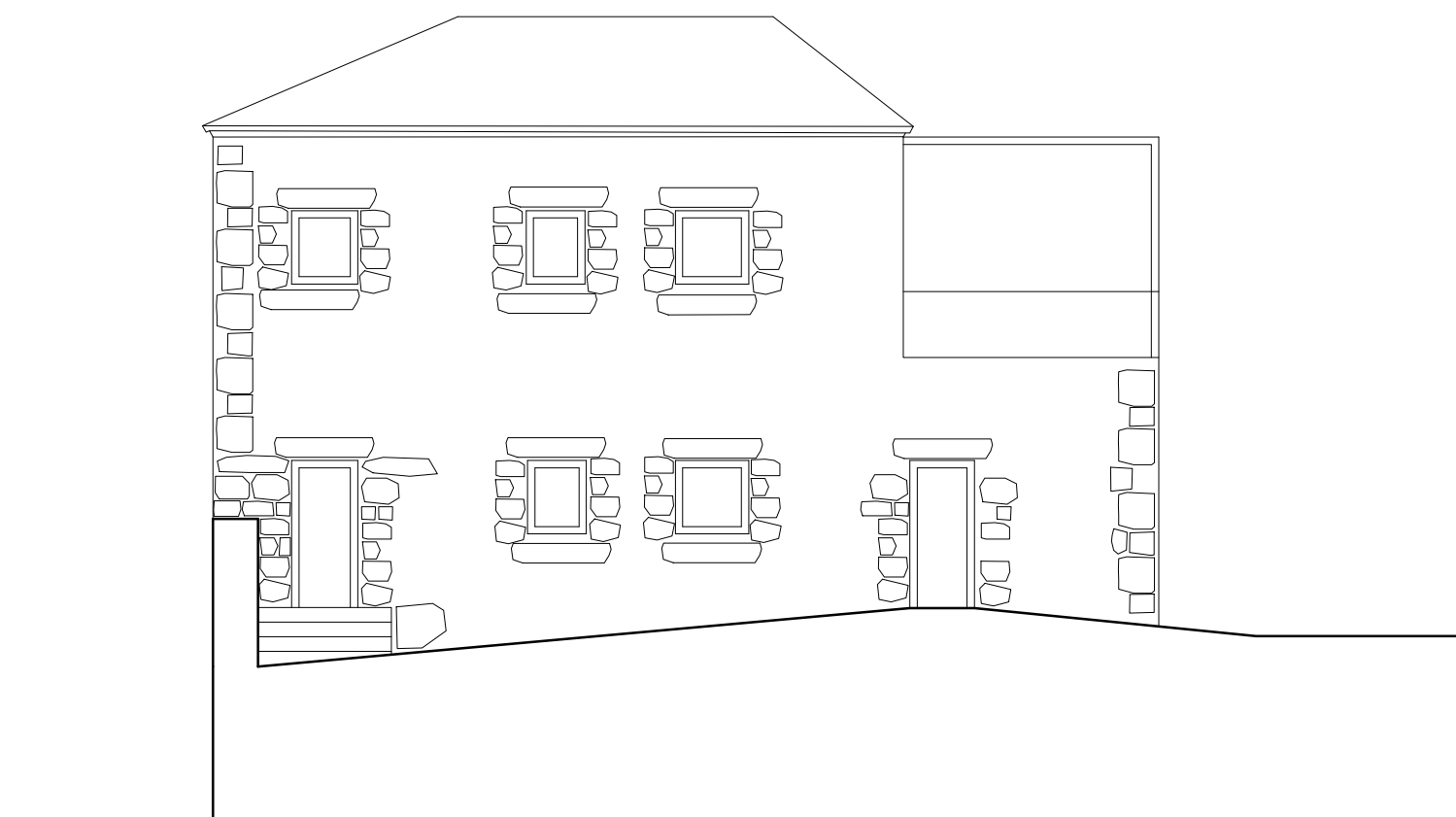
Desenho **Proposta ed 2**
Planta cobertura

Folha **22**

Escala 1/100

Orientador: **Ana Maria Tavares Martins**

Autor **Jose Maria Amado de Almeida Garrett**



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

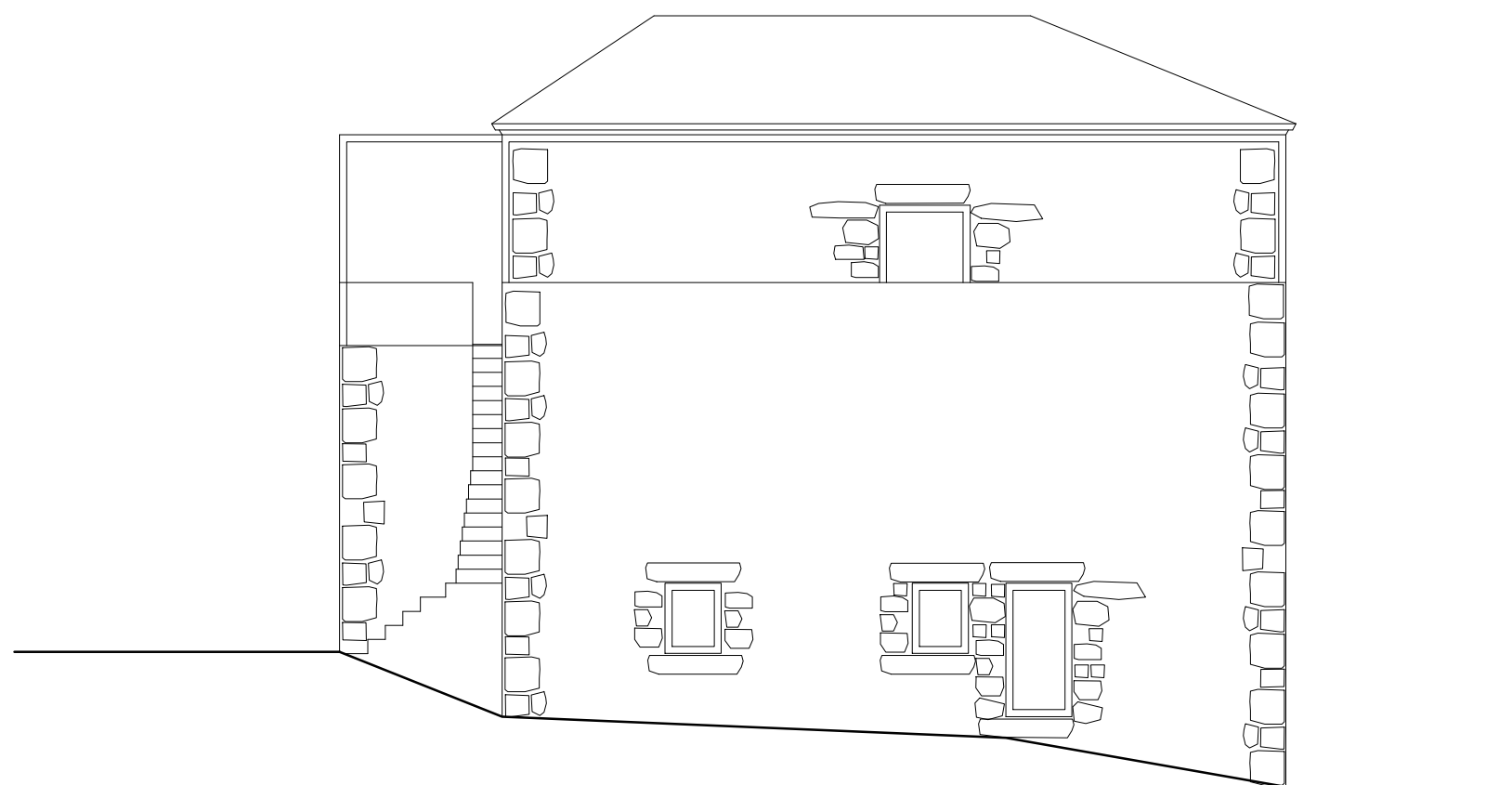
Desenho Proposta ed 1
Alçado nascente

Folha **23**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

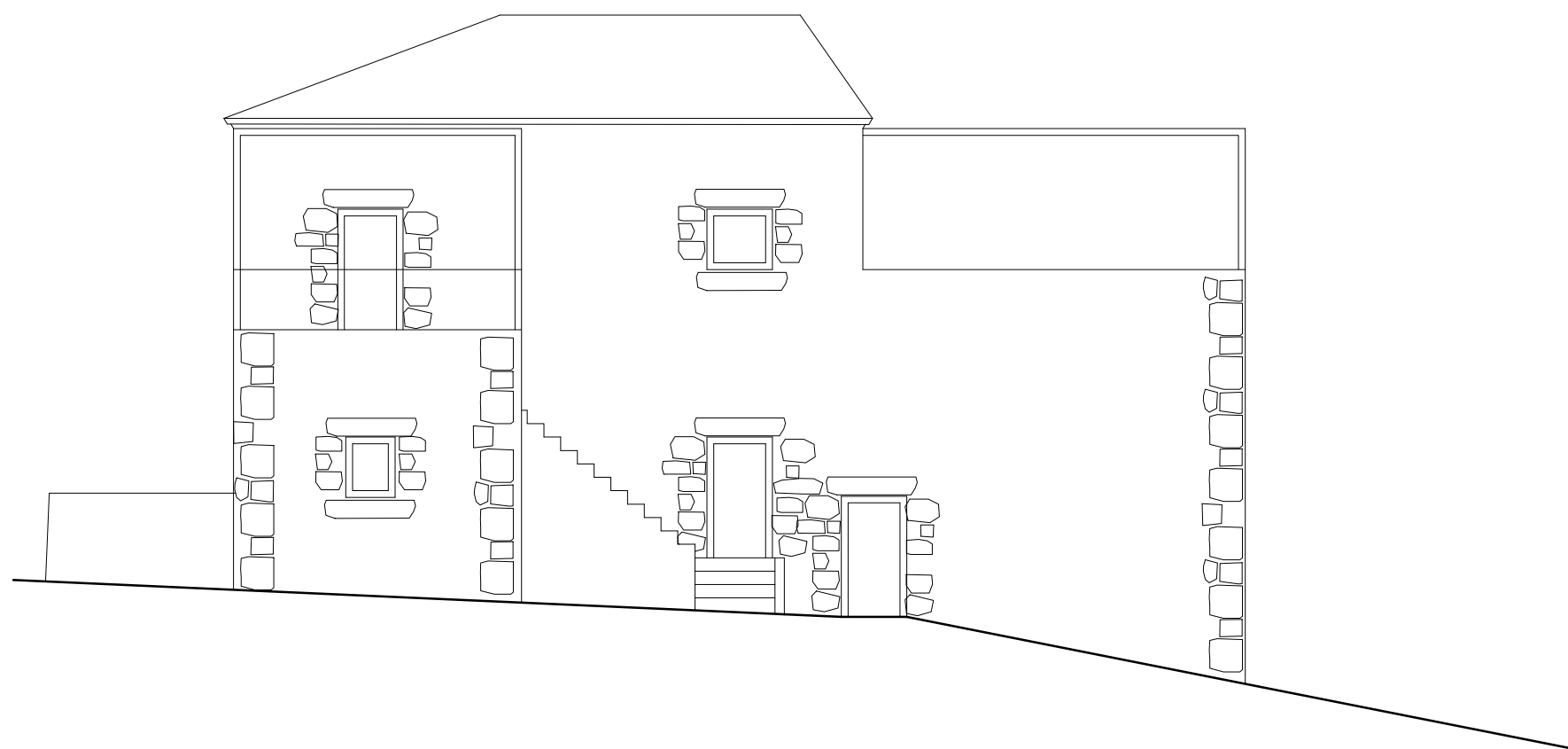
Desenho Proposta ed 1
Alçado poente

Folha **24**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

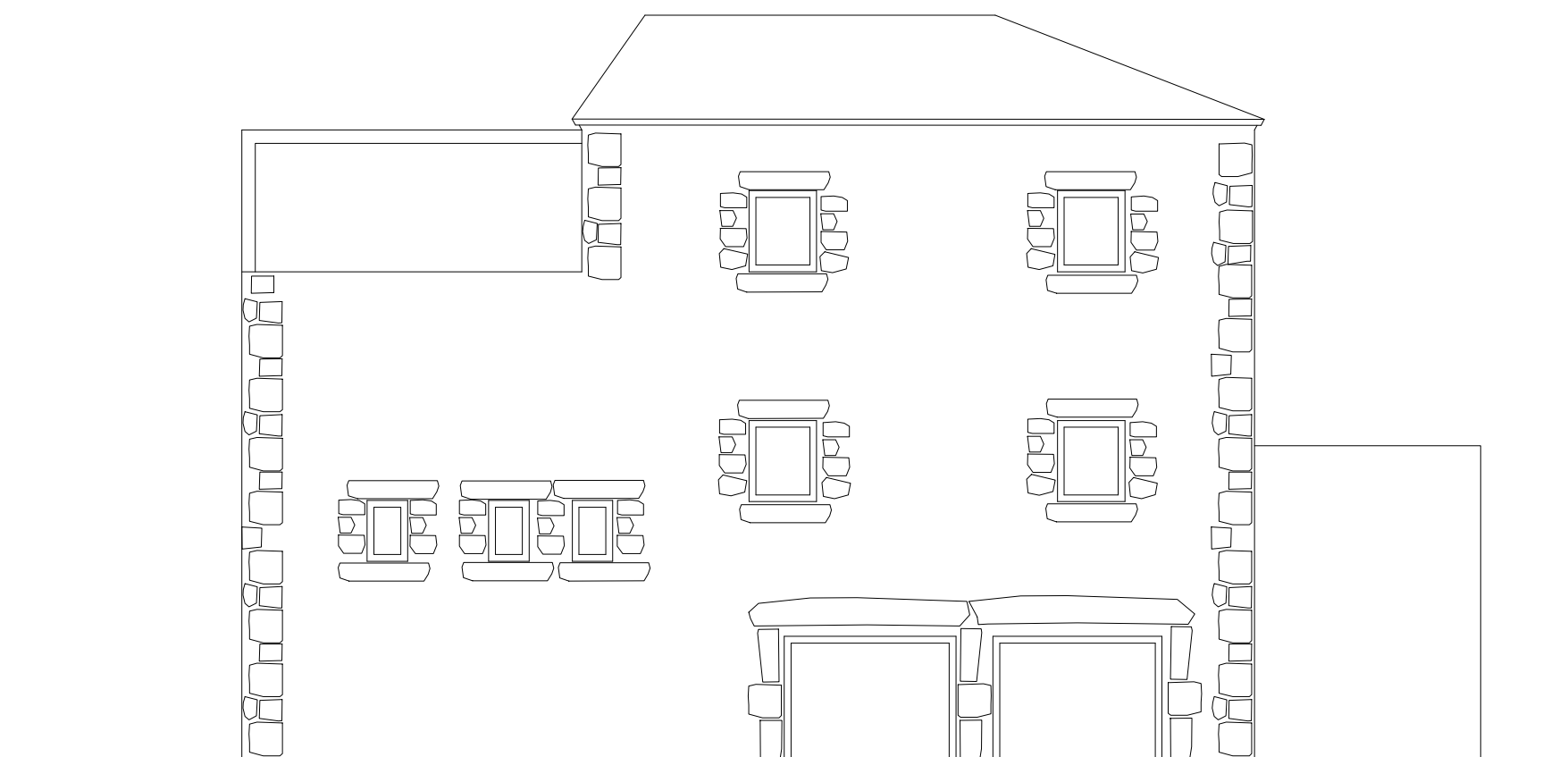
Desenho Proposta ed 1
Alçado norte

Folha **25**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

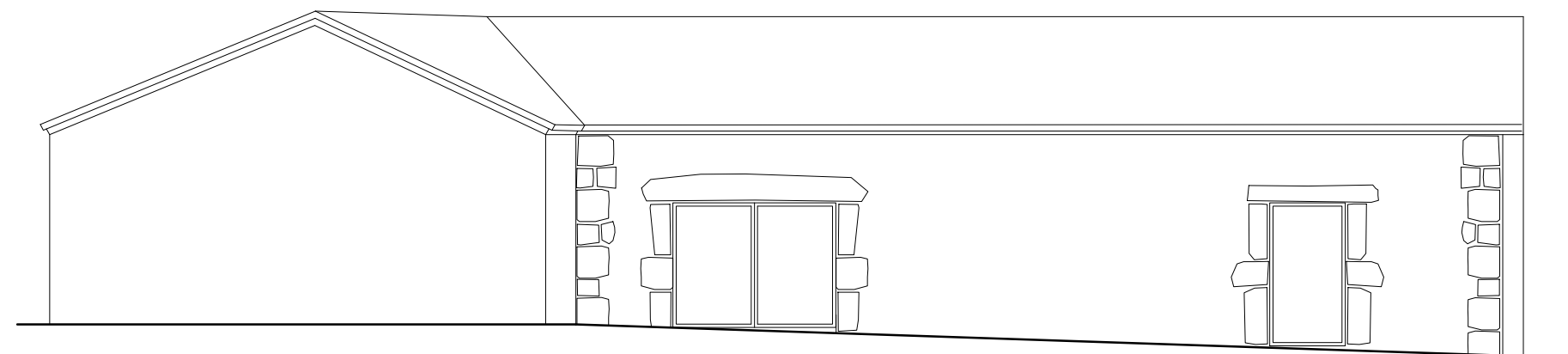
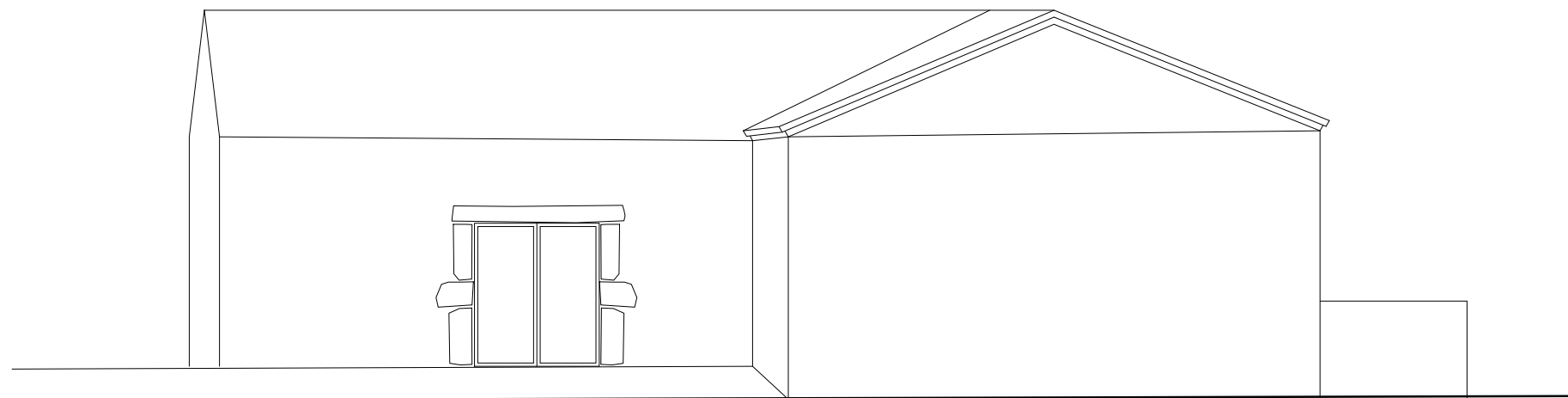
Desenho Proposta ed 1
Alçado sul

Folha **26**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

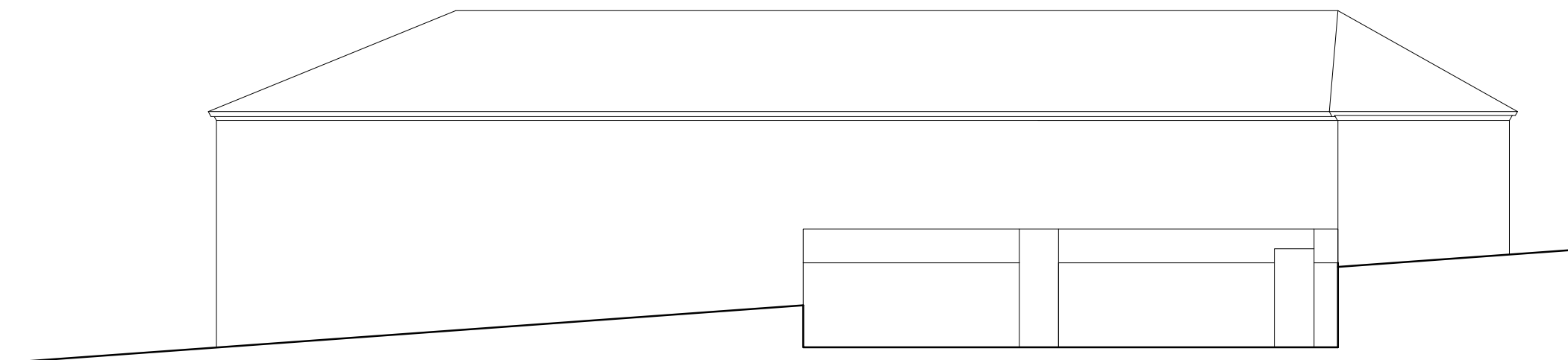
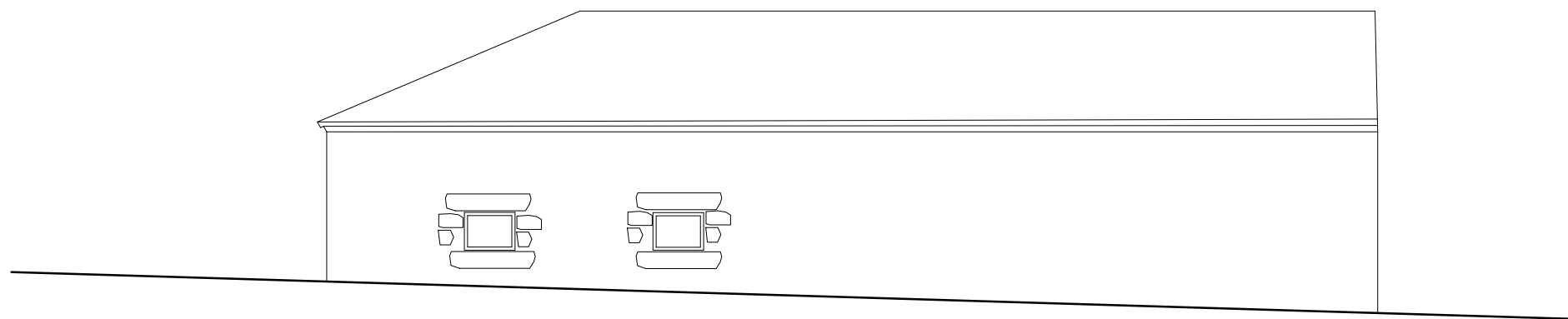
Desenho Proposta ed 2
Alçado sul
Alçado nascente

Folha **27**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

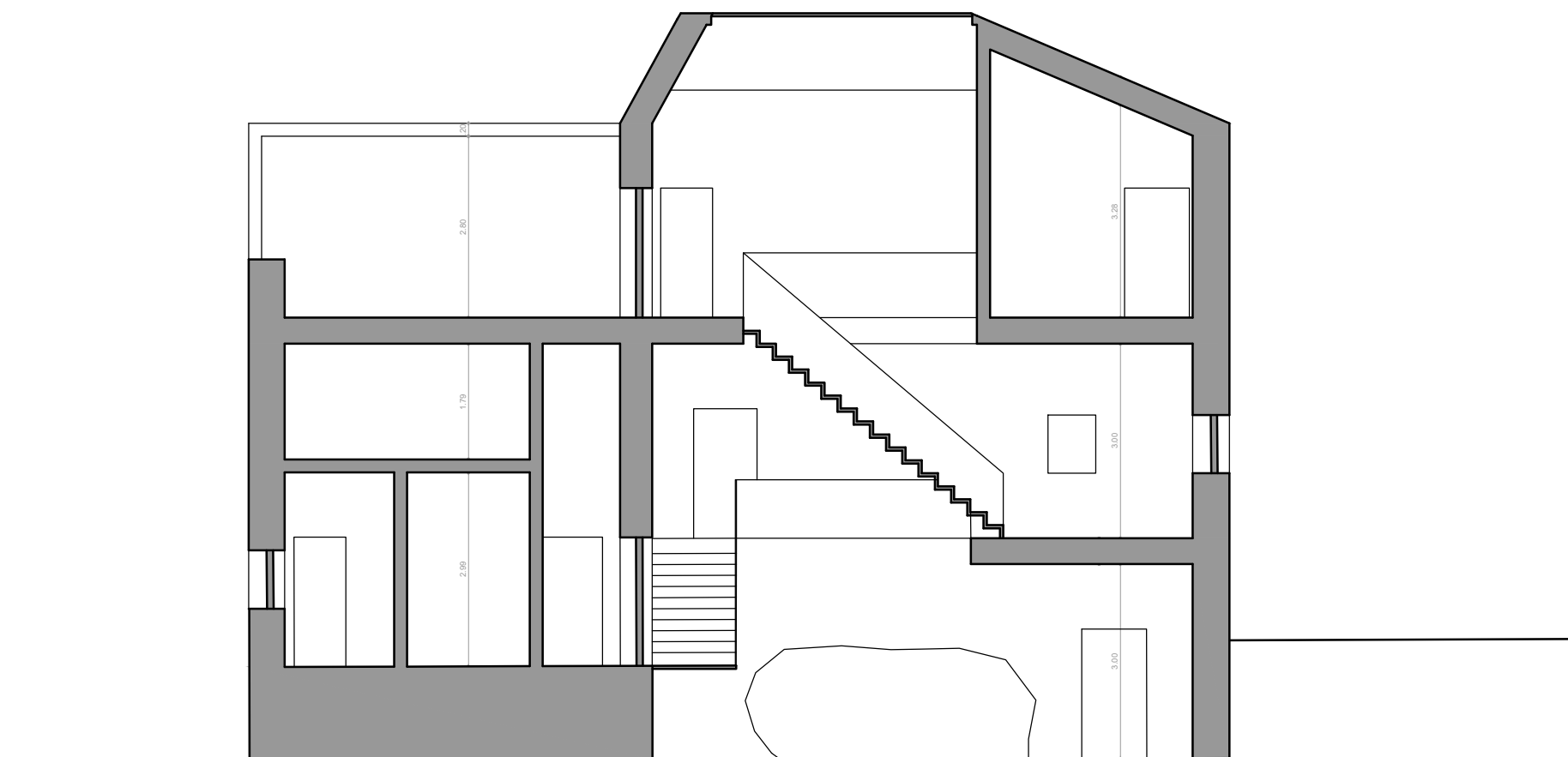
Desenho Proposta ed 2
Alçado norte
Alçado poente

Folha **28**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

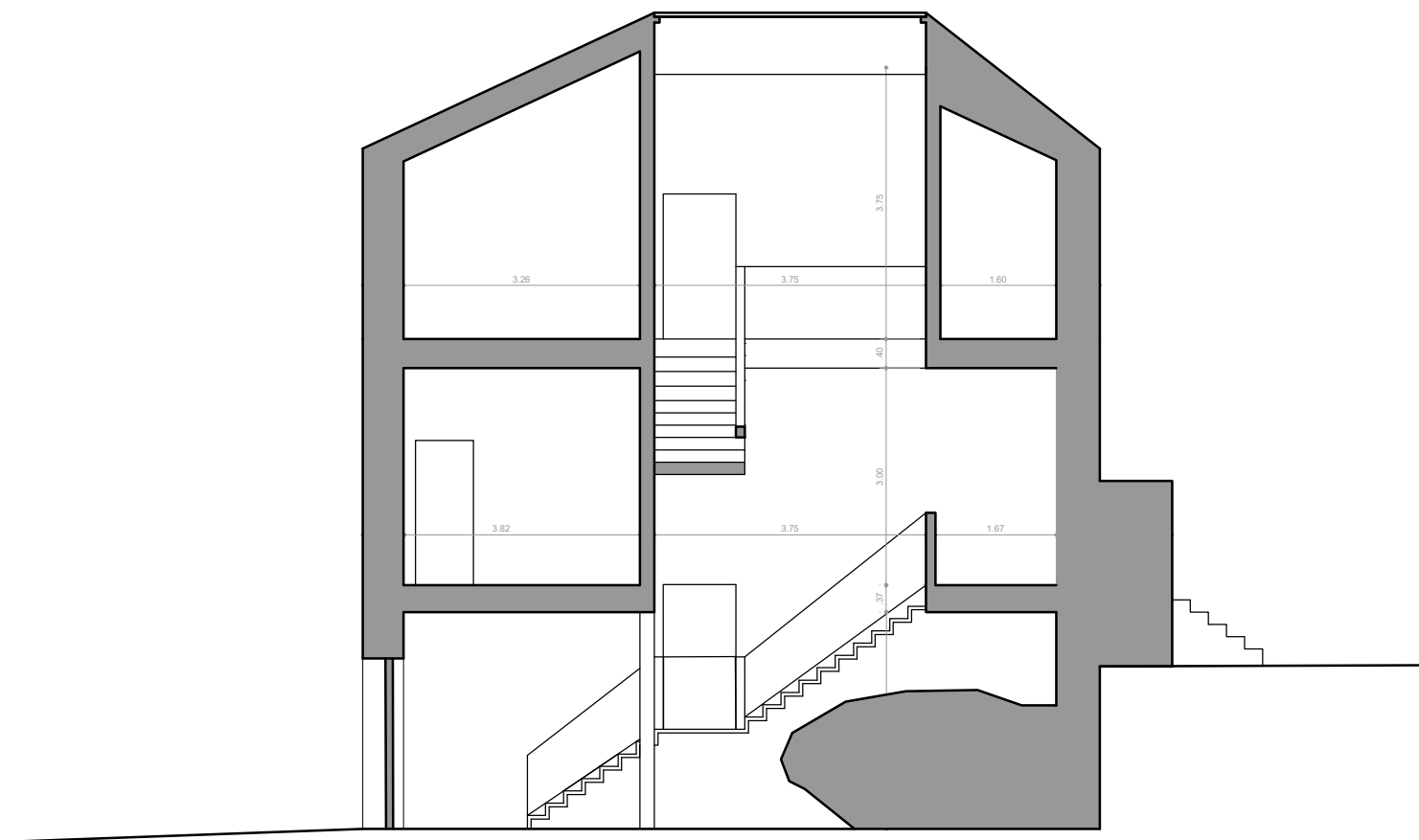
Desenho Proposta ed 1
Corte A

Folha **29**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

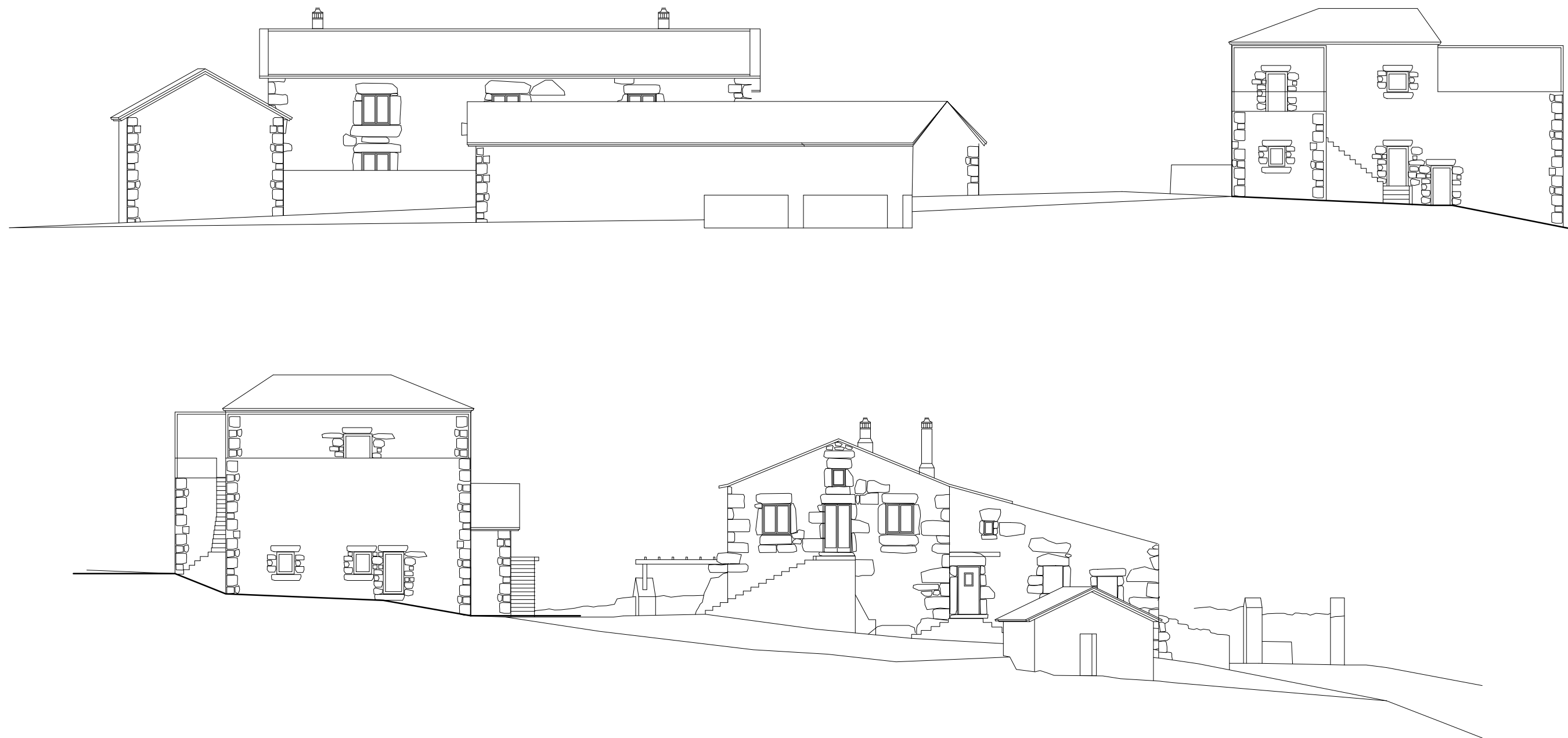
Data: Março 2020

Desenho Proposta ed 1 Corte B Folha **30**

Escala 1/100

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha

Data: Março 2020

Desenho Proposta
Alcados gerais

Folha **31**

Escala 1/200

Orientador: Ana Maria Tavares Martins

Autor Jose Maria Amado de Almeida Garrett



Universidade da beira interior

Quinta de Seves

Local **Estrada do Monte Serrano nº13 - Ferro - Covilha**

Data: Março 2020

Desenho **Proposta**
Alcados gerais

Folha **32**

Escala 1/200

Orientador: **Ana Maria Tavares Martins**

Autor **Jose Maria Amado de Almeida Garrett**